

A Celebração do Mistério Pascal Tríduo Pascal

**VIII ENCONTRO NACIONAL
DE PASTORAL LITÚRGICA**

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034-22172



Condições de assinatura anual:

Via normal

Via aérea

Continente, Açores e Madeira	250\$00	Estrangeiro . . .	500\$00
Outros países	350\$00	Este número avulso	200\$00

29-31

JANEIRO / SETEMBRO DE 1983

ANO VIII

Apresentação

Direcção

Reflectir e viver o Mistério Pascal

D. Júlio Tavares Rebimbas

O Mistério da Páscoa

António Maria Bessa Taipa

A Celebração da Páscoa ao longo dos tempos

Luís Ribeiro

Os dois primeiros dias do Tríduo Pascal

José de Leão Cordeiro

A Vigília Pascal

José Ferreira

A Liturgia das Horas no Tríduo Pascal

Pedro Ferreira

A Música litúrgica nas celebrações do Tríduo Pascal

Manuel Amorim

IX Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica (Programa)

S. N. L.

Executado em offset na G. C. — Gráfica de Coimbra, Lda.

Fevereiro de 1990

Depósito Legal n.º 34 859/90

Este número do Boletim é dedicado exclusivamente ao TRÍDUO PASCAL e contém todas as conferências que sobre tal temática foram proferidas no VIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, realizado em Fátima com cerca de mil participantes.

Quando se refere ao Ano Litúrgico, a Constituição conciliar sobre a Liturgia afirma que a Igreja «considera seu dever celebrar, em determinados dias do ano, a memória sagrada da obra da salvação do seu divino Esposo. Em cada semana, no dia a que chamou Domingo, celebra a da Ressurreição do Senhor, como celebra também uma vez por ano, na Páscoa, a maior das solenidades, unida à memória da sua Paixão.»

Os termos empregados e, sobretudo, a classificação da Páscoa como «a maior das solenidades» mostram claramente como a Igreja tem consciência do valor essencial da Páscoa e do lugar eminente que a sua celebração ocupa na Liturgia e na vida cristã.

O Calendário Romano (nn. 17-18), na lógica e concretização desta consciência eclesial, reconhece que «o sagrado Tríduo Pascal da Paixão e Ressurreição do Senhor refulge como o vértice de todo o Ano Litúrgico». E distingue, desta forma, a Páscoa do Domingo: «o lugar eminente que o Domingo tem na semana, tem-no a solenidade da Páscoa no Ano Litúrgico».

A celebração do Mistério Pascal atinge no Tríduo Pascal o seu momento mais alto, mas não se fica por aí, pois é continuada ao longo do Tempo Pascal, é preparada durante a Quaresma, é renovada em cada Domingo, é perpetuada na Eucaristia, memorial da Morte e Ressurreição do Senhor.

O aprofundamento do Mistério Pascal não é apenas uma conse-

quência lógica do valor nuclear do seu conteúdo salvífico, mas também uma imposição das exigências pastorais de todos os tempos e, particularmente, da Igreja do nosso tempo, preocupada com a renovação das suas estruturas e da sua presença no mundo, através de um regresso criativo à pureza das suas fontes.

Por isso, o Senhor D. Júlio Tavares Rebimbas, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, pôde dizer oportunamente, no encerramento deste Encontro, que as pessoas não se reuniram ali «como investigadores académicos ou como consultores de neo-rubricismos ou pesquisadores de situações mais ou meno canónicas, mas como «gente santa, sacerdócio real, povo adquirido», participante na história da salvação, fiéis à tradição viva, que recebe e transmite os mistérios de Deus». E pôde apontar, com acerto, o objectivo de todos ao referir: «aqui viemos ouvir, reviver, conviver, talvez descobrir, pela palavra que nos foi comunicada e pela experiência da participação activa, caminhos de renovação interior voltados para a renovação pastoral-litúrgica, tão necessária nas nossas assembleias e comunidades cristãs.»

Estes encontros nacionais, de resto, não se têm promovido somente para falar, ouvir e dialogar, mas também para formar critérios de actuação pastoral no campo da Liturgia e ainda para viver uma experiência comunitária sui géneris, que encontra na celebração da Eucaristia e da Liturgia das Horas os seus momentos mais fortes, interiorizantes e, por vezes, até exaltantes.

Resta-nos agradecer, muito sentidamente, aos ilustres e sacrificados articulista deste número a sua preciosa e sábia colaboração.

Reflectir e viver o Mistério Pascal

O Evangelho não é uma simples mensagem de libertação humana, nem pode ser tido como defesa e garantia de uma ordem definitivamente constituída no domínio religioso, social ou político. Os projectos de uma sociedade mais justa, livre, com mais oportunidades para a plena realização pessoal e comunitária, são aspectos do projecto de Deus acerca do homem já realizado em Jesus Cristo.

O ideal cristão não é a transformação das estruturas sociais, económicas e políticas, sem ter em consideração os mistérios da fé. A Igreja não tem a missão de anunciar, fundamentalmente, uma ética social ou um espiritualismo desencarnado, mas anuncia aos homens a salvação que Deus nos ofereceu em Cristo, proclamando a sua Palavra, educando os homens na fé, celebrando os sacramentos, dando testemunho da caridade fraterna.

Dentro desta perspectiva e suas consequências, integra-se a proclamação das exigências sociais da mensagem cristã e a denúncia das injustiças. Com tanto mais eficácia quanto mais a Igreja for fiel à sua missão: oferecer aos outros a possibilidade de acesso ao mistério de Cristo, lembrar aos homens permanentemente o mistério da vida, a Palavra, a Morte e a Ressurreição de Cristo — o Mistério Pascal.

A mentalidade secularizada levanta obstáculos concretos à evangelização e aos sacramentos. Também novos problemas se apresentam à Igreja em ordem à promoção humana que é parte constitutiva da mensagem de salvação (cf. Sínodo dos Bispos, 1971, A. A. 5) e na solução dos quais ela deve, sempre sem perda de identidade, colaborar.

A evangelização, frente aos novos e crescentes condicionalismos da vida, não permite uma concentração quase única sobre a prática sacramental, ritualizando-a, num contexto desprovido da vitalidade da fé. Mas a evangelização tende para o sacramento e nele atinge toda a sua plenitude. Também aqui há que ter em conta a quadralidade da linha exigi-

tiva e considerar as situações concretas e os níveis de fé, muitas vezes fruto, no que respeita à recepção dos sacramentos, de longos espaços e práticas sem prioridade evangelizadora. A acção pastoral tem de ser profundamente realista, fugir de impor e ser proposta concreta de Jesus Cristo, cujo Espírito é amor conciliador e não arrelhiador.

A Igreja está fundada em Cristo, o Mestre da paciência pastoral, que não é o mesmo que preguiça, nem se identifica com rotineirismo. Quando Se sentou junto ao poço de Jacob, fatigado, e veio até junto d'Ele a mulher samaritana, desenvolveu uma pedagogia cheia de universalidade, itinerário de acolhimento, proposta e conversão. Quando Tiago e João regressavam, escamados, da mal sucedida viagem à Samaria e estavam prontos a mandar vir fogo do céu, feridos no seu amor próprio, Ele repreendeu-os: «não sabeis de que espírito sois. O Filho do Homem não veio para perder a vida dos homens, mas para salvá-la».

A pastoral litúrgica é realizada, hoje, pelo povo de Deus com o objectivo de edificar o Corpo de Cristo, mediante as acções eclesiais do culto cristão, tendo em conta a situação real dos homens.

Sendo assim, é evidente que entramos em tensões, quando procuramos a renovação pela pastoral litúrgica. Ela toca com formas secundárias estabelecidas, nem sempre bem. As dificuldades nascem de conceitos incompletos de liturgia, de um sentido exageradamente clerical, de uma visão inexacta do homem. Aparece o individualismo frente à assembleia comunitária, o clericalismo frente ao lugar dos leigos na Igreja, o rubricismo frente à significação dos ritos, o triunfalismo frente à simplicidade evangélica e às sensibilidades actuais, o angelismo frente às exigências vitais humanas, o sacramentalismo frente à fé pessoal salvadora, e certas devoções frente à piedade litúrgica. E outras antinomias se podem incluir nestas que já bastam para se fazer uma ideia do que pode acontecer, mais do que isso, do que acontece.

O mistério pascal e a sua celebração perpassaram nestes dias por nós, aqui reunidos, não como investigadores académicos, ou como consultores de neo-rubricismo ou pesquisadores de situações mais ou menos canónicas, mas como «gente santa, sacerdócio real, povo adquirido», participante na história da salvação, fiéis à tradição viva que recebe e transmite os mistérios de Deus.

Aqui viemos ouvir, reviver, conviver, talvez descobrir, pela palavra que nos foi comunicada e pela experiência de participação activa, caminho de renovação interior voltados para a renovação pastoral-litúrgica, tão necessária nas nossas assembleias e comunidades cristãs.

Vieram, uns pela primeira vez, outros pela oitava, por via da procura do sentido profundo da Liturgia, tendo em conta a situação real dos homens da nossa terra e desejando assumir uma dinâmica missionária que nos permita levar aos outros e às comunidades cristãs donde somos e onde vivemos, a Liturgia da Igreja.

A finalidade principal deste Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica é a ressonância interior, a criação de uma cordialidade litúrgica nos intervenientes que extravase para as Igrejas particulares, as Dioceses, e, de acordo com os que a elas presidem, crie interesse de encontros deste tipo e promova a sua realização local, de forma a serem renovadas áreas de velhos e ultrapassados conceitos e expressões, pela recriação das orientações conciliares, bem claras e que datam já de 4 de Dezembro de 1963, dia em que foi promulgada a Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia, além da abundante legislação e orientações complementares posteriores.

Se «a Liturgia não esgota toda a acção da Igreja, porque os homens, antes de poderem participar na Liturgia, precisam de ouvir o apelo à fé e à conversão»; se «a participação na sagrada Liturgia não esgota também a vida espiritual», porque o cristão, chamado a rezar em comum, deve entrar também no seu quarto para rezar a sós ao Pai e não cessar de rezar; todavia, «é desejo ardente da Mãe Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e activa participação nas celebrações litúrgicas, que a própria natureza da Liturgia exige e que é, por força do Baptismo, um direito e um dever do povo cristão» (cf. S. C. 9, 12, 14).

É nessa participação que o povo tem a primeira e necessária fonte onde os fiéis hão-de beber o espírito genuinamente cristão (cf. S. C. 14).

O Concílio acrescenta ser esta a razão que deve levar os pastores de almas a procurarem-na com o máximo empenho, através da competente educação litúrgica. E insiste: «Mas porque não há qualquer esperança de que tal aconteça, se antes os pastores de almas se não imbuírem plenamente do espírito e da virtude da Liturgia e não se fizerem mestres nela, é absolutamente necessário que se providencie em primeiro lugar à formação litúrgica do clero. E refere os seminários, as casas de formação dos religiosos, e certamente das religiosas, colocando a Liturgia como «uma das disciplinas necessárias e mais importantes, principalmente nas faculdades de Teologia.»

Estivemos aqui, nestes dias, cerca de mil cristãos, vindos de todo o País, bispos, padres, religiosas e leigo. Reflectimos e vivemos o mistério pascal da bem-aventurada Paixão, Ressurreição dos mortos e gloriosa

Ascensão de Cristo que «morrendo destruiu a nossa morte e ressurgindo restaurou a nossa vida».

Não pode ficar tudo na mesma, após este Encontro. Não serve fazer disto, destes dias densos do VIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, um tempo de passar, mais uma estadia agradável em Fátima, mas um tempo convergente no presente do passado e do futuro. Somos nós que devemos levar para as nossas Igrejas particulares aquele também aqui «suplemento de alma» que ajude e nalguns casos desperte as comunidades. E fazer disto lá: com os padres, com os religiosos, as religiosas, os leigos, obviamente com o bispo.

De há muitos anos ponho o acento da maior importância, para a autêntica renovação conciliar, na pastoral litúrgica, assumida e praticada. Até para fim de singularidades e de neo-ritualismos, ou de monotonias que são de fácil instalação. Houve sempre quem gostasse (e há), em nome de certa criatividade, de inventar excentricidades, e também continua a haver quem não mexa uma palheira do chão e se deixe continuar parado no antigamente.

A Igreja, desde o princípio, reúne-se em assembleia para celebrar o mistério pascal: lendo o que se refere a Jesus Cristo em todas as Escrituras (Lc. 24, 27), celebrando a Eucaristia, na qual «se torna presente o triunfo e a vitória da sua morte», e dando graças «a Deus pelo seu dom inefável (2 Cor. 9, 15) em Cristo Jesus», «para louvor da sua glória (Ef. 1, 12), pela virtude do Espírito Santo (S. C. 6).

A Igreja, mistério de Cristo, afecta toda a história da humanidade, é chave do ministério pastoral, vive-se pela Liturgia. Nós somos a Igreja do presente à busca da cidade futura, alimentados «com a palavra da fé e da boa doutrina» (I Tim. 4, 6), enviados a testemunhar.

Daqui iremos continuar, porque celebrar os mistérios da fé é continuar o mistério pascal de Jesus Cristo, o mistério da salvação. Dando ao comprometimento cristão das nossas vidas a militância indispensável que não faça frustrar tantas esperanças semeadas, nem deixe cair o muito que já se tem feito e faz.

† JÚLIO, ARC. BISPO DO PORTO

O Mistério da Páscoa

I — A PASCOA DOS JUDEUS

1. *A Páscoa no tempo de Jesus*

Celebrando e recordando (fazendo memória) a saída do Egipto e as acções de Deus que protege e guia o seu povo ao longo da história, a festa da Páscoa era, no tempo de Jesus, a festa por excelência, a mais importante e a mais enraizada na vida do povo judeu.

Vindos de todo o lado, era em Jerusalém, cidade santa, ponto de convergência de todos os povos para o «Dia de Javé», era em Jerusalém que os judeus se reuniam para comemorar, recordando, os grandes gestos de Javé ao longo da sua história. Era tempo de festa, de alegria, de acção de graças; era tempo de esperança, vivido na esperança revigorador da mesma esperança.

Com um ritual particularmente rico, a refeição pascal centrava-se no banquete em que era comido o cordeiro, previamente imolado no Templo. Adquirido quatro dias antes, 10 de Nizan, o cordeiro era imolado depois do meio dia de 14.

Em grupos de mais ou menos 10 pessoas (as suficientes e bastantes para comer um cordeiro) os peregrinos iniciavam a ceia pascal, festiva, ao entardecer do dia 14, isto é, no início do dia 15 de Nizan, segundo a sua maneira de contar os dias.

Depois da oração prescrita, da preparação do primeiro cálice, da oração de louvor, e uma vez tomados os aperitivos, tinha lugar a liturgia pascal que precedia o banquete propriamente dito. Solicitado pela pergunta ritual posta por um dos comensais sobre o significado da festa, o pai de família ou presidente da mesa dava a explicação da ceia ou da festa com base em Deut 26, 5-11. E aqui vinham naturalmente as diversas interpretações que incidiam em particular sobre o cordeiro pascal que recordava o facto de Javé ter poupado os hebreus ao extermínio com que

castigara os egípcios, sobre as ervas amargas que tornavam presente a amargura da escravidão, e sobre o pão ázimo que recordava a libertação, a vida nova que Javé lhes proporcionara.

Recitada a primeira parte do Halell (Ps 113-114), bebia-se um segundo cálice e iniciava-se o banquete. O pão era benzido pelo pai da família que o partia e repartia pelos convivas que iniciavam o banquete seguindo o exemplo do presidente da mesa que tomava a iniciativa.

Com a bênção do terceiro cálice, o cálice de bênção, terminava o banquete, não sem que antes se recitasse a segunda parte do Halell (Ps 115-118) e se cantasse o louvor sobre o quarto cálice.

Terminada a ceia, por volta da meia-noite, os participantes não deviam sair de suas casas ou tendas antes da manhã do dia seguinte, continuando a festa por mais sete dias (Ázimos).

Era este, em poucas palavras, e segundo vários autores, o cerimonial da festa da Páscoa.

Qual era o conteúdo da festa? Qual o seu objectivo?

Dissemos já que então se celebrava a saída do Egipto, a passagem da não-vida à vida, a primavera do povo, a sua origem, a maneira extraordinário como Javé o criou. E naturalmente que por aí se associavam, na mesma festa e a esse acontecimento fundamental da vida do povo, os gestos mais significativos de Javé ao longo da sua história.

Mas nunca o povo entendeu o celebrar, o comemorar ou recordar, como um simples chamar à memória de algo pertencente ao passado. No dizer dos doutores da lei, em cada geração era cada um obrigado a considerar-se a si mesmo como quando saiu do Egipto.

Celebrar o Êxodo era, de certo modo, torná-lo presente e vivo na vida de cada um, vivê-lo e revivê-lo no que ele foi e significou para o povo. Por isso, e de maneira simbólica, o povo «experimentava» o amargo da escravidão comendo as ervas e a alegria da vida nova comendo o pão ázimo; a maravilha de haver sido poupado por Javé.

E se este olhar para o passado lhe explicava o presente, como caminho constante da escravidão à liberdade, era também para ele abertura de futuro. A presença de Deus no passado era garantia da sua presença no futuro.

Voltar ao passado era assim também entrar constantemente no caminho da esperança, voltar-se para o futuro aberto pelas promessas de Javé e pelos seus gestos.

Por isso, a festa da Páscoa era também uma festa escatológica. Era uma profunda interpelação à obediência, à fidelidade, ao abandono a Javé de quem havia a esperar o que nem a imaginação poderia adivinhar.

Celebrar a Páscoa era projectar-se, atirar-se na esperança para um futuro de vida esperada de Javé.

2. *A origem da festa*

Esta festa da Páscoa, cuja tradição mais antiga vamos encontrar em Ex 12, 21b-23, tem atrás de si uma festa ou simplesmente um rito de características nómadas, pastoris, anteriores ao Êxodo e mesmo comum a outros povos.

Consistia este ritual na imolação de um cordeiro, com cujo sangue se devia aspergir as entradas das casas ou das tendas, com o fim de preservar a vida das pessoas e dos animais de todos os perigos.

Simples, o rito, no dizer do P. Merendino, teria sido sempre comunitário e, ainda segundo o mesmo autor, essencialmente voltado para a defesa das pessoas, garantindo assim a continuidade da família e da tribo.

De características acentuadamente nómadas, como disse (a carne era assada ao fogo, sem necessidade de cozinha; comia-se com pão sem fermento, que ainda hoje é o pão dos beduínos; com ervas amargas, que são as ervas do deserto; e comia-se em situação de quem está em viagem), esta festa ou rito tinha lugar na primeira lua cheia da primavera, na altura em que os pastores partiam com seus gados na busca de novas pastagens.

Era a vida que recomeçava, com todos os perigos decorrentes da sua própria natureza, perigos que era preciso esconjurar e que se personificavam no «exterminador» (Ex 12, 23). Era para se protegerem do exterminador que aspergiam as portas com o sangue do cordeiro imolado.

Referido pelos israelitas a Javé, teria sido este sacrifício, em louvor do seu Deus, que Moisés teria pedido ao faraó para celebrar no deserto (Ex 3, 18; 5, 3; 7, 6, etc.).

3. *A Páscoa e o Êxodo*

É este rito pastoril, essencialmente preservativo, que os israelitas vão transformar na mais importante festa comemorativa da sua saída do Egipto.

A que ficará a dever-se essa transformação?

Creio que poderíamos explicá-lo por duas vias: a via da história e a via da significação dos acontecimentos. Evidentemente que ambas se embrincam e entrelaçam de tal modo que as não podemos isolar.

Do ponto de vista histórico poderíamos servir-nos de Ex 11, 1-13, 6. Vemos aí, efectivamente, que a Páscoa nos aparece estreitamente vincu-

lada com a décima praga, e por ela, com a saída do Egipto. Mas será preciso saber ler o texto; ter em consideração que não estamos perante uma crónica de acontecimentos, mas duma re-leitura posterior, numa altura em que a Páscoa tinha adquirido já uma importância de relevo no culto israelita. A Páscoa é-nos apresentada aí como possibilitando exactamente o que comemora. O que se terá passado realmente?

Sem grandes pormenores, diremos com o P. De Vaux que do ponto de vista histórico haverá simplesmente uma coincidência temporal entre uma celebração da Páscoa pelos israelitas e o flagelo que vitimou os egípcios e possibilitou a saída dos hebreus.

E terá sido exactamente a conjugação desta recordação histórica, a saída do Egipto por altura do flagelo, com a celebração da Páscoa, na mesma altura, que possibilitou a transformação do significado de todo o rito pascal. O próprio nome (Páscoa) foi interpretado de Javé que «passou», «saltou», por cima, protegeu as casas dos israelitas, poupando-os ao flagelo, em razão do sangue do cordeiro que assinalava as suas casas (Ex 12, 24); o «exterminador» converteu-se no executante da praga (Ex 12, 33); as vestes de pastores transformaram-se nas vestes de viajantes prontos a sair (Ex 12, 11); o pão sem fermento no símbolo da de saída (Ex 12, 34-35).

É assim que a Páscoa se assume como festa celebrativa e comemorativa dos acontecimentos que actualiza, que quase presencializa às novas gerações, a todas as gerações. A vítima pascal é assumida, no seu sangue derramado como a possibilidade da saída que comemora.

Mas esta vinculação histórica, esta re-leitura de acontecimentos, não poderá fazer-se sem termos em consideração a abertura significativa dos acontecimentos.

Era a Páscoa uma festa da primavera em que se assinalava e marcava o início da vida, o caminhar à procura de novas fontes e possibilidades de vida. Era um rito de preservação da família e dos rebanhos, de defesa da vida. Ora, não foi o Êxodo vivido pelo povo em dimensão idêntica?

O Êxodo foi, efectivamente, a grande primavera do povo de Deus. Foi o seu nascimento como Povo Eleito, como Povo de Deus. Foi o início do seu caminhar para a vida, para a terra da felicidade, da liberdade; foi a abertura à possibilidade dum futuro próprio, dum futuro de vida assente na presença, na promessa e na fidelidade de Javé. Não teve o Êxodo, na sua origem, um acontecimento «miraculoso» de poupar os hebreus ao extermínio que vitimou os egípcios? Não está ele vinculado à preservação da sua própria existência material?

Foi, sem dúvida, esta assunção dos acontecimentos, esta aproximação significativa que transformou a festa da Páscoa, que transformou um rito pastoril que o povo executava exactamente no momento em que partia para a vida.

4. *A Páscoa, festa de peregrinação*

Ainda que prescrita muito cedo como festa comemorativa da bênção de Javé que havia poupado os hebreus, e, no seu complexo, como comemorativa da saída do Egipto, só mais tarde é que a Páscoa vai fazer parte das grandes festas de peregrinação, por altura das quais todo o povo se reunia em Jerusalém para celebrar e cantar os grandes gestos de Javé ao longo da sua história.

Inicialmente, a festa celebrava-se ao nível da parentela, a um nível familiar mais ou menos alargado.

Entretanto, e com a entrada na terra, algo vai modificar-se. A mudança de vida, de nómada para sedentária, trouxe consigo a mudança também de certos costumes. É assim que a festa da Páscoa, de características eminentemente pastoris, vai perder parte da sua importância. Mas, por outro lado, o povo vai assumir a festa dos Ázimos, de características marcadamente agrícolas, para celebrar os mesmos acontecimentos.

Mas, a Páscoa tinha as suas raízes bem fundas. E é ela que vai assimilar a festa dos Ázimos. Isto acontece por várias razões. Os Ázimos celebravam-se na mesma altura, na primavera, no mês de Nizan. Depois havia também o pão ázimo. Assim as duas festas juntam-se numa só com o nome de Páscoa. E com os Ázimos a Páscoa torna-se uma festa de peregrinação, mas aos santuários centrais das tribos.

Isto porém trazia um grande inconveniente. Era a dispersão das tribos, era o enfraquecimento dos laços de união entre elas como povo único.

Para obviar a isto mesmo, e por razões de ordem político-religiosas, os reis Ezequias (716-687) e depois Josias (640-609) vão empreender uma grande campanha de purificação do culto pela sua centralização em Jerusalém, no «lugar que Deus escolheu para aí fazer habitar o seu nome» (Dt 16).

É assim que também a Páscoa vai tornar-se uma grande festa de peregrinação comunitária e um instrumento de união entre o povo.

«Do tempo dos Juízes e em todo o tempo dos Reis de Israel e Judá, nunca se havia celebrado uma Páscoa tão solene como aquela que se celebrou em Jerusalém no ano 18 de Josias» (2 Rs 23, 22-23).

Centralizado no Templo, o sacrifício da Páscoa torna-se um sacrifício cultural propriamente dito; o sangue do cordeiro é derramado sobre o altar e os actores são os sacerdotes e os levitas (2 Cr 35, 11 ss.).

Depois do exílio, durante o qual a Páscoa se celebrava ao nível da família e o rito do sangue foi retomado mais uma vez como preservativo (a situação era difícil) e distintivo do povo de Deus no estrangeiro, a Páscoa torna-se a festa por excelência, cuja omissão acarretaria para os judeus uma autêntica comunhão (Nm 9, 13).

Visto como um novo êxodo (cf. Is 67, 7-64, 11), o regresso do exílio, que ficará a dever-se ao Servo de Javé, luz das nações (Is 53, 7), vai unir as duas figuras, do Servo e do Cordeiro Pascal, como tipos ou figuras do Messias futuro, do libertador, do criador do novo povo para os últimos tempos.

A Páscoa torna-se na festa culminante do ano litúrgico. Todo o povo se reunia, celebrava e cantava Javé seu Pai como Povo de Deus; aí tomava e reforçava cada ano a sua própria consciência de povo e da sua pertença a Javé.

Os perigos de nacionalismos fáceis e rápidos eram um facto. As autoridades sentiam-no; daí as precauções.

Mas a fé religiosa, mais poderosa, mantém-se:

A Páscoa comemorativa do nascimento e das acções salvíficas de Deus a favor do seu povo é e vive-se sempre como uma festa de esperança. Será numa noite de Páscoa que virá o Messias.

II — A PASCOA DE JESUS

Quando pensamos na Páscoa de Jesus, pensamos imediatamente na sua «hora» de passar deste mundo ao Pai (Jo 13, 1).

Mas esta «hora» de Jesus, hora máxima da sua vida, ponto culminante da história da revelação, e por isso mesmo da obra salvífica de Deus, esta «hora» é o ponto de chegada duma vida, o ponto mais alto duma existência toda ela vivida como «passagem» de Si mesmo ao Pai no amor que n'Ele consagrou aos homens (cf. Filp 2, 1-11).

É nesta perspectiva que há-de entender-se a sua morte cuja significação foi dada na última ceia, na qual antecipa de maneira sacramental o seu calvário, e pela repetição da qual perpetua o mesmo calvário. Mas a inteligência profunda de quanto se passou na «última ceia» vem sendo preparada ao longo da vida.

É uma ceia com os seus amigos que há-de entender-se no contexto de outras refeições que Jesus vinha tendo ao longo da sua vida.

Depois é uma ceia pascal; pelo menos vivida em ambiente absolutamente pascal.

E foi por alturas da Páscoa que Jesus foi realizando gestos e pronunciando palavras que vão encaminhar os seus ouvintes para quanto se passará no fim. É por ocasião da Páscoa que se assume e identifica, no seu corpo ressuscitado, como o novo Templo, à volta do qual o povo se encontrava como tal, se reforçava e recriava na sua coesão, no seu ser, procurando uma consciência cada vez mais profunda daquela que era e sentia ser a sua relação a Deus.

E foi ainda na altura da Páscoa que Jesus partiu e repartiu o pão, que miraculosamente multiplica, pela multidão faminta; pão que viria a ser o pão repartido da Nova Páscoa.

É assim que Jesus vem preparando os seus discípulos para o grande dia, para o dia em que se assumirá como o verdadeiro cordeiro pascal, o cordeiro libertador, o doador da vida definitiva.

1. *A Última Ceia*

Caminhando para a morte duma maneira absolutamente consciente e livre, é na última ceia, com as palavras sobre o pão e sobre o cálice, que Jesus, antecipando-a de maneira sacramental, revela a sua morte em todo o seu alcance redentor, fazendo dela a sua verdadeira Páscoa, e nela a Páscoa do universo, da humanidade.

No contexto da vida de Jesus, esta ceia, como tal, vem na sequência de muitas refeições que Jesus tomava com os seus e que muito preocupavam os seus adversários. Efectivamente, na mentalidade do tempo, sentar-se à mesa com alguém era criar uma comunidade de vida, uma comunidade de paz, por participação do mesmo alimento, fonte de vida. (Comer à mesa é sinal de comunhão, de reconciliação). Sobretudo a partir da Confissão de Cesareia, a participação na refeição com Jesus aparecia como participação nos bens messiânicos, de salvação futura que Jesus oferecia a todos, sem distinção, porque todos admitia ao seu convívio. Também a última ceia foi vivida pelos convivas em ambiente e orientação escatológica, vista como antecipação dos tempos finais da salvação.

Por outro lado, e além disso, a última ceia foi, pelo menos, vivida em ambiente pascal, se é que não foi mesmo uma ceia pascal. E, naturalmente, na linha da tradição judaica, também Jesus, como presidente da mesa, deveria interpretar para os convivas o sentido do rito pascal celebrado (Ex 12, 26; 14, 8).

Entretanto, nesta ceia algo de novo e extraordinário se vai passar

e que vai fazer dela um banquete de certo modo irrepetível até ao banquete final no Reino de Deus.

Antes de mais, quando Jesus diz do pão que abençoa, parte e reparte, que é o seu corpo (entregue à morte) e do vinho ser o seu sangue derramado, apresenta a sua morte como o verdadeiro sacrifício pascal do qual Ele é o novo cordeiro, o cordeiro pascal escatológico (cf. 1 Cor 5, 7) cuja morte realiza a nova aliança prefigurada no Sinai (Ex 24, 8) e predita para os tempos da salvação (cf. Jer 31, 31-34).

Por outro lado, e em segundo lugar, pronunciando estas palavras com as palavras tradicionais da bênção da mesa, elas adquirem ainda um outro significado, outro valor ou outra eficácia.

Segundo o ritual judaico a participação dos convivas no pão partido e repartido e no vinho abençoado pelo pai de família, significava a participação na própria bênção. Repetindo o mesmo gesto, Jesus vem significar e dizer que os seus convivas entravam a participar na força expiatória da sua morte sacrificial. Assim ficava realizado de maneira sacramental, e em toda a sua força, o seu sacrifício que dramaticamente iria ter lugar no calvário.

A comunidade dos discípulos ficava assim como que voltada para o Reino que Jesus preparava. A sua existência na terra ficará determinada por este dom pelo qual, ao longo dos tempos, se torna presente a Jesus no seu sacrifício. A Eucaristia será o rito pelo qual a Igreja se une ao seu mestre, se Lhe torna presente, entre a sua partida e a sua última vinda.

É dando-se assim à morte, que aceita como sacrifício e resgate por uma multidão, que Jesus morre como Servo de Javé cujo sofrimento e morte são apontados por Is 53 como os dum inocente (v. 9), suportados com paciência (v. 7), voluntariamente (v. 10), queridos por Deus (v. 16) e, por consequência, expiatórios em proveito daqueles de quem toma o lugar e por quem se dá (v. 4). É uma vida de Deus e um Deus que Se entrega à morte e por isso com uma força expiatória sem limites.

É a Páscoa de Jesus. É a nossa Páscoa. É a libertação de todo o pecado, da morte, é o dom da vida e da vida plena.

2. Alcance Teológico

Palavra do Pai, revelação definitiva de Deus, Jesus concentra em Si mesmo, personalizando-os, todos os gestos e palavras de Deus ao seu povo e por ele à humanidade. E é na hora suprema da sua vida, que Ele antecipa de maneira sacramental na última ceia, que Jesus leva ao fim, à plenitude, o desígnio salvífico de Deus.

A Páscoa judaica, recordação e esperança da grande libertação de Deus, é aqui elevada a um expoente absolutamente gratuito que a ultrapassa em absoluto.

Tornando-se a nova Páscoa, derramando o seu próprio sangue na imolação total de Si mesmo, na fidelidade absoluta ao amor do Pai, Jesus leva consigo a própria humanidade cujos pecados assume sobre Si mesmo. Torna-Se o Novo Povo de Deus. Ele é o Novo Israel. E será por enxerto n'Ele, a verdadeira videira, que os homens se constituirão em família de Deus, comunidade santa, povo sacerdotal, comunidade liberta agora do poder do pecado e da sua força de morte.

Entregando-Se como pão repartido, Jesus une Si mesmo, no acto da sua morte, todos quantos participam do mesmo pão abençoado, partido e repartido. Cria-os como nova comunidade e torna-Se seu alimento espiritual. Não são mais os laços da carne ou do sangue que constituirão o Povo de Deus. Será no próprio Jesus, «cordeiro de pé e como que imolado», que os homens se encontrarão com Deus e em Deus como comunidade salva, santa, escatológica, como comunidade de filhos no Filho. Alimento, Jesus dá-Se para a vida e para a vida eterna. E no seu sangue derramado Jesus realiza a aliança nova, a comunhão perfeita entre o homem e Deus.

No seu sangue Jesus personaliza a entrega e a fidelidade que Deus esperava do seu povo, até então simbolizada no sangue do cordeiro. A aliança fica definitivamente realizada. Não há mais cordeiros. E será pela participação no sangue derramado que a humanidade realizará em Jesus e por Jesus aquela comunhão definitiva e escatológica de que a aliança antiga era preparação e figura. Ele é a nossa paz.

III — A PASCOA DO CRISTÃO

Penso que chegamos ao ponto fundamental do que me foi pedido: a nossa Páscoa. Efectivamente, tudo quanto disse, se vale, vale exactamente e na medida em que nos fizer viver a nossa própria Páscoa com mais profundidade. Mas a nossa Páscoa é Cristo. Viver a Páscoa, portanto, será viver o próprio Senhor Jesus Cristo, e Cristo imolado e ressuscitado («de pé e como que imolado»). Será n'Ele e por Ele que a nossa vida será Páscoa.

Por amor duma certa clareza vamos falar disto mesmo em dois tempos: celebração da Páscoa e vivência da Páscoa.

1. *A Celebração da Páscoa*

Nascido da e na Páscoa de Jesus Cristo, é na comemoração desta que o novo povo de Deus se refaz, toma consciência de si mesmo e se renova e realiza como povo resgatado, herança de Deus, sua propriedade.

Na linha dos seus antepassados, todos os anos, na primavera, também os cristãos celebram o seu nascimento, a sua vida, a sua abertura à plenitude escatológica em Deus Salvador por Jesus Cristo. Aí retoma e recorda a sua história, a história da sua salvação. Por aí entre na globalidade da história santa, tomando consciência e entrando no «esforço» de Deus ao longo dos tempos, pelo seu e no seu nascimento. É a festa do povo de Deus. É o encontrar-se com o seu Deus, dado nas suas palavras, nos seus gestos, no seu Filho; é o redescobrir-se anual no seu passado e no seu futuro, na busca do sentido do presente.

Mas a Páscoa tem outra celebração: a celebração dominical. É o dia do Senhor, o dia da sua ressurreição. O oitavo dia. O dia da renovação, da nova criação. Reunindo-se na sua fé, convocados pelo Senhor para a celebração eucarística, o povo de Deus torna-se constantemente presente a Jesus no sacrifício do seu corpo e sangue que sacramentalmente se renova. Participando no seu sacrifício, o cristão ultrapassa os limites do tempo e do espaço e vive as sementes de eternidade de cada momento.

Efectivamente, celebrar a Eucaristia não é recordar simplesmente o passado, ainda que com toda a sua força. Não é repetir um rito mais ou menos significativo. Não é celebrar mais um gesto salvífico de Deus. Celebrar a Eucaristia é tomar parte na doação pessoal de Jesus e tornar definitivamente presente a salvação de Deus no seu Filho.

Unido a Jesus que se dá em alimento salvador, o cristão, o novo povo de Deus, vive n'Ele e por Ele aquela unidade escatológica a que todos e cada um é chamado em Jesus Cristo. Aí traz o céu à terra ou eleva a terra ao céu. Vive e refaz-se na sua união com Cristo, cordeiro imolado, na sua unidade com todos os homens por quem Cristo Se dá e imola.

Mas este mistério eucarístico, este mistério de unidade universal a Deus por Jesus Cristo, que se celebra tende por sua própria natureza a actualizar-se na vida do mundo. Ele é, por aí, a grande contestação da ordem terrestre. É o quebrar de todas as barreiras sociais, ideológicas, ráticas ou culturais que dividem os homens. Ele é a proclamação da unidade universal, em Cristo a cabeça do universo em quem, por quem e para quem tudo foi criado.

Celebrado por homens inteligentes e livres, Ele actua pela actua-

ção dos homens penetrados pela sua própria força, tornados obreiros da própria salvação pela força de Cristo que vive neles.

2. *A Vivência da Páscoa*

Desde o início que os cristãos entenderam a dimensão existencial da Eucaristia. As expressões usadas «Ceia do Senhor», na comunidade de Corinto, e «Fracção do Pão», em Jerusalém, acentuam cada uma um aspecto diferente das exigências da Eucaristia.

Se em Corinto o acento cai mais sobre a verdade da comunidade entre as pessoas das diferentes classes, realizada pela presença do Senhor, em Jerusalém quer significar-se particularmente a «partilha» dos bens entre os irmãos, a caridade, a que a Eucaristia deve conduzir e que deve traduzir.

É na vida da fé e do amor, na vida em comunhão, que a Eucaristia se torne actuable e eficaz na vida dos homens que a celebram.

Efectivamente, o mandato do Senhor: «fazei isto em memória de Mim» não se realiza, não se cumpre, simplesmente pela repetição da acção litúrgica.

Na S. E. «memória» não é simplesmente um acto interior, mas implica sempre um agir, implica acção. Se Deus, o Deus da Aliança, se recorda do seu povo quer dizer que Deus actua como no passado actuou em seu favor; se, por outro lado, é o homem que é interpelado a recordar o seu Deus, isso significa para ele um convite permanente a viver a fidelidade à aliança. E é nesta convergência de memórias que a aliança se realiza na sua eficácia salvífica. É assim que a «memória» torna presente nos seus efeitos um acto passado que se reflecte na sua significação, na sua eficácia e é, ao mesmo tempo, uma abertura ao futuro de salvação.

Nas palavras de Jesus há, entretanto, algo de novo em absoluto. A memória que se faz pela repetição dos gestos e palavras de Jesus sobre o pão e o vinho, não é de qualquer acontecimento, mas de «Mim». O que se recorda é o «Eu» de Jesus fazendo o que fez e disse. É um acontecimento personalizado e um acontecimento que recapitula toda a existência de Jesus. É Jesus que Se entrega em fidelidade absoluta pela vida do mundo; é Jesus que Se dá aos seus, com quem estabelece uma comunidade de destino por uma transformação n'Ele mesmo.

A acção litúrgica torna-me assim presente a Jesus Cristo que Se me entrega, que me faz participante da sua própria vida.

Esta «memória» é assim um convíte a agir como Jesus, ou melhor, pelo facto de Ele Se me dar em alimento, convida-me a agir como Ele agiu pela sua própria força que actua em mim.

Celebrar a Eucaristia implica assim, pela sua própria natureza, viver o mesmo mistério celebrado; viver a doação e fidelidade total a Deus em Jesus Cristo. Por aqui se faz a Igreja como povo sacerdotal, até que Ele venha.

Na sequela de Jesus e em Jesus, é o povo de Deus como tal e cada um dos seus membros convidado a dar-se a Deus nos outros, e aos outros a Deus, na vida duma Páscoa permanente, num sair constante de si para os outros na busca da vida que encontra na própria morte em Cristo Jesus.

Identificando-se com Jesus, na celebração eucarística, na «memória» da sua Páscoa, o Novo Povo de Deus assume-se em Jesus como uma comunidade sacerdotal, uma comunidade de serviço, uma comunidade que se oferece no seu Senhor, também ela pela salvação da humanidade. Diria que se torna consciência da humanidade que louva, e vítima oferecida por uma comunidade que peca.

///

Este pequeno trabalho que, em matéria discutida entre os autores, procura seguir uma linha coerente, foi elaborado a partir das obras seguintes, entre elas:

● J. LEIPOLDT y W. GRUNDMANN, *El mundo del Nuevo Testamento*, ed. Cristiandad, Madrid, 1973.

● XAVIER LEON-DUFOUR, *Le partage du pain eucharistique selon le Nouveau Testament*, ed. du Seuil, Paris, 1982.

● J. JEREMIAS, *Theologie du Nouveau Testament*, I. *La Predication de Jesus*, ed. du Cerf, Paris, 1973.

● R. DE VAUX, *Historia antigua de Israel*, ed. Cristiandad, Madrid, 1975.

● — *Instituciones del Antiguo Testamento*, ed. Herder, Barcelona, 1961.

● THIERRY MAERTENS, *Fiesta en honor a Yave*, ed. Cristiandad, Madrid, 1964.

ANTÓNIO MARIA BESSA TAIPA

A Celebração da Páscoa ao longo dos Tempos

1. A FESTA DA PÁSCOA

1.1- *Páscoa hebraica e Páscoa cristã*

A «páscoa» designa originariamente a «festa» que os judeus celebravam todos os anos comendo o cordeiro pascal na noite de 14 para 15 do mês de Nizan, em memória da saída do Egito. Segundo o livro do Êxodos 12, 11 s., é a «passagem» do Senhor.

A esta noite se junta a semana que vai de 15 a 21 de Nizan, chamada «a festa dos ázimos». Mas na linguagem corrente as duas festas confundiam-se e chamavam-se indistintamente a «páscoa». É assim que os evangelhos empregam a palavra quando falam da «festa dos ázimos que é chamada Páscoa» (Lc. 22, 1).

Assim se explica também a expressão paulina da 1Cor. 5, 7:

«Cristo, nosso cordeiro pascal, foi imolado. Celebremos, pois, a festa, não com o velho fermento da malícia e da corrupção, mas com os ázimos da pureza e da verdade».

A imolação do cordeiro é pois o fundamento e a origem da festa dos ázimos.

Apoiando-se neste texto da 1Cor. 5, 7, os cristãos dos primeiros tempos começam a chamar «páscoa» à comemoração anual da Paixão do Senhor. Da páscoa judaica os cristãos receberam o nome, a data e o simbolismo, mas a realidade nova é Cristo, o cordeiro pascal da nova aliança. Já os escritos apostólicos ensinavam, em cada uma das suas páginas, o carácter pascal da salvação em Jesus Cristo. Não admira pois que os cristãos, conscientes de formarem o novo Israel, vissem na morte do Senhor a plena realização da páscoa judaica.

1.2- A Páscoa semanal: o Domingo

O que a festa da Páscoa representa no ciclo do ano, representa-o o domingo na decurso da semana. Mas a Igreja não podia contentar-se com a celebração da páscoa anual: assim fez de cada domingo uma pequena festa pascal. Aliás, é geralmente admitido, e com razão, que a festa semanal é mais antiga que a festa anual e que esta se começou a celebrar, desde o princípio, numa grande parte da Igreja, no dia do Senhor.

Foi no primeiro dia da semana que o Senhor ressuscitou e apareceu aos seus; na noite do mesmo dia, depois de Se ter dado a conhecer aos discípulos de Emaús na «fracção do pão», apresentou-se no meio dos apóstolos e comeu com eles. Oito dias mais tarde, numa nova assembleia dos onze, convidou Tomé a introduzir o dedo nas suas chagas.

Compreende-se assim que a comunidade apostólica tenha feito do primeiro dia da semana o dia do Senhor, evocando a sua ressurreição pela qual Jesus se tornou *Kyrios* — Senhor (cf. Fp. 2), e celebrando o memorial da sua Paixão segundo as palavras de Jesus na última ceia: «Fazei isto em memória de mim». E «desde então, como diz a Constituição sobre a Liturgia no n.º 6, nunca mais a Igreja deixou de se reunir em assembleia para celebrar o mistério pascal: lendo o que a Ele se referia em todas as Escrituras e celebrando a Eucaristia na qual se torna presente o triunfo e a vitória da sua morte».

Já a 1 Cor 16, 2 refere que no primeiro dia da semana se fazia nas Igrejas da Galácia e de Corinto a colecta para os pobres de Jerusalém. Mas o testemunho que geralmente se assume como definitivo para demonstrar que já na Igreja apostólica se celebrava a Eucaristia no primeiro dia da semana é-nos referido pelos Act. 20, 6-7:

«Quanto a nós, embarcámos em Filipos depois dos dias dos Ázimos e encontrámo-nos, cinco dias depois, em Tóade, onde passámos sete dias. No primeiro dia da semana, estando nós reunidos para partir o pão, Paulo, que devia partir no dia seguinte, começou a falar com eles e prolongou o seu discurso até à meia-noite.»

No Livro do Apocalipse o primeiro dia da semana é já chamado «dia do Senhor» (Ap. 1, 10). Neste dia, segundo o livro da *Didaqué*, mais ou menos da mesma época, tinha lugar a assembleia dominical:

Reuni-vos no dia do Senhor para a fracção do pão e dai graças, depois de haverdes confessado os vossos pecados, para que a vossa oblação seja pura (XIV).

Desde o fim do século I o «domingo» impõe-se de tal maneira que viver «segundo o domingo» é já símbolo da nova vida cristã:

Se os que andavam na antiga ordem das coisas (no judaísmo) chegaram à nova esperança não observando mais o sábado, mas vivendo segundo o dia do Senhor, no qual a nossa vida se levantou por Ele e por sua morte... como poderíamos nós viver sem Ele, a quem mesmo os profetas, discípulos do Espírito, esperavam como seu mestre? (S. Inácio de Antioquia, aos Magnésios, 9, 1-2).

A celebração do dia do Senhor se juntariam outras práticas no decorrer da semana, constituídas essencialmente pelo jejum e a oração:

Vossos jejuns não tenham lugar com os dos hipócritas (os judeus); eles jesuam no segundo e no quinto dia da semana; vós, porém, jejuai na quarta e na sexta (dia da preparação). (Didaqué, 8).

1.3- *A Páscoa anual nos séculos II a IV*

Da celebração semanal da Páscoa iria nascer, no decurso do século II, a celebração anual da Páscoa cristã. O ciclo semanal só tinha que surgir com maior realce quando o acorrência anual ligava mais intensamente aqueles dias aos mistérios da Redenção.

A celebração da páscoa anual compreende praticamente os mesmos dias do ciclo semanal: dois dias de jejum em memória da Paixão e a Eucaristia pela qual se passa do jejum à festa. Não admira que desde a princípio tenha havido a tendência de concluir a celebração da páscoa anual no domingo a seguir ao 14 de Nizan, dia da páscoa judaica.

A páscoa cristã apresenta-se, assim, como a solenização do domingo que se segue à páscoa judaica. A festa da páscoa é o grande domingo do ano.

O testemunho mais antigo de uma festa cristã da Páscoa encontra-se na *Epistola Apostolorum* (c. 120-140). Sob a forma de predição profética, ela faz dizer a Cristo:

Quando estiverdes a celebrar a memória da minha morte, isto é, a páscoa, um de vós, aqui presente, será lançado na prisão por causa do seu nome, e estará triste porque não pode celebrar convosco a Páscoa. Mas eu enviarei um anjo que lhe abrirá as portas, ele sairá da prisão e virá ter convosco para passar convosco a noite

de vigília. E quando, ao cantar do galo, tiverdes celebrado o meu ágape e a minha memória...

A *Epistola Apostolorum* conhece, portanto, uma festa pascal celebrada cada ano para comemorar o morte do Senhor, em ligação, quanto à data e possivelmente quanto à tipologia, com a páscoa judaica. A *Epistola* fala da festa como de algo bem conhecido. Não se trata de uma instituição nova mas de uma tradição cristã de que o Senhor fala aos seus apóstolos e de tal modo importante que, para nela tomar parte, o apóstolo prisioneiro obterá, por assim dizer, do próprio Deus, uma permissão de saída.

No século II, a Páscoa é já considerada em toda a parte, tanto no Oriente como no Ocidente, como uma festa herdada da tradição apostólica. O único problema era saber em que dia se devia quebrar o jejum e celebrar a festa. Foi esta uma das questões que mais agitou a Igreja no decurso do século II, e de que Eusébio de Cesareia nos dá conta na sua *História Eclesiástica* (V, 23-25).

As comunidades da Ásia Menor tinham por tradição, apelando para a autoridade do apóstolo S. João, celebrar a Páscoa no mesmo dia da páscoa dos judeus, no dia 14 de Nizan, qualquer que fosse o dia da semana em que caísse. Fixados no facto de Jesus ter morrido na sexta-feira, 14 de Nizan, e convencidos de que a morte de Cristo tinha substituído a páscoa hebraica, celebravam a páscoa jejuando nesse dia, 14 de Nizan, e terminavam o jejum com a celebração eucarística que tinha lugar ao fim da tarde. Porque celebravam a páscoa a catorze de Nizan, ficaram conhecidos pelo nome de «quatordecimanos».

No Ocidente, e sobretudo em Roma, havia a tradição de que a Páscoa se devia celebrar ao domingo, ou seja, no domingo que vem a seguir ao 14 de Nizan dos judeus. Neste caso, o jejum deve prolongar-se até ao fim de sábado, celebrando a Eucaristia só no domingo à hora da Ressurreição. Assim se acentuava de modo especial, como principal tema da festa, a ressurreição do Senhor. Não havia diferença de princípio porque também na Ásia Menor se celebrava o mistério da Morte e da Ressurreição. Era uma simples diferença de acento, mas suficiente para suscitar uma acalorada controvérsia.

Por volta do ano 195, o Papa Vítor quis esclarecer a questão e fez convocar vários sínodos, em que os próprios bispos da Ásia Menor se declararam pelo uso romano: «Só no domingo se deve celebrar o mistério da Ressurreição do Senhor e até esse dia não se deve quebrar o jejum pascal».

1.4- *A celebração da Páscoa na Igreja primitiva*

Como era celebrada a Páscoa na Igreja primitiva? Uma vez que a obra da salvação se realizara em dois momentos — a paixão e a ressurreição —, a festa da Páscoa tinha também um duplo conteúdo ou mais exactamente duas fases: começava com um tempo de jejum e terminava com a celebração eucarística no meio de grande alegria. Os dois tempos da Páscoa não se separam; ambos são essenciais para a celebração do mistério de Cristo morto e ressuscitado.

Assim para Tertuliano a palavra «páscoa» aplica-se indiferentemente ao dia da festa e aos dias de jejum:

Por isso, renunciamos ao beijo do dia da Páscoa, enquanto jejuamos em comum... (De oratione, 18).

Este jejum, que é absoluto, compreende a sexta e o sábado:

Porque consagramos nós o quarto e o sexto dia da semana com «estações», e na Parasceve com jejuns? E acontece que estendemos também o jejum ao sábado que só na Páscoa pode ser passado em jejum (De jejunio, 14).

Também segundo a *Tradição Apostólica* de Hipólito este jejum é total:

Ninguém coma nada na Páscoa, antes de se fazer a oblação, pois não será considerado o jejum de quem assim proceder (n.º 33).

O jejum começa na sexta-feira mas o jejum de sábado não é menos importante:

Se uma mulher estiver grávida ou não se sentir bem e não puder jejuar os dois dias, jejue ao menos no sábado, contentando-se com pão e água (Ibid.).

A preeminência do sábado sobre a sexta-feira mostra bem o carácter especificamente pascal do jejum destes dias.

Uma descrição completa da celebração da Páscoa nesta época encontrámo-la na *Didascalia dos Apóstolos*:

Na sexta-feira e no sábado, guardai um jejum absoluto, não provando coisa alguma. Reuni-vos depois, juntamente, velai e passai a noite com orações e súplicas, leitura dos profetas, dos evangelhos e dos salmos, com temor e tremor e com aclamações solenes até à terceira hora da noite que se segue ao sábado; e então cessai o vosso jejum... Trazei as vossas oferendas, comei e sede felizes, estai contentes e jubilosos, porque Cristo, penhor da nossa ressurreição, ressuscitou. E isto será para vós uma lei para sempre, até ao fim do mundo (cap. 21 da ed. de Funck).

O jejum e a festa, a passagem de um à outra noite santa, em que as horas de jejum acabam na oração e em que a festa se inaugura com a Eucaristia, tal é a Páscoa dos cristãos.

É tão grande a alegria desta festa, que ela se prolonga por um período de cinquenta dias:

Porque é que nós celebramos a Páscoa cada ano no primeiro mês? E porque é que nós passamos na alegria os cinquenta dias que se seguem?... Consideramos como falta jejuar ou rezar de joelhos no domingo. E gozamos deste modo privilégio desde o dia de Páscoa por todo o Pentecostes. (Tertuliano, *De corona*, 3).

Também a *Tradição Apostólica* refere que «se alguém se encontrar a bordo ou em qualquer dificuldade e se esquecer da Páscoa, deve jejuar após a Quinquasésima (Pentecostes). O Pentecostes ou tempo pascal é pois uma espécie de dia do Senhor prolongado e particularmente solene que deve ser vivido inteiramente na alegria.

2. O TRÍDUO PASCAL

2.1- *Unidade na celebração do Tríduo pascal*

Como vimos no capítulo anterior, a celebração anual da Páscoa compreende a sexta, o sábado e o domingo. É o «tríduo sagrado de Cristo morto, sepultado e ressuscitado» (Santo Agostinho, *Epist.* 55, 14).

A Igreja dos primeiros tempos não pensava celebrar as distintas fases do mistério da Páscoa comemorando-as uma a uma. Ao contrário, a estrutura simples daquela liturgia indica e quer significar a unidade da morte e ressurreição de Cristo.

Era inevitável, entretanto, e isto constituía uma evolução normal,

que a Igreja chegasse à celebração de cada uma das fases que compõem o mistério pascal, não as separando entre si, mas considerando-as de uma forma particular, sempre dentro de um contexto de unidade.

Já Santo Ambrósio testemunha esta evolução, quando diz:

Devemos observar não só o dia da Paixão mas também o da Ressurreição. Assim celebramos um dia de amargura e outro de alegria. Naquele jejuaremos e neste satisfaremos o nosso apetite (*Carta* 23, 12-13).

Mas um pouco mais adiante voltamos a encontrar-nos com a antiga tradição:

É o tríduo sagrado... em que Cristo sofreu, descansou e ressuscitou, segundo a palavra que Ele disse: «Destruí este templo, e eu em três dias o levantarei (Ibid.).

Também Santo Agostinho, na sua primeira *carta a Januário*, distingue a celebração anual da paixão do Senhor da sua ressurreição, mas numa segunda carta mostra como é que o cristão deve reproduzir na sua vida «o santíssimo tríduo de Cristo crucificado, sepultado e ressuscitado» (Epist. 54, 14).

Em S. Leão Magno, o tríduo pascal brilhará ainda com todo o seu esplendor sacramental, constituindo os três dias a solenidade pascal (*paschalis festivitas*) ou o mistério pascal (*sacramentum paschale*).

2.2- A celebração das etapas da salvação

Gradualmente, a unidade do tríduo pascal vai-se dividindo em vários momentos enquanto sobressaem os diversos aspectos do mistério da salvação.

A partir do século IV, a situação da festa da Páscoa encontra-se já radicalmente mudada pelo facto de ao lado da festa tomar lugar um novo ciclo festivo, o ciclo do Natal. Neste tempo já não é a paixão e ressurreição do Senhor que ocupam o centro da festa, mas a Encarnação do Verbo e a sua gloriosa manifestação na carne.

A esta evolução corresponde o carácter realista, que se nota por exemplo na arte cristã do século IV, e que levou a liturgia a prender-se, de uma forma menos mistérica e mais psicológica, aos acontecimentos

históricos. A natureza profunda da festa da Páscoa permaneceu salva e a Vigília pascal continuou sendo o centro e o ponto culminante da festa. Mas a seu lado tomaram lugar celebrações novas que apresentavam de maneira mais detalhada a paixão do Senhor e festejavam mais distintamente os acontecimentos posteriores à Ressurreição. Assim, na sexta-feira santa celebrar-se-á a Paixão de Cristo e no domingo de Páscoa a sua ressurreição; a quinta-feira santa será dedicada à comemoração da ceia do Senhor; quarenta dias depois da Páscoa celebrar-se-á a Ascensão e no quinquagésimo dia a vinda do Espírito Santo.

A partir de agora, a expressão «tríduo sagrado» passa a abranger também a quinta-feira, centrando-se na morte de Cristo, enquanto que a «Páscoa» passa a designar somente o domingo da Ressurreição. A «Páscoa» antiga vem assim a perder o seu sentido original de «passagem» para significar antes o termo da passagem, o domingo de Páscoa. Tal distinção não é artificial. Todavia ela encerra o perigo de dissociar morte e ressurreição, as duas faces do único mistério salvífico.

2.3- A liturgia de Jerusalém

Podemos aperceber-nos desta evolução, da forma mais sensível, lendo a Peregrinação de Etéria que nos dá conta da liturgia de Jerusalém por volta do ano 375.

No domingo em que se entra na semana pascal, aqui chamada «semana maior», celebram-se as cerimónias do costume na Anástasis e junto à Cruz...

À tarde reproduz-se o cortejo do Senhor desde o Monte das Oliveiras até à cidade (31). Nos dias seguintes, os fiéis continuam a reunir-se nos lugares santos, principalmente no *Martyrium* e na *Anástasis*.

Na quinta-feira, à hora oitava (duas da tarde), reúne-se todo o povo no *Martyrium*, aí se oferece a oblação, e durante a noite de quinta para sexta faz-se uma vigília itinerante. À meia-noite sobe-se ao Imbomon, ao lugar da Ascensão, de onde se desce, com cirios acesos e entoando hinos, em direcção à agonia e ao Getsémani. Aí se lê a passagem do evangelho referente à prisão do Senhor. «Mal termina a leitura, é tão grande o clamor e o gemido de todo o povo que talvez se ouça ao longe, na cidade.»

Depois de percorrerem a cidade a pé, já na manhã de sexta-feira, dirigem-se até à Cruz. Depois de um breve repouso, a comunidade reúne-se de novo no mesmo lugar, pela segunda hora do dia, e adora o madeiro

da cruz até ao meio-dia. A partir da sexta hora até à nona, seguem-se leituras tiradas dos salmos e dos profetas, das epístolas e dos evangelhos, referentes à Paixão, a que se juntam hinos e orações. «E assim, durante as três horas, se ensina ao povo que nada se fez que não tenha sido primeiro anunciado e que nada se anunciou que não tenha sido plenamente cumprido». Às três horas, lê-se a Paixão segundo S. João e, após a leitura, recita-se uma oração e termina o ofício. Durante a noite prolonga-se a vigília a que o povo acorre conforme pode (32-37).

No sábado, celebra-se terça e sexta; «mas nona já não se celebra porque se preparam as vigílias pascais na grande igreja, no *Martyrium*. As vigílias pascais são celebradas como entre nós, excepto no seguinte: os neófitos, baptizados e vestidos, logo que saem da fonte baptismal, são conduzidos à Anástasis juntamente com o bispo que aí reza uma oração por eles e com eles. Em seguida dirigem-se de novo à igreja, onde todo o povo, segundo a tradição, se mantém em vigília.

Realizadas aí as cerimónias que são rituais também entre nós, depois da oblação despede-se o povo. Vem-se ainda à Anástasis, lê-se o evangelho da Ressurreição e o bispo volta a oferecer o sacrifício; mas tudo se faz num instante por amor ao povo. A essa hora terminam as vigílias desse dia e a hora é a mesma que entre nós.

E os dias da Páscoa são comemorados tal como entre nós, durante os oito dias pascais, tal como se faz em qualquer lugar pela Páscoa até à oitava».

Este relato mostra claramente que só a vigília pascal propriamente dita conservou a antiga forma; tudo o mais era novo e, por isso, desconhecido de Etéria. O relato de Etéria mostra bem que a celebração pascal em Jerusalém conservou os elementos essenciais do passado. Mesmo assim, a noite pascal perdeu algo da sua importância, devido às solenidades que a precederam. Os dias anteriores tinham de tal modo retido os corações dos fiéis na lembrança da paixão, excitando-os à compaixão, que a noite pascal já não podia ser consagrada senão à memória da ressurreição.

2.4- *A liturgia romana*

A liturgia de Roma não seguiu totalmente o caminho traçado pela liturgia de Jerusalém, tal como a descreve a peregrina Etéria. Em Jerusalém, procurava-se recordar, a cada hora do dia, o acontecimento preciso que correspondia a essa hora e a esse lugar. A liturgia romana considera ainda o mistério da salvação e mesmo a história da Paixão como um todo

indivisível. Desde o domingo de Ramos, na colecta da Missa, se pede ao Senhor «a graça de imitar os exemplos da sua Paixão para merecer ter parte na sua ressurreição».

Em Roma, a liturgia do tríduo pascal ainda era muito simples neste período. Mesmo no século VI, a função de sexta-feira santa consistia unicamente em leituras e orações: Oseias, Êxodo e a Paixão segundo S. João, seguidas das orações solenes. O resto do dia passava-se no jejum. O mesmo acontecia com o sábado santo que não tinha nenhum ofício próprio. A própria festa da Páscoa assumia fundamentalmente a forma de vigília ou velada nocturna. No século VI, é certo, ela não era mais celebrada durante a noite inteira, mas somente pelo fim da tarde, de modo a estar tudo terminado pela meia-noite. Isso leva a que, a partir de agora, e em contradição com o uso dos primeiros tempos, se celebre uma outra missa na manhã de Páscoa. Mas a celebração principal continua a ser a grande vigília de leituras que termina com a Eucaristia, memória da Paixão e da ressurreição.

Durante a Idade Média, devido a causas diversas, começou-se a sobrecarregar a liturgia com ritos secundários e a antecipar a hora dos ofícios destes. No fim da Idade Média, já todas estas solenidades tinham passado para a parte da manhã, com manifesto detrimento do sentido litúrgico e contradição entre as narrações evangélicas e as respectivas comemorações litúrgicas. A solene liturgia da Vigília pascal, sobretudo, arrancada do seu lugar próprio, que é a noite, perdeu a sua clareza originária das palavras e dos símbolos, ficando reduzida a uma espécie de pré-celebração do domingo de Páscoa.

A tudo isto se veio juntar, em tempos mais recentes, outra mudança, de gravíssimas consequências sob o aspecto pastoral. Os dias do tríduo pascal foram, durante séculos, considerados festivos, de modo que todo o povo cristão, livre dos seus trabalhos, podia assistir às celebrações destes dias. Mas, no século XVII, modificadas totalmente as condições da vida social, o Papa Urbano III viu-se obrigado a reduzir o tríduo sagrado à categoria de dias feriais ou de semana. Isto trouxe como consequência a diminuição do concurso dos fiéis a estes sagrados ritos, devido principalmente a ter de há muito a sua celebração passado para de manhã, para as horas em que as pessoas estão ocupadas. O Decreto sobre a reforma da Semana Santa, de 1955, constata que «realmente é um facto comprovado pela experiência comum e quase universal que estas solenes funções litúrgicas do tríduo sagrado são celebradas pelos clérigos em igrejas quase desertas.»

Repondo no seu lugar a celebração da Vigília pascal (1951) e re-

formando o «ordo» da Semana Santa (1955), a Igreja quis restaurar a ordem normal dos ritos e advertir que o acesso ao mistério exige uma celebração conforme à sua verdade histórica e doutrinal.

Por sua vez, a Constituição sobre a Sagrada Liturgia (n.º 107), determina a revisão do ano litúrgico, de modo a manter-se o seu carácter original na celebração dos mistérios da Redenção cristã, sobretudo do mistério pascal.

É assim que a tabela de «precedência» dos dias litúrgicos do novo Calendário refere em primeiro lugar o Tríduo pascal da Paixão e Ressurreição, como se tratasse de um só dia, ou de uma só celebração, sem explicar cada um dos dias abrangidos por ela. Estes dias não têm autonomia separados uns dos outros, nem o tríduo é uma preparação para a festa da Páscoa. O conjunto é que constitui a Páscoa.

3. SEXTA-FEIRA SANTA

Enquanto que o Missal romano anterior a 1955 tinha conservado a antiga denominação judaica para designar a sexta-feira santa — *in Parasceve* —, o novo «ordo» designa-a pelo nome que já vem no sacramentário Gelasiano: *sexta-feira da Paixão do Senhor*.

Este dia é caracterizado, logo nos primeiros tempos, pelo jejum pascal e por ser dia alitúrgico. É o que refere uma carta do Papa Inocêncio I ao bispo de Gúbio:

Não há dúvida que os apóstolos jejuaram nestes dois dias (sexta-feira e sábados santos) tanto mais que se tornou tradição na Igreja não celebrar nestes dias os santos mistérios (*Epíst. ad Decentium*, 4).

Mas nem por isso deixava de haver assembleia. A hora da sinaxe é indicada pelos próprios evangelhos: Jesus morreu na cruz à hora nona. É, pois, natural que a assembleia dos fiéis seja especialmente convocada a esta hora. Em Jerusalém, no século V, a hora nona assinalava o fim da celebração da Palavra que reunia todo o povo desde a hora sexta, tendo-se procedido à adoração da cruz da parte da manhã. Em Roma, no século VII, tanto a liturgia papal em Santa Cruz de Jerusalém como a liturgia das igrejas titulares começava à hora da morte do Senhor (OR. 23; Ge. V 395).

A estrutura desta celebração conservou o aspecto das mais antigas férias. Vamos, pois, distinguir o que lhe veio da antiga sinaxe alitúrgica

(a celebração da Palavra), e o que lhe foi acrescentado: a adoração da Cruz e a Comunhão.

3.1- *A celebração da Palavra*

Com as mais antigas sinaxes feriais deste género, a sinaxe de sexta-feira santa compreende um ofício de leituras que encerra com a oração dos fiéis. A celebração da Palavra é o elemento básico e universal da liturgia de sexta-feira santa.

A entrada em silêncio leva-nos ao tempo em que ainda não havia o Introito, ou cântico de entrada. Até 1955, o ofício começava imediatamente pela primeira leitura, como toda a assembleia litúrgica nos tempos de Santo Agostinho. Agora começa por uma oração de colecta que nos introduz no sentido do mistério pascal.

A ordenação desta liturgia da Palavra variou de umas épocas para outras e de uns lugares para outros. Mas, no seu ponto culminante, encontramos-nos sempre com a leitura da Paixão. Antes da última reforma do Leccionário, lia-se como primeira leitura o capítulo VI de Oseias pela sua referência aos frutos da Paixão: «Deus vivificar-nos-á depois de dois dias e no terceiro nos levantará e viveremos na sua presença». A segunda leitura era tirada do livro do Êxodo e descrevia a páscoa antiga, a passagem do Senhor que salva os que foram marcados com o sangue do cordeiro. A escolha desta leitura parece indicar que primitivamente a Páscoa se ligava sobretudo à morte de Cristo, «nosso cordeiro pascal».

Segundo o novo Leccionário, a primeira leitura é o canto do servo sofredor, que oferece a sua vida como sacrifício de expiação. Segue-se-lhe o salmo 30 com o refrão: «Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito». Vem depois a segunda leitura, agora do Novo Testamento, da Carta aos Hebreus: «Nós temos um grande sumo sacerdote, que atravessou os céus... Ele possui a experiência de todas as provações... e quando atingiu a sua plenitude tornou-se, para todos os que lhe obedecem, causa de salvação eterna». A leitura do evangelho segundo S. João enquadra os acontecimentos da Paixão na perspectiva da Páscoa, ao apresentá-los no tempo litúrgico da preparação da Páscoa e da imolação do cordeiro pascal.

Enquanto que a liturgia romana se ateuve sempre a três leituras, as outras liturgias multiplicam as leituras à hora da morte do Senhor, sendo todas mais ou menos tributárias da liturgia local de Jerusalém.

A liturgia da Palavra conclui com a oração dos fiéis, na sua forma mais antiga, usada em Roma: convite, intenção, oração individual em silêncio e oração colecta do presidente da celebração.

3.2- A adoração da Cruz

O rito da adoração da Cruz é oriundo de Jerusalém, onde já existia no século IV, segundo o testemunho de Etéria:

Coloca-se a cátedra episcopal no Gólgota, atrás da Cruz que agora lá se ergue; sentando-se o bispo, coloca-se diante dele uma mesa coberta com uma toalha de linho; de pé, em volta da mesa permanecem os diáconos; um estojo de prata dourada, no qual se encontra o lenho santo da cruz, é trazido, aberto e exposto, colocando-se sobre a mesa... Então o bispo, sentado, apoia as mãos nas extremidades do santo lenho, enquanto que os diáconos, de pé, observam... É costume que todo o povo se aproxime, tanto os fiéis como os catecúmenos, um a um, e, inclinando-se para a mesa, beijem o santo lenho e passem. Assim, pois, todo o povo passa, um de cada vez, tocando primeiro com a fronte e depois com os olhos a cruz e o título, e, beijando a cruz, afastam-se; mas ninguém estende a mão para tocá-la.

Em Roma, segundo documentos do século VIII, a relíquia da Cruz, guardada num estojo de prata, é levada triunfalmente desde Latrão até à igreja da Santa Cruz de Jerusalém. A sagrada relíquia é levada por um diácono, enquanto que o papa caminha adiante, descalço e agitando um turíbulo. Deposta a custódia sobre o altar, o papa abre-a, prostra-se em oração e, depois de se levantar, beija a relíquia e vai para a sua sede. O mesmo fazem, depois dele, o clero e os fiéis. Terminada a adoração da Cruz, sobe ao ambão um diácono e faz a primeira leitura. Como vemos, aqui, como em Jerusalém, a adoração da Cruz precede a liturgia da Palavra.

Nem o Ordo 23 nem a peregrinação de Etéria referem cânticos durante a adoração da Cruz. A partir dos séculos VIII e IX, o cortejo da adoração da Cruz é acompanhado de um salmo (118) introduzido pela antífona «Ecce lignum crucis». Em seguida, vão-se juntando outros cânticos, o mais célebre dos quais é o dos *Impropérios* vindo do Oriente, juntamente com o *Trisagion*, por volta dos séculos IX-X. Mas o mais venerável dos cânticos de sexta-feira santa, tanto pela antiguidade como pela sua plenitude teológica, é a antífona *Crucem tuam*: «Adoramos, Senhor, a vossa Cruz, louvamos e glorificamos a vossa santa ressurreição; pela Cruz veio a alegria ao mundo inteiro».

3.3- A Comunhão

A comunhão em sexta-feira santa não existia em Roma antes do século VII. No tempo de Tertuliano e do Papa Inocêncio I, o jejum pleno não permitia receber a Eucaristia porque a Eucaristia quebrava o jejum. Seguindo esta tradição, ainda no século VIII a liturgia papal de sexta-feira santa não incluía a comunhão. Mas quem desejasse comungar poderia fazê-lo antes nas outras igrejas de Roma comas sagradas espécies conservadas da Missa de quinta-feira santa.

O costume de comungar em sexta-feira santa, depois da adoração da Cruz, é de origem grega. Durante a Quaresma, a liturgia bisantina não prevê a celebração da missa nos dias de semana, salvo ao sábado e domingo. Mas nos dias alitúrgicos celebrava-se, depois de vésperas, um serviço de comunhão chamado *liturgia de presantificados*. Porque se praticava na colônia bisantina de Roma, as igrejas titulares do século VII introduziram este costume na sua liturgia de sexta-feira santa. Porém, a liturgia papal ignorou-a ao século XI.

No rito bisantino, a comunhão de presantificados faz-se sempre sob as duas espécies. Foi também assim até ao século XII na liturgia romana deste dia. Os documentos mais antigos mencionam expressamente a reserva do pão e do vinho consagrados. Os documentos posteriores mencionam unicamente a reserva do pão, mas ao mesmo tempo falam da mistura do pão consagrado em vinho não consagrado. O Pontifical romano do século XII diz: «Assim o vinho não consagrado é santificado pela imissão do corpo do Senhor». Logo a seguir acrescenta: «E todos os que querem comungam em silêncio». Ao contrário, no século XIII, o Pontifical da Cúria declara: «Comunga, porém, só o pontífice sem os ministros».

O Ordo de 1955 restaura a comunhão do clero e do povo, e suprime o rito da *imixtio* ao qual a fé da Igreja já de há muito não atribuía um sentido consecratório.

4. O SÁBADO SANTO

4.1. *O jejum pascal* é a característica essencial do sábado santo, tal como no-lo mostrou a tradição. Pelo menos desde o século II, o sábado santo foi sempre um dia de jejum pleno e, portanto, alitúrgico. À excepção dos ofícios de origem predominantemente monástica, como é o ofício da leitura, neste dia não se celebra qualquer serviço litúrgico nem sequer vespertino.

Com a antecipação da liturgia da Vigília pascal para a tarde e depois para a manhã de sábado santo, este dia perdeu o seu carácter próprio de jejum pascal e foi invadido, de forma extemporânea, pela alegria da Ressurreição. A Constituição Litúrgica veio restabelecer a identidade do sábado santo como dia de jejum pascal: «Mantenha-se religiosamente o jejum pascal, que se deve observar na Sexta-feira de Paixão e Morte do Senhor e, se oportuno, estender-se também ao Sábado Santo, para que os fiéis possam chegar à alegria da Ressurreição do Senhor com elevação e largueza de espírito».

4.2- O último escrutínio

Na manhã de Sábado Santo, em Roma, havia entretanto uma celebração com os catecúmenos. Trata-se do último escrutínio dos candidatos ao baptismo na Vigília pascal.

Os livros antigos referem-nos o desenvolvimento da cerimónia matinal. Na Quaresma, os catecúmenos tinham passado por vários escrutínios. O último adopta um ar mais solene. Tinha sido entregue aos catecúmenos o símbolo da fé. Agora eles devem recitá-lo de memória. Vale a pena recordar aqui a *redditio symboli* do filósofo Vitorino, referida por Santo Agostinho nas suas *Confissões* (8, c. 2):

Chegou a hora da profissão de fé. Em Roma os que hão-de aproximar-se para receber a graça costumam fazer essa profissão sobre um lugar elevado em fórmulas fixas e decoradas na presença do povo fiel... Quando subiu para dar testemunho da fé, como todos o conheciam, repetiam com alarido o seu nome uns aos outros, com palavras de regozijo. Ouvia-se entre o júbilo geral: Vitorino! Vitorino! Ao verem-no, imediatamente o aclamaram com júbilo. Mas logo emudeceram para o ouvirem melhor. Vitorino pronunciou, com notável firmeza, a fórmula da verdadeira fé. Todos o desejavam raptar para dentro do coração. Raptaram-no com amor e alegria. Estas eram as mãos com que o arrebatavam!

Mais impressionante ainda era a renúncia solene a Satanás, às suas obras e às suas pompas. Os Padres da Igreja compraziam-se em descrever esta renúncia solene em que o catecúmeno, comprometendo a sua lealdade, declarava apartar-se das divindades pagãs e de todo o espírito mundano.

O Ordo de 1955 e o ritual da Iniciação Cristã dos adultos vêm

incorporar-se nesta grande tradição ao preverem a celebração dos últimos ritos do catecumenado para a manhã de Sábado Santo.

5. A VIGÍLIA PASCAL

5.1- *A velada nocturna*

A característica essencial da Vigília pascal é a de ser uma assembleia litúrgica nocturna, «mãe de todas as santas vigílias», segundo palavras de Santo Agostinho. «É a vigília cristã por excelência a ponto de não se pensar noutra solenidade, quando perguntamos insistentemente: «Quando celebramos a vigília?», ainda que costumemos velar com frequência; como se, em comparação com ela, as outras vigílias não merecessem esse nome» (Sermo Guelferbitanus V). «A vigília deste noite é tão grande que poderia reivindicar só para si, como próprio, o nome comum de todas as outras» (Ibid.).

No início, o rito não diferia das outras vigílias dominicais, porque a vigília dominical foi inicialmente a primeira celebração litúrgica cristã. Em princípio, a vigília pascal ocupava toda a noite: «Não durmais, velai toda a noite», dizia a *Didascália*. O próprio canto do *Exultet* exprime o desejo que o astro da manhã encontre o círio pascal ainda aceso.

Mas se toda a noite deve estar consagrada pelos cristãos à Páscoa do Senhor, há sem dúvida uma distinção a fazer entre a primeira e a segunda parte. A *Didacália* fixa a vigília litúrgica nas primeiras três horas: «até à terceira hora da noite que segue ao sábado. E então cessai o vosso jejum»... A segunda parte é mais festiva. «Trazei as vossas oferendas, comei e sede felizes, estai contentes e jubilosos, porque Cristo, penhor da vossa ressurreição, ressuscitou» (c. 21).

Mas, a que dia pertence a vigília? Ao sábado ou ao domingo? A esta pergunta a tradição responde de uma maneira unânime: ao domingo. A vigília pascal não faz excepção: em todas as semanas, o domingo começa ao entardecer do sábado. «Fora da Páscoa, diz a *Didascália*, não é permitido jejuar durante essas três horas da noite que estão entre o sábado e o domingo, pois essa noite pertence ao domingo». (Ibid.). Do mesmo modo fala Santo Agostinho: «Esta noite, como é sabido, pertence ao dia seguinte, que nós consideramos o dia do Senhor» (Sermo Guelferbitanus V). S. Leão Magno apoia-se mesmo no exemplo da noite pascal para afirmar que em cada semana a noite que se segue ao sábado pertence ao domingo. Podemos pois concluir que o tempo próprio da vigília é a noite, de tal modo que não comece antes de ser noite e termine antes do

amanhecer. E a missa, ainda que seja celebrada antes da meia-noite, é a missa pascal do domingo da Ressurreição.

5.2- *Ritos essenciais da Vigília pascal*

Se abstrairmos das particularidades próprias de cada uma das famílias litúrgicas, não retendo senão o que a Igreja celebrou sempre e em toda a parte, deve dizer-se que a celebração da Páscoa consiste essencialmente numa longa velada de leituras e orações, coroadas pela celebração da Eucaristia.

5.2.1- *Liturgia da Palavra*

Todas as liturgias prevêem para a Noite pascal uma variada selecção de leituras. Pelo que se refere à liturgia romana, ela passou por diversos sistemas. O sacramentário Gregoriano prevê quatro leituras, enquanto, que no Gelasiano figuram dez. Em Roma, o uso parece ter sido utilizar seis; mais tarde cantar-se-ão doze e n época em que os papas são de origem Oriental (séculos VII e VIII) adoptar-se-á o canto de doze leituras em latim e em grego (Ordo 23).

Até à restauração da Vigília pascal (1951), eram doze as leituras do Antigo Testamento, seis leituras da Lei e seis dos Profetas. O decreto da restauração da Vigília pascal reduz sensivelmente o número das leituras, optando pelas quatro do sacramentário Gregoriano. Finalmente a última reforma de 1969 propõe para esta Vigília sete leituras do Antigo Testamento e duas do Novo Testamento, ou seja, a leitura do Apóstolo sobre o baptismo cristão e a anúncio da ressurreição segundo um dos três evangelhos sinópticos.

«Se as circunstâncias pastorais o exigirem, pode reduzir-se o número das leituras do Antigo Testamento. Deve atender-se, porém, a que a leitura da Palavra de Deus é parte fundamental da Vigília pascal. Devam ler-se ao menos três leituras do Antigo Testamento e, em casos mais urgentes, ao menos duas. Nunca se omitirá a leitura do capítulo XIV do livro do Êxodo (saída do Egipto e passagem do Mar Vermelho).»

Antes da última reforma, a liturgia da Palavra fazia-se em dois tempos: entre as quatro leituras do Antigo Testamento e as duas do Novo, situavam-se as ladainhas, a bênção da água e a celebração do baptismo. A liturgia baptismal passou agora para depois do Evangelho

e da Homilia, não só para unificar a liturgia da Palavra como para fazer proclamar o Evangelho da Ressurreição antes de baptizar os catecúmenos na Morte e Ressurreição de Cristo.

5.2.2- *A Eucaristia pascal*

Todos os domingos, os cristãos celebram o memorial da morte e ressurreição do Senhor, renovando o sacrifício eucarístico. Mas celebram-no também uma vez por ano na Páscoa, a maior de todas as solenidades (cf. SC 102).

A celebração anual da Páscoa não poderia alcançar a sua plenitude sem a manducação do verdadeiro cordeiro pascal que «morrendo, destruiu a morte, e, ressuscitando, restaurou a vida» (Prefácio pascal).

Com a Eucaristia, a Vigília, tomada no seu conjunto, constitui o ponto culminante do tríduo e do ciclo pascal, bem como de todo o ano litúrgico. Para ela sobe a vertente da Quaresma e do Tríduo; dela parte a outra vertente, prosseguindo até ao Pentecostes, e daí a toda a vida cristã, inaugurando a Cinquentena da alegria, primícias do júbilo sem fim.

A Eucaristia pascal constitui também o ponto culminante da iniciação cristã. Começando com o Baptismo e a Confirmação, a iniciação cristã (participação nos Mistérios) completa-se com a participação no mistério eucarístico. É a primeira vez que os neófitos tomam parte na Eucaristia, antes mesmo de serem instruídos sobre o seu significado.

Liturgia da Palavra e Liturgia Eucarística, tais são os elementos essenciais da Vigília, aqueles que nos são revelados desde o século III, mediante a *Didascália dos Apóstolos*, e que se encontram hoje em todos os ritos do Oriente e do Ocidente.

5.3- *Evolução da Vigília pascal romana*

A Vigília pascal romana conheceu três evoluções principais: a celebração do Baptismo, o ofício do lucernário e a bênção do fogo novo.

5.3.1- *A celebração do Baptismo*

A Igreja primitiva era muito sensível à relação do Baptismo com a Páscoa de Cristo (cf. Rom. 6, 3-5). Tertuliano nota a conveniência muito

especial do Domingo de Páscoa e dos cinquenta dias do tempo pascal para a celebração do Baptismo:

O dia mais próprio (*sollemniorem*) para o baptismo é a Páscoa em que é consumada a Paixão do Senhor na qual somos baptizados... Em segundo lugar, é o tempo do Pentecostes (De baptismo, 19).

Hipólito de Roma apresenta o Baptismo claramente unido a esta vigília. Os candidatos ao baptismo devem tomar um banho na quinta-feira, jejuar na sexta, reunir-se à volta do bispo no sábado e passar toda a noite na expectativa, escutando as leituras e as instruções. Ao canto do galo é consagrada a água baptismal e a seguir os catecúmenos recebem o baptismo e a confirmação. Só então os neófitos se unem à oração dos fiéis, recebem o beijo da paz e participam na Eucaristia (ver Trad. Apostólica, 20-21).

Mas é preciso esperar pelo século IV para ver como a noite pascal se converte na grande noite baptismal do ano. As conversões em massa impõem a organização do catecumenado e a fixação dos escrutínios nos domingos que antecedem a Páscoa. É a idade de ouro das catequeses preparatórias para a iniciação cristã e das catequeses que se lhe seguem, as catequeses mistagógicas. Neste contexto histórico nasceram os ritos baptismais da Vigília pascal com os seus formulários.

Só na iniciação dos adultos é que esta liturgia baptismal encontrava toda a sua plenitude de expressão. Quando os baptismos de adultos passaram a ser excepção, os papas continuaram a lutar por que a santa vigília conservasse o seu privilégio exclusivo da vigília baptismal mas sem grande êxito. No Ocidente conservou-se a bênção da água e procurou-se, ao menos nas catedrais, baptizar algumas crianças. Era neste sentido que o *Cerimonial dos bispos* prescrevia: «Durante os oito dias precedentes, nenhuma criança seja baptizada nessa igreja, a não ser em perigo de morte». E o Missal romano anterior à restauração da Vigília pascal continuava a dizer numa das suas rubricas: «Antes, ou enquanto se lêem as profecias, os presbíteros catequize os catecúmenos que se vão baptizar e preparem-nos para o baptismo».

No Oriente, em que a bênção da água tem lugar antes de cada baptismo, a liturgia pascal perdeu rapidamente toda a recordação dos ritos da iniciação cristã.

O *ordo* da Vigília pascal promulgado em 1951 quis restaurar o carácter baptismal da noite santa, introduzindo o rito da renovação das promessas do baptismo. Mas foi sobretudo a restauração da iniciação

cristã dos adultos na Vigília pascal que lhe deu o verdadeiro impacto de uma Vigília baptismal.

5.3.2- *O precónio pascal*

A segunda evolução que a Vigília pascal experimentou no Ocidente consiste em começar pelo ofício do lucernário.

O costume de cantar um hino de bênção ao acender a lâmpada, à noite em família, é bastante antigo. Para os judeus, o acender da lâmpada na sexta-feira à noite constituía o primeiro acto religioso do sábado. Também os cristãos, ao acender as lâmpadas nas suas assembleias, se acostumaram a dar graças por Cristo, «Luz esplendente da santa glória», segundo o hino cuja origem já no tempo de S. Basílio e perdia no passado. Na Tradição Apostólica de Hipólito de Roma encontramos um destes formulários de bênção (n. 25).

Se em cada tarde, ao declinar do dia, os cristãos se acostumaram a saudar Cristo-luz enquanto acendiam as lâmpadas, como não haviam de perceber a importância excepcional deste rito e a plenitude do seu simbolismo no início desta vigília? Por isso, desde os fins do século IV, vemos surgir esses maravilhosos «louvores do círio», cujo lirismo incomodava o rude S. Jerónimo mas entusiasmava as multidões (Carta a Pesídio). O nosso *Exultet* não é mais que o irmão, o mais belo por certo, de múltiplos formulários, muitos dos quais desapareceram como o que compôs Santo Agostinho e do qual nos conservou três versos no seu livro *Cidade de Deus*.

O círio único, destinado a alumiar os leitores no ambão, converteu-se depois sobretudo no símbolo do Senhor ressuscitado. No decorrer dos séculos, será rodeado de honras cada vez maiores. Segundo o sacramentário Gelasiano, o arqui-diácono faz uma cruz sobre o círio. Na segunda metade do século X, inscrevem-se nele o *ano do Senhor* com A e Ω. No século XIV, a difusão do Pontifical de Durando de Mende († 1298) propagou o rito dos cinco grãos de incenso. Passa-se então do símbolo sagrado à representação litúrgica.

5.3.3- *Bênção do fogo e procissão da luz*

O rito da bênção do lume novo e a procissão da luz são originariamente distintos do lucernário.

Pelo século V, em Jerusalém, o bispo acende três círios na *Anástasis* e depois todos se dirigem em procissão com velas acesas para a igreja onde começa a vigília da santa Páscoa.

No Ocidente, o costume do lume novo da Páscoa nasceu de necessidades materiais: depois de se apagarem todas as luzes na noite de quinta-feira santa, era necessário conservar um mínimo de luz para o ofício nocturno. É assim que o fogo novo vem testemunhado nos países francos no século VIII e em Roma no século IX, independentemente da sua significação pascal.

Quanto à bênção do fogo, não encontramos nenhum formulário oficial antes do século XII. Aparece então no Pontifical romano que nos descreve também a procissão do *Lumen Christi*. No século seguinte, o *Ordo da Cúria* introduzia o círio de três braços, que reproduzia curiosamente o antigo uso de Jerusalém, e se manteve até 1951.

Convidando a celebrar a bênção do lume onde o povo melhor possa eguir o rito, e instituindo sobretudo a procissão da luz em que todos os fiéis caminham, como outrora os hebreus pelo deserto, seguindo a coluna de fogo, o *ordo* de 1951 fez deste rito uma entrada na noite santa, cujo simbolismo não pode passar despercebido a nenhum cristão.

A reforma de 1969 procedeu a algumas simplificações de modo a que a liturgia inicial da luz apareça como uma introdução a toda a vigília, sem lhe atribuir um desenvolvimento que desvalorize a liturgia da Palavra e a liturgia sacramental.

5.4- O Domingo de Páscoa

A grande celebração do Domingo de Páscoa é a Vigília pascal. Só pelo século V se começa a afirmar uma missa na manhã do Domingo de Páscoa, quando a Vigília pascal já se conclui antes da meia-noite. A Peregrinação de Etéria fala já também de uma segunda missa na *Anástasis* a seguir à Vigília «mas tudo se faz num instante por amor ao povo» (n. 38).

Em Roma a missa estacional do Domingo de Páscoa era, no princípio, em Santa Maria Maior. Depois do exílio de Avinhão, fixada definitivamente a residência papal no Vaticano, a missa passou a ser em S. Pedro.

Entre as particularidades deste dia, havia o beijo da paz que o Pontífice dava aos seus ministros na manhã de Páscoa, dizendo «*Surrexit Dominus vere*». O mesmo rito observavam e observam ainda os orientais, saudando-se na manhã de Páscoa com o *Chistos anesti* (Cristo ressuscitou).

6 — A QUINTA-FEIRA SANTA

6.1- *Elaboração da liturgia de Quinta-feira Santa*

A celebração litúrgica de quinta-feira santa não é primitiva. Antes do Concílio de Niceia não se conhece qualquer comemoração da quinta-feira que precedeu a morte do Senhor.

Quando, a partir dos finais do século IV, se celebra o tríduo sagrado de Cristo «crucificado, sepultado e ressuscitado», não se incluía nele a quinta-feira, ainda que, nalguns lugares, já se comemorasse, pela hora nona daquele dia, a ceia do Senhor.

No ano 400, Santo Agostinho dá-nos conta de duas missas neste dia: uma à tarde, como era habitual em dias de jejum, e outra de manhã para aqueles que não podiam ou não queriam jejuar. Noutros lugares, comemorava-se a ceia do Senhor à hora em que Jesus a celebrou com os seus discípulos, mesmo sem estar em jejum. Assim o admitia o concílio de Cartago de 397: «Que não se celebrem os sacramentos do altar a não ser em jejum, excepto no dia aniversário da ceia do Senhor» (can. 20).

Quer fosse de tarde, quer fosse de manhã, a missa desta quinta-feira era sempre a missa comemorativa da ceia do Senhor.

Com o desenvolvimento da disciplina penitencial, a uma das missas de quinta-feira santa — e precisamente, à da manhã — foi ligado o rito da reconciliação dos penitentes. Entre estas duas missas, celebradas em Roma nas igrejas titulares, tinha lugar, no século VII, a missa que o papa celebrava ao meio-dia em Latrão — também ela «in Caena Domini» — em que consagravam os santos óleos para a Vigília pascal.

A passagem do costume romano do século VII para o uso testemunhado pelo Missal romano até 1955 fez-se em dois ou três séculos. O sacramentário enviado pelo Papa Adriano, por volta do ano 780, e imposto por Carlos Magno a todos os seus estados, não continha, para a quinta-feira santa, senão a missa estacional de Latrão. Foi esta missa única que passou depois para o missal romano enquanto que os formulários da bênção dos óleos foram inseridos no pontifical.

A hora da celebração desta missa iria variar ao longo dos séculos entre a terceira e a nona hora, até que S. Pio V proibiu que se celebrasse depois do meio-dia.

O decreto sobre a reforma da Semana Santa, de 1955, veio restaurar uma missa «crismal» para a bênção dos santos óleos, a celebrar-se depois de Tércia, e distinta da missa «in Caena Domini». Ao restaurar esta missa

crismal, a Igreja teve em vista dar possibilidade a todo o presbitério e demais povo de Deus de se reunir na igreja catedral à volta do seu bispo, por ocasião das festas pascuais. Mas tal desejo só veio a tornar-se plena realidade com a instauração da concelebração eucarística e da comunhão de todo o povo.

6.2- *A Missa vespertina «in Caena Domini»*

A missa vespertina «da Ceia do Senhor», que se celebra à tarde, à hora mais conveniente, comemora a instituição da Eucaristia na última Ceia e dá início ao Tríduo pascal da Paixão e Ressurreição do Senhor. «A celebração da Missa da Ceia do Senhor deve fazer-se com a plena participação da comunidade local, e todos os sacerdotes e clérigos devem exercer nela as suas funções. Os sacerdotes que já tiverem concelebrado na Missa do Crisma, podem celebrar ou concelebrar de novo na Missa vespertina» (do Missal).

Deve atender-se, entretanto, a que esta Eucaristia de quinta-feira santa não diminua a importância singular da Missa da Vigília, ponto culminante do Tríduo sagrado, a verdadeira Eucaristia pascal.

6.2.1- *O lava-pés*

Após a homília, em que se devem ilustrar os principais mistérios comemorados nesta Misa — a instituição da Eucaristia e do sacerdócio, bem como o preceito do Senhor sobre a caridade fraterna — procede-se, onde razões pastorais o aconselhem, ao lava-pés.

É este um dos ritos mais antigos e mais universais da Igreja: rito de hospitalidade praticado pelos cristãos dos primeiros séculos e, depois, pelos padres do deserto, propagou-se durante a Idade Média nos mosteiros e entrou igualmente na liturgia.

Em Milão, no tempo de Santo Ambrósio, o bispo lava os pés aos neófitos depois de saírem da piscina e de receberem a unção crismal. Em Roma o lava-pés não existia como rito litúrgico mas como manifestação de humildade por parte do clero: «O Pontífice lava os pés aos seus camareiros, e cada um dos clérigos em sua casa» (*Ordo* 28).

O rito do lava-pés em quinta-feira santa aparece em Jerusalém por meados do século V, daí estende-se a todo o Oriente e passa também, mais tarde, ao Ocidente.

6.2.2- *A reserva eucarística*

Desde o século XIII até ao século XV, a transladação da reserva eucarística para o lugar em que ficará guardada até ao dia seguinte adquiriu uma solenidade cada vez maior. O Cerimonial dos bispos de 1600 prescreve que se prepare e adorne alguma capela na Igreja com muitas luzes e da forma mais bela e magnificente. Daqui nasceu a ideia dos monumentos ou sepulcros de quinta-feira santa que a última reforma veio a suprimir.

6.2.3- *A vigília*

No século V, os fiéis de Jerusalém reuniam-se no Monte das Oliveiras para a vigília ambulante que os conduziu sucessivamente aos lugares santificados pelos últimos momentos de Jesus com os seus discípulos, pela sua agonia e prisão.

A liturgia romana não previu qualquer celebração para a vigília eucarítica de quinta-feira santa. Diz simplesmente: «Exortem-se os fiéis para que façam adoração diante do Santíssimo Sacramento, durante a noite, segundo as circunstâncias e os lugares o permitirem. A partir da meia-noite, porém, esta adoração deve ser feita sem solenidade».

Este convite à oração silenciosa como prolongamento da oração comum não podia deixar de ser bem-vindo. À hora em que entramos na oração silenciosa, a Igreja bizantina começa o seu ofício dos «santos e redentores sofrimentos de Nosso Senhor Jesus Cristo». Qualquer que seja a forma, o essencial para os cristãos é responder ao convite que Jesus lhes dirige no início da sua Paixão: «Permanecei aqui e velai comigo» (Mt. 26, 38).

L. RIBEIRO

Os dois primeiros dias do Tríduo Pascal

Quando o Secretariado Nacional de Liturgia se reuniu para escolher o tema deste VIII Encontro, os membros que o compõem não tiveram grande dificuldade em chegar a um consenso. A todos pareceu oportuno reflectir na celebração litúrgica do Mistério pascal, e mais concretamente no Tríduo pascal. Um deles adiantou mesmo quanto lhe agradava ver tratar o assunto no ano da inauguração do Centro Pastoral Paulo VI, (1) o papa que foi o grande obreiro da reforma litúrgica iniciada pelo Concílio Vaticano II e no ano da estadia entre nós de outro papa, João Paulo II, que dedicou uma das suas encíclicas a Jesus Cristo, Redentor do homem, que o Tríduo pascal celebra.

A vossa presença em tão grande número é prova do interesse que as coisas da liturgia suscitam na comunidade cristã e de que, para vós, o Mistério pascal não é uma devoção periférica qualquer. Ele constitui o coração que leva o Sangue de Cristo a todo o corpo da Igreja ao longo do ano. Mas só vivendo-o poderemos compreender melhor o que ele é.

Essa vivência faz-se principalmente nas celebrações litúrgicas ao longo do ano e de modo muito particular nos três dias santos que desde muito cedo foram chamados o «Tríduo sagrado durante o qual Cristo sofreu, repousou e ressuscitou» (S. Ambrósio).

Sendo assim, o nosso encontro (2) é apenas uma condição para melhor podermos participar na liturgia. Aqui, faremos nascer algumas flores mas é nas celebrações pascais que colheremos e provaremos os frutos que

(1) O VIII Encontro de Pastoral Litúrgica realizou-se no Centro Pastoral Paulo VI, e o membro do Secretariado a que nos referimos é o Dr. Luciano Guerra, Reitor do Santuário de Fátima.

(2) Este artigo reproduz a conferência feita em Fátima, no dia 15 de Setembro de 1982.

delas irão, assim Deus o queira, nascer. É nos sacramentos da liturgia que se celebra a Páscoa, porque celebrar quer dizer tornar presente e participado aquilo que se celebra. Celebrar o Mistério pascal é muito mais do que falar dele ou evocá-lo. É receber o dom de Deus que até nós chega por Jesus Cristo, no Espírito Santo.

LUGAR EMINENTE DO MISTÉRIO PASCAL NA LITURGIA

1. Quem abre o Missal Romano de Paulo VI e o folheia com atenção e repouso, dá-se conta que existe nele um conjunto de celebrações que se distinguem quer pelo número de páginas que abrangem, quer pela densidade de fé que encerram e pelo cuidado que se adivinha ter sido posto na sua preparação.

De facto, enquanto os formulários de cada domingo do ano litúrgico ocupam apenas uma página, o conjunto das celebrações pascaís a que nos estamos a referir, abrange várias dezenas. E se lhes acrescentarmos as leituras que lhes correspondem e se encontram no respectivo Leccionário, atingiremos quase o número de cem páginas.

Esta constatação é, a seu modo, uma das provas que «o Mistério pascal constitui o coração de todo o cristianismo, e a celebração da Páscoa o centro de toda a liturgia cristã» (3). Com toda a razão um liturgista que esteve muito ligado aos trabalhos da reforma litúrgica escreveu: «Podemos dizer da celebração da Páscoa o que o Concílio disse da própria liturgia: ela é a fonte e o ponto culminante do ano litúrgico» (4).

Compreendemos assim que as primeiras palavras do *Motu próprio* com que Paulo VI promulgou a reforma do ano litúrgico e do Calendário Romano sejam estas: «A celebração do Mistério pascal tem a máxima importância no culto religioso dos cristãos» (5). Não foi sem intenção que escolhemos para título da nossa semana as palavras com que esse documento começa.

(3) JOSE FERREIRA, *Páscoa uma nova criação*, em Boletim de Pastoral Litúrgica 1, p. 9.

(4) PIERRE JOUNEL, *L'organisation de l'année liturgique*, em La Maison-Dieu 100, p. 144.

(5) *Motu próprio Mysteriorum paschalis celebrationem*, Proêmio.

2. Qual a razão desta importância afirmada pelos documentos oficiais e verificável nos livros litúrgicos? Que motivos justificam que tudo o que acontece no ano cristão nasça desses três dias e para eles se oriente?

A resposta é simultaneamente simples e profunda: porque noutros três dias semelhantes a esses se passaram, há quase dois mil anos, acontecimentos que marcaram definitivamente a história dos homens. Foi neles que Jesus Cristo, Filho de Deus e Filho do homem, realizou o seu Mistério pascal, viveu a sua Páscoa, passou deste mundo para o Pai.

Ao aproximar-se o dia da sua morte, reuniu-se com os discípulos numa casa, em Jerusalém, e com eles ceou pela última vez. Era uma *quinta-feira*.

Depois da Ceia saiu para o monte das Oliveiras onde horas depois viria a ser preso. Conduzido à presença do Sinédrio, foi acusado de crimes que não cometera e a sua sentença de morte viria a ser confirmada e mandada executar pelo governador romano Pôncio Pilatos. Depois de O maltratarem, conduziram-n'O, ao lugar da crucificação, onde O suspenderam numa cruz. Aí morreu. Era por volta das três horas da tarde de uma *sexta-feira*.

Sepultado à pressa por alguns amigos, o seu Corpo permaneceu no túmulo todo o dia de *sábado*.

E quando na madrugada do primeiro dia da semana, segundo a maneira de contar os dias dos judeus, algumas mulheres se dirigiram ao sepulcro para prestarem àquele corpo morto os cuidados que a falta de tempo não tinha permitido no dia da morte, foram apanhadas de surpresa pela notícia que Ele tinha ressuscitado. Era *domingo*, muito de madrugada.

3. Estes acontecimentos marcaram de tal modo os primeiros discípulos de Jesus, que tudo o que a seguir virá a ser feito por eles também será marcado pela lembrança desses dias para sempre inesquecíveis nas suas memórias.

Assim, a sua primeira pregação terá por tema esses factos singulares e as comunidades que eles irão fundando ao longo dos anos ouvirão sempre, em primeiro lugar e depois repetidas vezes, a narração de tais sucessos.

Ao escreverem as suas Cartas, muito daquilo que nelas dizem gira à volta do sentido dos acontecimentos desses três dias.

As primeiras narrações escritas do que anos depois virá a constituir os Evangelhos, são ainda a descrição pormenorizada de quanto se passou

na última Ceia e na Paixão, e das aparições no dia que depois se chamou Domingo da Ressurreição.

Mas principalmente a comunidade cristã repetirá, primeiro cada domingo, por ser o dia por excelência do Senhor ressuscitado, e pouco a pouco noutros dias da semana, a fracção do pão, nome primitivo da Eucaristia, que também se chamou Sacrifício, Oblação, Liturgia e Missa, em memória da Ceia do Senhor com os seus discípulos.

O TRÍDUO PASCAL E O SEU MISTÉRIO

4. Cedo apareceu a celebração anual da Páscoa, no domingo aniversário da Ressurreição. A reunião litúrgica começava no sábado à noite e prolongava-se por várias horas, até de madrugada. Chamou-se-lhe a Noite da Páscoa e passava-se toda em vigília. Era longa porque nela se celebrava a totalidade do mistério salvador de Jesus (paixão, morte, sepultura e ressurreição) e terminava pela Eucaristia com a qual o Senhor dera início ao seu Mistério pascal. Só então se quebrava o jejum que constituía o único elemento celebrativo da sexta-feira e do sábado antes da Vigília, em memória da morte e da sepultura de Cristo. Com esse jejum se preparavam os cristãos para a festa da Noite santa em que todos tomavam parte e onde, no meio de uma alegria contagiante e de coração purificado, encontravam o Senhor Jesus vivo, nos sacramentos.

5. Por influência da liturgia de Jerusalém e para dar vida às indicações dos evangelistas, a liturgia ocidental cedo desdobrou a riqueza e a unidade da noite pascal pelos dois dias anteriores. E desse modo, o núcleo primitivo do ano litúrgico que é a Vigília, evoluiu e tornou-se no Tríduo pascal, que na expressão de S. Agostinho é o «Tríduo sagrado do Salvador crucificado, sepultado e ressuscitado» (6), Tríduo «no qual se celebra a totalidade do mistério redentor, desde a última Ceia tomada pelo Senhor com os seus antes de sofrer, até à sua aparição aos discípulos reunidos na tarde de Domingo» (7).

É esta noção de Tríduo que o Missal de Paulo VI e os documentos da reforma litúrgica voltam a dar-nos. Ele começa na tarde de Quinta-

(7) *PIERRE JOUNEL, l'organisation de l'année liturgique*, em *La Maison-Dieu* 100, p. 144.

-feira santa com a Missa vespertina da Ceia do Senhor e acaba com as Vésperas de Domingo (8).

«Para o fiel de Cristo e para todo o povo cristão, é uma necessidade do coração seguir cada ano, durante os dias da Páscoa, os acontecimentos da Paixão de Jesus contados pelos evangelistas. Desde a refeição do Senhor tomada com os seus discípulos antes de sofrer até à sua aparição aos mesmos discípulos no domingo seguinte, todas as suas acções, e antes de tudo a sua morte e ressurreição, são portadoras de redenção, todas as suas palavras são palavras de salvação» (9).

Quem não sentiu já a expectativa tranquila, o recolhimento sereno, a paz profunda e a alegria transbordante e comunicativa que se vão sucedendo nesses três dias únicos de cada ano? Onde nasce tudo isso senão dos acontecimentos divinos que neles se celebram e cuja eficácia salvadora é ainda hoje tão real como o foi nos dias históricos em que sucederam pela primeira e única vez? A realidade da Paixão e Ressurreição continuam a comunicar-se hoje àqueles que, na fé, participam nessas celebrações do mistério redentor. Elas são tão importantes que a Igreja tem com elas um cuidado particular. Ela pretende que o Tríduo da Paixão e da Ressurreição do Senhor brilhe como sol esplendoroso no firmamento do ano litúrgico e isso contribui para que a sua celebração não nos deixe indiferentes, antes toque cada comunidade cristã na sua vida profunda e a leve a viver com Cristo a sua «passagem» para o Pai.

6. Contrariamente ao que sucedeu nos primeiros séculos, a Igreja não celebra hoje o núcleo do ano litúrgico numa só noite mas em três dias, salientando em cada um deles um aspecto particular do Mistério o que não é isento de riscos, na medida em que os fiéis podem ser levados a fazer, por exemplo, da Sexta-feira santa, um dia de luto e tristeza sem mais, enquanto a liturgia nos dá outra visão dos acontecimentos salvadores e manifesta a vontade firme de manter na unidade este mistério indivisível de morte e ressurreição. Assim, a Missa da Ceia de Quinta-feira santa começa pelo introito: «Toda a nossa glória está na Cruz de nosso Senhor Jesus Cristo», Cruz que ocupará o centro das nossas atenções no dia seguinte, enquanto a acção litúrgica da Paixão de Sexta-feira santa termina pela adoração dessa mesma Cruz não como instrumento de

(8) Cf. Motu próprio *Mysterii paschalis celebrationem*, n. 19.

(9) PIERRE JOUNEL, *Missel du dimanche*, Desclee 1971, p. 85.

morte, mas como sinal de vitória e pela comunhão do Corpo do Senhor consagrado na véspera.

A razão de ser deste agir litúrgico tem muito a ver com o próprio Mistério pascal, que não é uma simples sucessão de acontecimentos. O Tríduo pascal segue dia a dia o desenrolar do drama salvador porque nós somos dependentes do tempo. Recebemo-lo e vivemo-lo momento a momento, e temos necessidade de atribuir um tempo a cada coisa.

Mas a Páscoa foi um acto misterioso de Deus feito homem e de um homem que era Deus. Ela não é Paixão separada de Ressurreição. Em Deus tudo é unidade. Ele não depende do tempo. O Páscoa de Jesus é um único mistério de salvação feito indivisivelmente de morte e vida, de humilhação e glória, de sofrimento e felicidade. A Cruz não é só ignomínia. Ela é também glória de Cristo e exaltação de Cristo. «Para te convenceres de que a Cruz é a glória de Cristo, ouve o que Ele mesmo diz: 'Agora foi glorificado o Filho do homem e Deus foi glorificado n'Ele e em breve O glorificará'. E noutra passagem: 'Pai, glorifica o teu nome. Veio então uma voz do céu: Eu O glorifiquei e de novo O glorificarei'. E, para saberes que a Cruz é também a exaltação de Cristo, escuta o que Ele próprio diz: 'Quando Eu for exaltado, então atrairei todos a Mim! Como vês, a Cruz é a glória e a exaltação de Cristo» (10).

7. Jesus Cristo aceitou voluntariamente a morte. Ninguém Lhe tirou a vida sem Ele querer e consentir. Mas deu-a, não para ficar sem ela para sempre. Entregou-a livremente para de novo a tomar quando quis. Foi em nosso benefício que Ele quis experimentar passar pela morte. Agora, porém, está coroado de glória e de honra. Ele não podia abandonar para sempre o seu Corpo à corrupção do túmulo, porque era Deus. Nós morremos por causa do pecado, mas Jesus nunca conheceu o pecado. Por isso a morte não tinha poder sobre Ele, nem tão pouco o demónio, príncipe deste mundo e da morte. Cristo submeteu-Se por um breve tempo à morte, para a destruir definitivamente e triunfar do demónio no terreno que ele dominava. E dessa maneira Cristo tirou o pecado do mundo, destruiu o poder de Satanás, e da morte fez brotar a Vida.

Permanecendo durante três dias e três noite no seio da terra, o Filho do Homem quis experimentar no seu Corpo a solidão e as trevas do alcançar vitórias.

(10) *DOS SERMÕES DE SANTO ANDRÊ DE CRETA, BISPO, Liturgia das Horas, fasc. XIV, p. 113, Festa da Exaltação da Santa Cruz.*

túmulo. Desceu então à morada dos mortos para dela levar consigo, para o céu, aqueles que a morte retinha cativos desde o princípio do mundo, manifestando assim que o seu poder se estende a todos os tempos e lugares, e que a morte real do seu Corpo O não impede de continuar vivo e a

E porque a morte o não podia reter, por ter sido vencida e morta, Jesus ressuscita o seu próprio Corpo, ao terceiro dia, sobe para o Pai, senta-se à sua direita e recebe d'Ele o Espírito Santo que envia sobre os Apóstolos, depois de lhes ter aparecido durante quarenta dias e de ter realizado diante deles muitos milagres para que não duvidassem de que Ele estava vivo para sempre.

É isto o Mistério pascal na sua unidade e é isto que nós celebramos no Tríduo pascal, como o diz com tanta beleza o P. Boyer no livro a que chamou precisamente «O Mistério Pascal»: «A sucessão dos ofícios destes três dias santos constitui uma ampla e grandiosa celebração eucarística com dois polos: Na missa de Quinta-feira santa vemos a Ceia gerando a Cruz; na da noite pascal, a Cruz consumada reproduz a Ceia, mas desta vez à luz sem crepúsculo da Ressurreição» (11).

REALIDADE ACTUAL DAS CELEBRAÇÕES PASCAIS

8. No seu ensino mais recente a Igreja afirma que «não se pode falar de vida plenamente cristã sem participação nas acções litúrgicas, nas quais os fiéis, reunidos em assembleia, celebram o Mistério pascal» (12).

Não se trata de convicções novas. A importância das acções litúrgicas foi sentida desde os primeiros tempos. As comunidades cristãs sempre entenderam e afirmaram com palavras e actos que a liturgia é o tesouro da Igreja partilhado aos fiéis.

Desde as primeiras reuniões da comunidade de Jerusalém à volta dos Apóstolos, para «escutarem o seu ensinamento e participarem na fracção do pão e nas orações» (Act 2,42), a Igreja sempre manifestou a convicção de que é na liturgia que se celebra o mistério de Cristo, dom gratuito do Pai, que se actualiza nas nossas vidas pelo poder do Espírito Santo.

Se isto acontece desde há dois milénios é porque «o que celebramos na liturgia não é simples lembrança de um acontecimento passado, mas

(11) LOUIS BOYER, *O Mistério Pascal*, União Gráfica, 1969.

(12) Directório das Missas com crianças, n.º 8.

recordação do acto salvador que continua a aplicar-se actualmente aos membros do Corpo de Cristo, antes de mais na celebração. Hoje, o acto de Cristo que se comemora, renova-se realmente. Quando celebramos a Páscoa (principalmente o Tríduo pascal), não é um acontecimento do passado que nós festejamos, mas um acontecimento presente, sempre actual, por ser um acto do Filho de Deus» (13).

9. Como é que o acontecimento pascal realizado de uma vez por todas se torna presente e nosso hoje? Eis como se exprime um bispo oriental dos nossos dias, testemunha da fé comum da Igreja de sempre na acção do Espírito Santo, o verdadeiro artífice da realidade actual das celebrações litúrgicas: «O Espírito Santo é pessoalmente a *Novidade* a trabalhar no mundo. Ele é a presença do Deus-connosco unido ao nosso espírito. N'Ele a liturgia é memorial e antecipação. O Espírito Santo faz chegar a Parusia numa epiclese sacramental e misticamente realista: Ele faz nascer, Ele fala pelos profetas, Ele põe em comunhão, Ele atrai para a segunda vinda. Ele é Senhor e fonte de Vida. É por Ele que a Igreja clama: Vem, Senhor Jesus. Ele faz novas todas as coisas, não de maneira mágica, mas transformando a liturgia sacramental em liturgia eterna» (14).

QUINTA-FEIRA SANTA

CELEBRAÇÕES DA MANHÃ — A Missa do Crisma

10. O dia de Quinta-feira santa até à Missa da Ceia do Senhor, é ainda Quaresma e preparação do Tríduo pascal, como se lê no Calendário Romano: «O tempo da Quaresma vai de Quarta-feira de cinzas até à Missa da Ceia do Senhor» (Cal. Rom. 28).

De manhã não se celebra missa em parte nenhuma (MR) excepto na igreja-mãe da diocese, missa concelebrada pelo bispo rodeado dos presbíteros e diáconos do seu presbitério que puderem estar com Ele (Cal. Rom. 31). Nela se benzem os óleos dos doentes e dos catecúmenos e se consagra o santo Crisma, que depois vão ser levados para as paróquias, o que manifesta a interdependência de toda a Igreja local na celebração

(13) J. GELINEAU, *Dans vos assemblées*, Desclée 1971, p. 84-85.

(14) *Comment l'événement pascal devient-il nôtre aujourd'hui?*, em *La Maison-Dieu* 106, p. 77-78.

dos diversos sacramentos e sacramentais, que são toda a Páscoa continuamente actualizada na Igreja e nos fiéis.

A Igreja recomenda vivamente esta concelebração aos presbíteros, porque sendo impossível reuni-los à volta do bispo na Missa da Ceia do Senhor, em memória da instituição da Eucaristia e do Sacerdócio, ela transfere essa reunião para a parte da manhã, na Missa do Crisma.

Aqui temos um pormenor que mostra a Igreja atenta às novas situações da vida moderna, bem diferentes das de outros tempos. Pensamos que foi esta razão pastoral e eclesial que levou os responsáveis da reforma ao mais alto nível a optar pela incongruência litúrgica de fazer recitar o «Glória a Deus nas alturas» nesta Missa que é celebrada ainda em tempo quaresmal.

Certo é, porém, que se por um lado preferíamos ver esta celebração mais clarificada, por outro gostamos de ouvir cantar o antiquíssimo hino por toda a assembleia presidida pelo bispo rodeado dos seus presbíteros, neste dia em que, à tardinha, isso não será possível, dada a dispersão dos sacerdotes pelas diversas paróquias de que são responsáveis. É ainda Quaresma; mas não é de estranhar que se faça sentir já uma certa alegria na manhã do dia aniversário da última Ceia.

CELEBRAÇÕES DA TARDE — Missa vespertina da Ceia do Senhor

11. Contam-nos os Evangelhos que na última tarde da sua vida terrestre Jesus Se reuniu com os discípulos para uma refeição de festa. Foi Ele mesmo que lhes deu indicações precisas sobre o lugar da Ceia e os preparativos para ela, e os evangelistas deixam entender que se tratou da refeição solene da Páscoa.

Essa refeição realizam-na ainda hoje os filhos de Israel, todos os anos, e com ela comemoram, como no tempo de Jesus, a saída de seus pais do Egipto e a deles próprios, a sua libertação dos opressores e a sua aliança com Deus.

Foi assim que o Senhor Jesus entrou na sua Paixão, fazendo desta refeição tomada com os seus a refeição da nova Aliança concluída no seu Sangue, instituindo sob os sinais do pão partido e da taça partilhada, mudados no seu Corpo e no seu Sangue, o memorial do sacrifício que Ele ofereceria no dia seguinte sobre a Cruz.

É com a celebração litúrgica que recorda e realiza sacramentalmente essa refeição, que a Igreja começa, cada ano, o Tríduo pascal. Nela

torna actual e participada a Eucaristia que Jesus instituiu na sua última Ceia com os Apóstolos.

15. O que distingue esta Missa de todas as outras é o facto de ela ser o aniversário daquela última refeição de Cristo. Nesse sentido ela é a Missa por excelência, a 'mais chegada às suas fontes. Como escreve Pierre Jounel, se é certo que em cada Missa nós renovamos a Ceia do Senhor em memória d'Ele, lembrando a sua paixão, esperando o seu regresso e alegrando-nos da sua presença, nesta de Quinta-feira santa a evocação atinge o máximo da intensidade (15).

Por isso o Missal insiste em que ela seja verdadeiramente uma assembleia plena, a festa de Jesus que nos reúne a todos: «À tarde, à hora mais conveniente, celebra-se a Missa da Ceia do Senhor, com plena participação de toda a comunidade local; todos os sacerdotes e clérigos devem exercer nela as suas funções» (MR). Porquê? Para assim se manifestar a unidade do sacerdócio ministerial de que todos os sacerdotes participam e a importância do sacerdócio comum dos fiéis.

Ao falar em «tarde» e em «hora mais conveniente» o Missal vem lembrar-nos que a importância de Quinta-feira santa começa só ao cair da noite e que o Tríduo pascal pertence já ao dia seguinte, como se deduz da afirmação do Calendário Romano: «O dia litúrgico decorre da meia noite à meia noite. Porém, a celebração do domingo e das solenidades começa já à hora de Véspera do dia precedente» (Cal. Rom. 3).

É pois, a partir deste momento, que a Quinta-feira santa merece o título tradicional de «dia da Ceia do Senhor». O grande facto da última reforma litúrgica deste dia foi a colocação da Missa, banquete de reunião de toda a comunidade cristã à volta dos seus pastores, na própria hora da Ceia, pois assim se exprime ao máximo o seu sentido primordial.

Com efeito, a ideia central da Quinta-feira santa é a da hora de Jesus, ideia familiar aos evangelistas. Não é por acaso que o Evangelho da Missa da Ceia começa assim: «Antes da festa da Páscoa, sabendo Jesus que chegara a sua hora de passar deste mundo para o Pai, Ele que amara os seus, que estavam no mundo, amou-os até ao fim» (Jo 13,1). A importância desta Hora e desta Missa a esta hora está aqui. É a hora da passagem da morte à vida, do mundo ao Pai, a hora da Páscoa de Cristo.

(15) Cf. PIERRE JOUNEL, *Le missel du dimanche*, Desclée 1971, p. 86.

É esta hora que a celebração de Quinta-feira santa renova para nós, a hora em que, pelo sinal da Eucaristia, Jesus se afirma o triunfador da humanidade na luta contra o demónio. Nunca mais poderá haver outra última Ceia de Jesus com os Apóstolos. Mas a celebração da Missa à hora da Ceia, à hora da instituição da Eucaristia, faz-nos comungar da maneira mais profunda e real possível na Hora para a qual Jesus veio.

Por tal razão, se é certo existir o perigo de prestar mais atenção à Eucaristia de Quinta-feira santa do que à da Noite pascal, momento culminante dos três dias santos, não é menos verdade que a celebração desta tarde, na hora da instituição da Ceia, também é, a seu modo, coração da liturgia.

Ao antecipar a celebração eucarística que se realizava primitivamente na Noite santa da Páscoa para este dia e para esta hora, a Igreja faz questão de recordar que não lhe é indiferente o desenrolar histórico dos acontecimentos do Tríduo pascal e concretamente do primeiro deles. Recordar e actualizar sacramentalmente esse momento, é entrar no seu dinamismo, é fazer a mesma experiência que os Apóstolos fizeram.

CÂNTICO DA ENTRADA

13. A procissão de entrada desta Missa deveria levar à frente uma grande Cruz, na qual se visse bem a imagem de Cristo, não como um homem morto, mas sim como o Senhor vitorioso, vivo e ressuscitado.

Dizemos isto porque é a própria liturgia que assim o entende ao cantar: «Toda a nossa glória está na Cruz de nosso Senhor Jesus Cristo. N'Ele está a nossa salvação, vida e ressurreição. Ele nos salvou e libertou» (MR).

A Igreja vive da presença dinâmica do seu Senhor, Rei imortal, que renova em cada Eucaristia a vitória da sua imolação gloriosa. Sem Cristo vivo toda a celebração seria impossível. Mas esse Senhor vivo é o mesmo que esteve morto na Cruz. Por isso começamos a ser cristãos no dia em que nos marcamos com esse sinal vitorioso. Por isso iniciamos cada acto litúrgico fazendo sobre nós mesmos esse símbolo da Vida que irrompeu da morte. A Cruz é a glória de Cristo e dos cristãos. É dela que nos vem toda a nossa glória.

Começar a liturgia do Tríduo pascal à sombra duma grande Cruz levada em triunfo enquanto a assembleia canta um hino em sua honra, far-nos-á compreender, melhor do que nenhuma explicação, o motivo pelo qual a Igreja não separa jamais em Cristo a Morte da Ressurreição.

A COLECTA

14. A oração colecta põe em evidência que Jesus, «antes de Se entregar à morte, confiou à Igreja um novo sacrifício» para ela o celebrar perpetuamente. A Eucaristia é, pois, a Ceia santíssima que Jesus Cristo deixou à sua Esposa.

Aqui aparecem intimamente unidas a Ceia e a Morte e se descobre que a última Ceia assume todo o significado da morte de Cristo. Foi naquele momento que o Salvador Se considerou já suspenso na Cruz, o que nos lembra que a Ceia foi um mistério no sentido da realização do plano escondido de Deus desde toda a eternidade e agora revelado aos homens em sinais. O que Cristo fez ao cear pela última vez foi a actualização do que seria realizado no dia seguinte, sexta-feira e o que nós fazemos hoje é celebrar a Ceia para tornar presente um passado. A Ceia antecipou a actualização daquilo que seria feito; a nossa celebração eucarística actualiza hoje o que então foi realizado.

A LITURGIA DA PALAVRA

15. A Liturgia da Palavra de qualquer Missa e particularmente da de Quinta-feira santa é já uma presença de Cristo nos seus gestos e palavras salvadoras, como diz o Concílio Vaticano II: «Cristo está sempre presente na sua Igreja quando aí se lêem as Escrituras» (SC 7).

Apesar disso, a proclamação e a escuta da Palavra deste dia ocupa inegavelmente menos tempo do que a de Sexta-feira santa ou a da Vigília pascal.

A razão desta menor importância temos de vê-la na vontade da Igreja em que fixemos a nossa atenção sobretudo nos gestos de Jesus. É para a Refeição do Senhor que os nossos corações devem estar voltados. A Palavra, neste dia, é principalmente condição para entendermos o significado de gestos inesquecíveis como o lava-pés e aquele em que Jesus entrega aos seus discípulos o pão que é o seu Corpo e o vinho que é o seu Sangue. Para eles orientam o nosso espírito as três leituras e o salmo responsorial.

a) *A primeira leitura*

16. A primeira dessas leituras faz-nos o relato da maneira de comer o cordeiro pascal pelos judeus, ao começar a noite da sua liberta-

ção, depois de o terem imolado ao cair da tarde e de terem marcado com um pouco de sangue a porta das casas em que se comia o cordeiro.

A leitura termina dizendo: «Esse dia será para vós uma data memorável, que haveis de celebrar com uma festa em honra do Senhor. Festejá-lo-eis por todas as vossas gerações, como lei perpétua» (Ex 12,14).

Leitura muito importante, ela pretende, recordar que não foi por acaso que Cristo escolheu para a sua Eucaristia o contexto da refeição comemorativa da primeira páscoa da história da salvação.

O seu ritual pode ajudar-nos a rever o que Cristo celebrou. Apesar dos evangelistas nos fazerem o relato litúrgico e não meramente histórico da Ceia, ao ouvirmos esta leitura percebemos melhor que Jesus é o nosso Cordeiro pascal. É Ele que nos marca com o seu sangue e nos preserva da morte. É Ele o Cordeiro glorificado que alimenta com a sua carne os peregrinos que vão caminhando, «de cintura apertada, calçado nos pés e o cajado na mão», a toda a pressa, de uma terra de escravidão para a terra prometida, deixando atrás de si os deuses do Egipto que o Senhor condena.

No Egipto, Deus passou levando a morte aos filhos do país e a vida aos judeus; Jesus é posto como ruína e ressurreição, é vida para os que se sentam à sua mesa e condenação para os que recusam o convite. No Egipto, o Cordeiro com o seu sangue desviou o anjo exterminador; agora, é o Cordeiro imolado que salva da morte eterna. No Egipto, Deus ordenou que esse dia e essa festa fossem renovados todos os anos, nessa mesma data, em memória das maravilhas por Ele realizadas; na tarde de Quinta-feira santa, Jesus mandará à sua Igreja que celebre a Ceia em memória d'Ele.

Cada ano, os hebreus que celebravam a Páscoa experimentavam o dom do amor de Javé, a passagem da escravidão de Satanás à liberdade de Filhos de Deus; na Ceia, Jesus Cristo entregará aos Apóstolos e à Igreja o seu próprio Corpo e Sangue, que realiza entre os fiéis a comunhão fraterna neste mundo e antecipa a comunhão dos santos no Reino dos céus.

b) *A segunda leitura*

17. A segunda leitura faz-nos escutar o mais antigo texto que possuímos sobre a instituição da Eucaristia e situa-nos naquilo que constitui o centro da celebração de Quinta-feira santa.

Que espécie de Ceia fez o Senhor com os discípulos? S. Paulo é claro e dissipa toda a confusão possível: não se trata de uma ceia ordinária,

mas de uma refeição fora de série. Apesar de ser feita com elementos simples, ela escapa à banalidade de uma refeição diária.

A Ceia do Senhor é a ceia judaica onde se pronuncia uma oração de bênção, pelo que não é possível compreender a Missa sem partir do sinal, aparentemente gasto, da refeição.

Mas ela é também um memorial. A frase de Cristo «fazei isto em memória de Mim» convida-nos a descobrir o que isso significa.

Os judeus já consideravam a refeição da Páscoa um memorial. E o que entendiam eles por memorial? Transcrevemos o que escreve um autor judeu dos nossos dias, Robert Aron: «Contemporâneo do que foi, o judeu exprime este sentimento, esta crença, no decorrer da comemoração dos acontecimentos passados. Comemorar não é distanciarmo-nos do que foi outrora, mas, ao contrário, é eliminar as distâncias, é fazer renascer o passado, é considerar que cada um de nós, que nós mesmos somos contemporâneos dos acontecimentos da história da qual continuamos a suportar as consequências ou a prolongar os efeitos. Nada é mais significativo deste sentido, do que o versículo da *haggadah do Seder* que afirma que neste dia de festa cada judeu deve considerar que ele mesmo é libertado do Egipto. Libertação não simbólica nem alegórica, libertação que não resulta duma interpretação intelectual ou duma efusão sentimental. Pelo facto dos nossos antepassados terem sido libertados do Egipto, nós também seremos libertados de todos os novos Egiptos que possam constituir-se, seja no fundo do nosso coração, seja à volta da nossa comunidade religiosa» (16).

Foi nesta mentalidade que Cristo instituiu o seu memorial dentro de outro memorial.

É pois a partir do sinal da refeição que devemos entrar no mistério da celebração eucarística. Através desta ceia feita em memória do sacrifício de Cristo, e que pode ser repetida sem cessar, torna-se presente o único sacrifício que o próprio Senhor ofereceu sozinho. Na Missa, toda a assembleia pode agora associar-se a este gesto de Aliança tornado presente. Antes da sua Paixão, Cristo fez a Ceia, sacrifício antecipado. Depois do acontecimento da Cruz, o sacrifício é tornado presente numa refeição.

c) O Evangelho

18. Curiosamente, não há *Aleluia* na Missa da Ceia do Senhor,

(16) ROBERT ARON, *Réflexions sur la notion du temps dans la liturgie juive*, em LMD 65, p. 19.

apesar de ser dia festivo e de o «Glória a Deus nas alturas» ter sido cantado ao som do repique das campainhas. É que o *Aleulia* é aclamação típica da Ressurreição que acontecerá só na Noite santa.

O Evangelho de S. João não descreve a instituição da Eucaristia na última Ceia. E no entanto, também para ele aquele banquete foi a prefiguração sacramental da Cruz. O início deste Evangelho da Missa de Quinta-feira santa diz claramente que Jesus celebrou a Ceia voltado no seu espírito para a morte do novo Cordeiro que Ele era, pelo que a sua quase fugidia alusão à Ceia está bem na sequência da narração de Paulo sobre a Eucaristia ouvida na leitura anterior.

João quer falar de um outro gesto de Jesus que sucedeu enquanto «decorria a Ceia» e que nenhum dos outros evangelistas conta. É certamente por isso que ele começa assim: «Antes da festa da Páscoa, sabendo Jesus que chegara a sua hora de passar deste mundo para o Pai, Ele, que amara os seus, que estavam no mundo, amou-os até ao fim» (Jo 13,1).

O LAVA-PÉS

19. O Evangelho descreve depois, com todos os pormenores, o gesto de Jesus no decorrer da Ceia. Diante dos seus discípulos admirados, Ele cinge-se com uma toalha e põe-se a lavar-lhes os pés.

Cedo começou, na liturgia, a gestuação desta narrativa. O resultado foi um rito solene e comovente, que a reforma litúrgica valorizou ao colocá-lo imediatamente a seguir à homilia, mas sem o tornar obrigatório. Ele pode ser feito «onde razões pastorais o aconselhem» (MR).

O lava-pés é, assim, um dos ritos que dão à Quinta-feira santa o seu carácter particular. Depois da explicação da Palavra, aquele que preside refaz o gesto de Cristo, lavando os pés de doze fiéis. A liturgia convida-nos a contemplar Jesus a lavar os pés dos seus Apóstolos e a compreender através dele que o seu amor é um amor de serviço. Neste enquadramento e a esta hora, o ajoelhar de um bispo ou de um padre diante do seu irmão, diz mais que um longo discurso. Valorizando este gesto a Igreja sublinha que a fraternidade concreta dos discípulos do Mestre é um mandamento, razão pela qual o rito foi outrora chamado «o mandatum», o mandamento novo, sinal distintivo do cristão: «Todos vos reconhecerão por meus discípulos se vos amardes uns aos outros como Eu vos amei». O mandamento novo é simplesmente uma imitação do amor de Cristo. Nessa perspectiva o lava-pés tem um alto poder de expressão pelo seu valor litúrgico e catequético. Mas é preciso não esquecer que foi aos seus colaboradores que Cristo lavou os pés.

A LITURGIA EUCARÍSTICA — A Oração Eucarística e a Comunhão

20. O sinal principal da celebração deste dia é a própria Eucaristia. Será bom que se preste atenção à escolha da Oração Eucarística e à sua proclamação, de tal modo que ela soe como uma novidade aos ouvidos dos fiéis.

Também a memória particular do gesto de Cristo que as suas palavras «Tomai e comei... tomai e bebei» recordam, é um convite à participação de todos na comunhão sob as duas espécies, o que implica que se preste atenção a pormenores importantes: número de comungantes, número de ministros, disposição do altar e maneira de proceder. A comunhão sob as duas espécies é um gesto tão próprio deste dia, que vale bem a pena ultrapassar algumas dificuldades e inconvenientes para a realizar nas nossas comunidades.

Não se esqueçam os doentes e se for preciso e possível recorra-se ao ministério (dos ministros extraordinários para que neste dia ninguém fique privado da sua parte do pão da Vida.

TRASLADAÇÃO DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

21. A trasladação do pão consagrado para o lugar da Reserva na Quinta-feira santa, não foi originariamente acto de grande solenidade. Mas por aqui se iniciou o florescimento do culto eucarístico, e da simples trasladação se veio a fazer uma das primeiras procissões eucarísticas. Nalguns lugares o lugar da Reserva viria mesmo a chamar-se «monumentum», isto é, sepulcro, interpretação que a liturgia não aceita.

A reforma do Missal de Paulo VI simplificou bastante esta procissão. Terminada a Missa, a santa Reserva é levada com uma certa solenidade para o «lugar da reposição preparado em alguma capela convenientemente ornamentada» (MR) e será distribuída, no dia seguinte, aos fiéis.

22. A desnudação dos altares realizava-se outrora todas as vezes que terminava a celebração eucarística. Era um simples gesto utilitário. Numa época posterior em que tudo era visto sob o prisma de um alegorismo artificial, começou a interpretar-se a desnudação como um despojamento de Cristo dos seus vestidos e acabou por se dar a este rito uma grande importância.

A reforma litúrgica faz realizar a desnudação de maneira discreta.

Se o altar fica sem toalhas é porque a Eucaristia só voltará a celebrar-se naquele altar na Vigília pascal.

23. O Missal prevê que, no fim da celebração, se organize com alguma solenidade um tempo de adoração, de oração e de silêncio, em memória da noite em que Jesus disse aos discípulos: «Não fostes capazes de ficar acordados uma hora comigo! Vigiai e orai...». Esta vigília tem o seu fundamento nestas palavras e o recolhimento diante do Senhor deve ajudar-nos e dispor-nos a celebrar a sua Paixão no dia seguinte, para que um dia Jesus Cristo nos chame a tomar parte na sua Ressurreição.

SEXTA-FEIRA SANTA

O MISTÉRIO DE SEXTA-FEIRA SANTA

24. Com Sexta-feira santa nós atingimos o momento do Tríduo pascal em que a Igreja celebra mais especialmente a Paixão e a Morte de Cristo.

É o dia da Paixão de Jesus. Paixão do Homem abandonado e maltratado. Paixão de Deus que se cala.

Para nós, trata-se de comungar no sacrifício deste Homem que é o Filho de Deus cuja morte é a vida do mundo. Nada menos.

O Senhor morreu no dia 14 de Nizan, que naquele ano foi uma sexta-feira. Por volta da hora da morte de Jesus, quer dizer, pelas três horas da tarde, a celebração atinge o seu ponto culminante. Mas o próprio nome dado a este dia, *Sexta-feira santa*, manifesta já a ideia dominante daquilo que a celebração litúrgica irá dizer com toda a clareza: por maior que seja o luto, uma alegria nasce daquilo que hoje se realiza.

A celebração deste dia tem por fim fazer-nos entrar mais profundamente no Mistério pascal e prepara a comunidade para a Vigília de Sábado santo. A sua estrutura guardou o aspecto das celebrações mais antigas.

Não há Eucaristia na Sexta-feira santa. Dir-se-ia que neste dia estamos de tal modo unidos à Cruz de Cristo, que não faz falta recorrer à renovação eucarística do seu sacrifício.

As normas gerais da reforma litúrgica não entram em pormenores de organização da celebração. Contentam-se em sublinhar o carácter litúrgico do jejum pascal, que comemora a Paixão do Senhor, e que a Igreja aconselha prosseguir até à Noite santa, por onde se vê que este jejum está relacionado com a festa que nasce da Vigília pascal.

Esta solene celebração litúrgica não tem, de modo nenhum, carácter fúnebre. Nós não adoramos um morto, mas um Homem que está vivo porque é Deus. Celebrando a Cruz de Jesus, nós não celebramos a morte, porque essa Cruz conduziu-O à Ressurreição e à Vida. Sexta-feira santa celebra simultaneamente a morte de Cristo e a sua Ressurreição gloriosa. Esta Ressurreição está presente tanto no carácter glorioso da Adoração da Cruz, como na comunhão que nos dá Cristo ressuscitado.

Vamos pois participar do mistério de Sexta-feira santa, ouvindo a narração da Paixão, venerando a Cruz, partilhando a oração do Senhor e o seu Corpo ressuscitado.

CELEBRAÇÃO DA PAIXÃO DO SENHOR

Entrada em silêncio e Oração

25. A assembleia litúrgica reúne-se à hora da morte do Salvador. O celebrante e os ministros sagrados chegam em silêncio diante do altar, despidos de toalhas e sem velas.

Vêm paramentados de vermelho e prostram-se por um instante em oração silenciosa, após a qual o celebrante se levanta e de mãos juntas diz esta magnífica oração: «Lembraí-Vos, Senhor nosso Deus, das vossas misericórdias e guardai continuamente os vossos servos para os quais Jesus Cristo, vosso Filho, instituiu no seu Sangue o Mistério pascal».

Admiremos o equilíbrio com que a oração exprime o significado do que vai seguir-se. Numa linguagem muito breve ela sintetiza a história da salvação no momento em que a Igreja se prepara para celebrar a Morte de Cristo, fundamento do Mistério pascal.

Toda a vida de Cristo, no seu espaço terreno e celeste, faz parte do Mistério pascal e do mesmo modo quase toda a vida da Igreja, dos cristãos e dos Santos no céu. Mas o seu sacrifício é o ponto central. Sem a Cruz e Morte de Cristo não teria havido Mistério pascal nem redenção.

A Liturgia da Palavra

26. A celebração da Palavra é o elemento fundamental e universal da liturgia de Sexta-feira santa.

Esta liturgia é particularmente sóbria e esta sobriedade poderia induzir-nos em erro e fazer-nos correr o risco de nos orientarmos para uma visão dramática e de certo modo triste da Paixão do Senhor, esquecendo o seu aspecto triunfante. Ora a presença do Evangelho de S. João,

que nos apresenta muitos pormenores que os outros evangelistas omitem e no qual o mistério da morte de Cristo nunca aparece isolado e separado da sua ressurreição e glorificação, elimina totalmente esse perigo. Aliás, as duas primeiras leituras, repassadas de esperança na ressurreição e de expectativa dos sacramentos pascais, fazem desta liturgia da Palavra um modelo de simplicidade, preparando-nos também para escutar com maior fruto a leitura principal que é a da Paixão.

a) *A primeira leitura*

27. A primeira leitura põe-nos em presença do Servo sofredor, do Homem das dores, e a descrição de Isaías não pode deixar de nos impressionar.

Os exegetas não estão de acordo quanto à pessoa que o texto descreve. Para alguns é o próprio profeta, para outros é Israel. Seja como for, encontramos neste texto lido pela Igreja na sua liturgia, uma figura comovente de alguém humilhado e aceitando a morte como sacrifício que deve dar a vida às nações.

Para nós, a interpretação do texto pelo Novo Testamento é decisiva: trata-se do próprio Cristo, e embora reconhecendo que segundo a exegese a figura do Servidor pode ser aplicada quer a um indivíduo, quer a um povo, é-nos impossível não escutar este poema proclamado neste dia pela Igreja como figura d'Aquele cuja morte triunfante ela quer celebrar.

Toda a leitura recebe o seu sentido da primeira frase: «O meu servo triunfará, diz o Senhor... subirá, elevar-se-á e será grandemente enaltecido» (Is 52,13).

Não é preciso comentar este texto, ao qual o enquadramento litúrgico tira toda a ambiguidade interpretativa. Ele anuncia a sublime figura do Cordeiro imolado, do Homem das dores que terá o prémio merecido e verá a luz da ressurreição, que terá uma descendência numerosa, a Igreja.

b) *A segunda leitura*

28. A segunda leitura apresenta Cristo, Sumo Sacerdote que assume sobre Si todas as enfermidades dos irmãos e Se imola por eles, tornando-Se causa de salvação e fundamento da nossa mais viva fé: «Nós temos um grande Sumo Sacerdote, que atravessou os céus, Jesus, Filho de Deus».

Alguém, e este alguém é Cristo na sua intercessão todo-poderosa, pode agora compreender as nossas necessidades e levá-las diante do Pai.

A Igreja quer fazer-nos reviver a Paixão de Cristo e no momento em que pela sua liturgia no-la torna actual, lembra-se que tem à sua frente um Sumo Sacerdote e põe-se a rezar com Ele pelas grandes intenções dos homens.

c) *O Evangelho da Paixão*

29. Durante o canto da Paixão todos se põem de pé e os diáconos ou outros ministros iniciam o canto do Evangelho segundo S. João. Um deles canta a parte narrativa, outro canta as palavras dos diferentes actores e o terceiro canta as palavras de Cristo.

A escolha deste Evangelho indica como se deve escutar a Paixão do Senhor. O evangelista mais preocupado com os sinais, descreve-a como uma marcha real de Jesus para a sua Morte, onde Ele é elevado ao mesmo tempo na Cruz e na glória. Quanto ao evangelista, ele mesmo diz que dá o seu testemunho para que aquele que escuta veja e creia.

Desde o início da leitura, João insiste sobre a obediência à vontade do Pai. Assim não encontramos em toda a narrativa um pedido de Jesus a desejar que esta taça lhe seja poupada. Ao contrário, as suas palavras significam que Ele aceita o cálice como um dom que deve conduzi-l'O à glória: «O cálice que o Pai me deu, não havia de bebê-lo»?

João, que não tem o costume de relatar pormenores, insiste no entanto sobre muitos do interrogatório de Jesus diante de Pilatos. Ele sublinha primeiro, na escolha da morte imposta a Jesus, o cumprimento das suas próprias palavras. «Assim se cumpriam as palavras que Ele tinha dito: daqueles que Me deste, não perdi nenhum».

O que João quer sublinhar antes de mais é a realeza de Cristo. Mas é apenas por insinuações que Jesus a faz compreender: «A minha realeza não é deste mundo». O próprio Pilatos, não se vê se por ironia ou por outro sentimento, entrega Jesus dizendo aos judeus: «Eis o vosso Rei».

A realeza de Jesus será afirmada até sobre a Cruz: «Jesus de Nazaré Rei dos judeus». Este texto redigido em três línguas proclama e torna presente o acontecimento que transformou a história do mundo.

A Oração Universal

30. A Oração Universal deste dia é feita segundo a forma mais antiga que teve em Roma, e é obra conjunta do povo dos baptizados e da hierarquia.

Ela distingue-se de outras orações dos fiéis pela sua estrutura e pela amplidão universal do seu conteúdo o que nos parece ser uma indicação para a reservarmos a Sexta-feira santa, dia da Cruz, dia em que Cristo orou sobre ela por toda a humanidade.

De facto, esta Oração tem uma íntima relação com a morte de Cristo. Ele, com o seu sacrifício, fez cair todas as divisões que destroem a fraternidade dos povos e das diversas categorias de homens. Por meio da Cruz Ele destruiu todas as razões de inimizade e pôs as verdadeiras bases da paz.

Levantada entre o céu e a terra, esta Cruz reconcilia-nos com Deus e por meio dela as nossas orações sobem até Ele para que até nós venha a sua Salvação.

Os fiéis, impressionados pela Palavra que escutaram e que o próprio Senhor lhes dirigiu, entregam-se todos à oração durante um longo tempo, e oram por todas as necessidades espirituais e materiais, por todas as situações dos homens, por todas as suas angústias e divergências.

A Adoração da Cruz

31. O comvente rito da adoração da Cruz traduz em diálogo íntimo, entre Cristo e os fiéis, o facto da Paixão narrada pelas leituras.

A Cruz é trazida por um diácono que a entrega ao presidente da assembleia. Este por três vezes a descobre e a mostra aos fiéis para que todos possam contemplá-la e adorá-la. Esta elevação da Cruz e a adoração que a segue afirmam a vitória decisiva de Cristo. Diante dos olhos dos fiéis actualiza-se o acto mais essencial da história da salvação do mundo.

Os fiéis prostram-se e dizem: «Vinde, adoremos», rito que quer significar um verdadeiro triunfo. O Cordeiro imolado sobre a Cruz vêmo-lo ao mesmo tempo triunfante, como no livro do Apocalipse: «O Cordeiro que foi imolado, é digno de receber a honra e a glória». De facto o cristianismo não tem nada mais importante para mostrar ao mundo do que a Cruz.

O Missal indica duas formas de apresentação. Uma delas é semelhante à procissão do Círio pascal.

A Cruz apresentada aos fiéis deve ser aquela que eles adoraram. Não convém por isso substituí-la por diversos crucifixos para abreviar. Nesse caso deve antes utilizar-se a outra proposta do Missal.

Os Impropérios

32. Os Impropérios são as queixas divinas que a liturgia põe na

boca de Cristo. São uma longa enumeração dos seus benefícios, a cada um dos quais corresponde a ingrata resposta de um dos episódios da Paixão. Cada uma das recordações traz consigo o refrão: «Meu povo, que te fiz Eu? Em que te contristei? Responde-me». E a resposta do povo é o beijo dado na Cruz.

Mais que as humilhações da Paixão é ainda a glória da Cruz que brilha nos cantos com que a Igreja acompanha esta adoração. Eles lembram a morte do Senhor e fazem memória, ao mesmo tempo, da sua Ressurreição: «Adoramos, Senhor, a Vossa Cruz. Por ela veio a alegria ao mundo inteiro», «Deus santo, Deus forte, Deus imortal».

A Comunhão

23. Ao terminar a adoração da Cruz, estende-se uma toalha sobre o altar, onde foram colocadas a Cruz e os círios acesos. O diácono vai buscar o Santíssimo Sacramento. Todos estão de pé e em silêncio.

Talvez se devesse ficar em jejum, como na Igreja antiga, mesmo da Eucaristia, até à Noite da Páscoa. O rito da comunhão foi introduzido na Sexta-feira santa há poucos anos e faz correr o risco de descentrar o ponto culminante do Tríduo, marcado pela participação na Eucaristia da Noite santa.

Mas nas perspectivas actuais, receber o Corpo de Cristo, sinal da sua imolação e da sua Paixão gloriosa, tem também uma significação muito especial nesta Sexta-feira santa, e compreende-se que essa razão tenha prevalecido. A unidade dos dois Ofícios de Quinta-feira santa e de Sexta-feira santa fica também mais sublinhada pelo facto de o pão que se comunga ter sido consagrado na Missa vespertina do dia anterior.

Além disso, a comunhão sacramental realiza um grau maior de anúncio e de solidariedade com o Crucificado, pois «cada vez que comemos o pão do Senhor e bebemos do seu cálice, anunciamos a sua morte até que Ele venha».

SÁBADO SANTO

O dia do grande repouso

34. A rubrica do Sábado santo do Missal de Paulo VI é das mais pequenas de quantas se encontram nas suas largas centenas de páginas. Diz apenas isto: «No Sábado Santo, a Igreja permanece junto do sepulcro do Senhor, meditando na sua Paixão e Morte, e abstendo-se do sacrifício da Missa, até ao momento em que, depois da solene Vigília ou expecta-

ção nocturna da Ressurreição, se der lugar à alegria pascal». E o resto da página está em branco.

O Sábado santo apresenta, assim, uma fisionomia particular e única. Também é sua característica o jejum, pelo menos como possibilidade, até noite dentro. Jejum festivo. Jejua-se na expectativa da volta do Senhor.

Mas a característica mais notória aos olhos dos fiéis é a do vazio deste dia: altares nus, sacrário aberto, igrejas desertas. Isto quer dizer que quando Jesus não está não há nada. Tais verdades não se comentam. Devem ser descobertas no mais profundo silêncio. Mas para isso é necessário que ele exista, o exterior e o interior, o que não é fácil. É tempo de preparação de viagens de férias. Depois há os presentes, a ligeira embriaguês dos «dias de ponte», e isso não ajuda nada a conseguir aquilo que a Igreja, na sua liturgia, está como que a dizer-nos: que a nossa vida seja muito interior, que usemos apenas os eternos meios do jejum, da leitura, da oração íntima, tão próprios do Sábado santo.

Porque a Igreja vela. Confirmada pelo Espírito Santo não tem a menor dúvida da Ressurreição. Pelo contrário.

O Sábado Santo é o dia de Cristo no túmulo, mas é também o da sua descida ao reino dos mortos, como dizemos no Símbolo dos Apóstolos: «Creio em Jesus Cristo, nosso Senhor, que desceu aos infernos». O seu corpo repousa, envolto em ligaduras e com alguns aromas. Mas a sua alma foi até junto dos justos mortos até então, levar-lhes a mensagem da salvação, iniciar o paraíso deles, segundo aquilo que disse ao bom ladrão: «Hoje mesmo estarás comigo no Paraíso».

A descida de Cristo ao reino dos mortos exprime também a grandeza da sua vitória: foi do fundo do abismo que Ele subiu à Vida. Ela é o ponto de partida dum grande movimento que O leva para lá da Ressurreição, à glória da sua Ascensão ao mais alto dos céus: «Aquele que desceu é também Aquele que subiu».

A Igreja permanece imóvel, junto do sepulcro em que descansa o Esposo, mas ela encontra-se já em paz. O repouso de Cristo é o do Sábado que segue a obra da segunda criação. Este repouso é aquele em que Cristo nos precede.

A Igreja compreendeu tão bem o sentido do repouso de Cristo no túmulo, que escrevia sobre o túmulo dos mártires esta inscrição de tão calma confiança: «In pace... em paz».

É que ela acredita na Ressurreição que se segue ao sono da morte. Por isso canta Aleluia nos funerais. A vitória de Cristo é a vitória dos cristãos.

JOSE DE LEÃO CORDEIRO

A Vigília Pascal

I

INTRODUÇÃO

Já anteriormente nos foram apresentados os dois primeiros dias do Tríduo Pascal, ou seja, a Sexta-feira Santa e o Sábado Santo. Parece que logicamente nos deveríamos ocupar agora do terceiro dia. O programa diz simplesmente «Vigília Pascal». Todavia, antes de olharmos propriamente e exclusivamente para a Vigília, localizemo-la naquele «terceiro dia».

O terceiro dia

A Sagrada Escritura coloca a Ressurreição do Senhor no terceiro dia: «Olhai que vamos subir a Jerusalém e o Filho do Homem vai ser entregue aos sumos sacerdotes e aos escribas. Eles hão-de condená-l'O à morte, hão-de entregá-l'O aos pagãos, para que estes O escarneçam, açoitem e crucifiquem. Mas Ele, ao terceiro dia, ressuscitará (Mt 20, 8-19), diz Jesus aos seus discípulos. O Símbolo da fé retoma a mesma linguagem: «Creio em Jesus Cristo, o qual... foi crucificado, morto e sepultado. Ao terceiro dia, ressuscitou dos mortos». Na mesma ordem de ideias, a Vigília situa-se precisamente no terceiro dia do Tríduo pascal, ou, com mais exactidão, é a Vigília que dá origem ao terceiro dia.

Uma celebração vigíliar

Para se compreender a celebração da Vigília pascal é necessário, antes de mais, compreender o que é uma *vigília*, uma vigília em geral, e esta, em particular.

Vigília significa exactamente tempo da noite em que se não dorme,

mas se *vigia*, em que se está de *vela*, e, no caso da liturgia, uma *celebração noturna*. A noite foi sempre tempo preferido para a oração. Jesus deu exemplos frequentes de oração durante a noite, e a tradição cristã continuou a mesma prática.

No que se refere à Vigília pascal, pode haver a tendência de julgar que ela se celebra de noite por ter sido de noite que o Senhor ressuscitou. Mas não é assim. Por um lado, do ponto de vista histórico, ninguém conheceu a hora da Ressurreição, nem a ela se faz referência na Sagrada Escritura. Fala-se das aparições do Senhor ressuscitado, mas estas ocorrem de manhã, não de noite. Por outro lado, do ponto de vista litúrgico, nem o calendário nem o horário litúrgicos pretendem seguir materialmente os dias e as horas em que se deram os acontecimentos da história da salvação que a liturgia celebra. A liturgia não é de ordem histórica, mas sacramental; ela celebra o mistério da salvação e não apenas o acontecimento histórico como tal, isto é, ela celebra a salvação que o acontecimento nos trouxe e de que ela, a liturgia, continua a ser hoje o sinal. O acontecimento passou, a salvação permanece. Hoje os sinais dessa salvação são os da liturgia. Por isso, se pode dizer que a liturgia é a celebração sacramental do mistério da salvação.

Apliquemos tudo isto à Vigília pascal. Já aqui foi exposta a história da santa Vigília dos cristãos. Recordemos apenas que a Vigília pascal vem de mais longe do que o próprio cristianismo. Ela remonta até à noite da saída do povo de Deus do Egito, a noite da primeira Páscoa, no tempo de Moisés. No Egito, antes de saírem e de partirem para a Terra prometida, os Israelitas comeram o cordeiro pascal numa vigília noturna, à pressa, vestidos já de hábitos de emigrantes: túnica cingida, sandálias nos pés, bordão nas mãos. Comeram a Ceia pascal e partiram para passar o Mar Vermelho. E receberam esta ordem da parte de Deus: «Esta noite, durante a qual o Senhor velou para os fazer sair do Egito, deve ser para todos os filhos de Israel uma vigília para o Senhor em todas as suas gerações» (Êx 12, 42). Desde então até hoje, o povo de Deus não deixou de celebrar essa noite, essa vigília. Porquê esta repetição? Porquê o fizeram e fazem ainda hoje os Judeus, referindo-se à primeira Páscoa, e porquê o fazem hoje os cristãos, lembrando a Páscoa de Jesus? Para o povo de Deus, quer do Antigo Testamento quer do Novo, a Páscoa é a «passagem», a saída do lugar da escravidão e da morte e a entrada na terra da libertação e da vida. Para o povo do Antigo Testamento, a repetição anual da vigília pascal não constituía simplesmente a evocação de um acontecimento passado, mas celebrava, ano a ano, a expectativa de um novo êxodo, completo e definitivo, no futuro. Esperava-se que Deus, de

novo, «passasse» no meio do seu povo e o conduzisse da escravidão à liberdade, das trevas à luz, da expectativa à posse definitiva da Terra onde corre o leite e o mel. O povo do Antigo Testamento esperava o Messias libertador: «Ele nos há-de ensinar todas estas coisas», dizia a Samaritana a Jesus (*Jo* 4, 25). A vigília pascal do povo de Israel, evocando o passado, a noite da Páscoa do tempo de Moisés, estava cheia da expectativa do futuro. S. Jerónimo testemunha-o, quando escreve: «É tradição entre os Judeus que Cristo havia de vir à meia noite, à semelhança do que aconteceu no tempo do Egípto» (S. JER., *Coment. in Evang. Math.*, 1, 4, 25).

A insistente mensagem dos profetas dos séculos antes de Cristo não faz outra coisa senão erguer os olhos do povo para essa futura Jerusalém, restaurada, recreada, erguida no cimo dos montes, resplandecente da luz de Deus, não mais aquela que chamam «abandonada» ou «estéril», mas a «desposada», a Mãe fecunda rodeada de muitos filhos. Os momentos trágicos do povo de Deus — e foram tantos! — são apresentados pelos profetas como momentos privilegiados para avivar a esperança e a expectativa da libertação. São quase como a noite do Egípto, que o braço erguido do Senhor transformará, de novo, em noite de Páscoa.

E os Salmos irão frequentemente buscar ao primeiro êxodo a esperança e a garantia que hão-de animar a fé num êxodo novo que a mão poderosa do Senhor vai realizar.

Se o povo de Deus celebrou anualmente a vigília pascal foi para se manter alerta na expectativa deste novo êxodo. Jesus celebrou também a vigília pascal. E celebrou-a, pela última vez, «na noite em que Ele ia ser entregue». Celebrou-a com todos os ritos simbólicos da Páscoa antiga, como ela vinha sendo celebrada desde Moisés até àquela «plenitude dos tempos», que era o seu tempo. E, sabendo que essa era a sua hora, a hora de «passar deste mundo para o Pai» (*Jo* 13, 1), entrega-Se aos seus como verdadeiro Cordeiro pascal, e manda que eles celebrem aquela nova Ceia em memória d'Ele, em memória da sua passagem, da sua Páscoa, «até que Ele venha» (*I Cor*, 11, 26), como outrora tinha mandado aos que se preparavam para sair do Egípto que celebrassem a ceia antiga em memória daquela antiga Páscoa. Os discípulos assim o fizeram, e assim o farão «até que Ele venha». E porquê «até que Ele venha»? Justamente porque a Ceia pascal do Novo Testamento continua a ser a Ceia da expectativa da passagem definitiva «deste mundo para o Pai»; assim ela o é, em particular, na Vigília da Páscoa de cada ano.

É este o sentido profundo e último da Vigília pascal: uma noite de expectativa da vinda do Senhor, para dar cumprimento pleno ao êxodo pascal do seu povo.

Na expectativa do Dia do Senhor

A celebração faz-se de noite, pois nela se aguarda o Dia, o Dia do Senhor, tão anunciado pelos profetas, e já presente no dia da Ressurreição. É este dia que, em cada semana, insistimos em chamar «Dia do Senhor», e que, em cada ano, é celebrado, de forma mais expressiva, no Domingo da Ressurreição, Domingo que começa precisamente na Vigília pascal, mas dia que, pelo próprio facto de lhe repetirmos a celebração, bem testemunha que ainda não chegou de maneira definitiva. Por isso, «a Vigília pascal ficou sendo, e deve tornar-se cada vez mais, a grande ocasião anual em que toda a Igreja se reúne, chamada pela recordação das expectativas passadas, para se revitalizar na expectativa última, que deve ser incessantemente a sua. Na Páscoa, na noite da Páscoa, a Igreja, ao menos uma vez em cada ano, é visivelmente aquilo que invisivelmente ela é sempre: a Esposa desperta na noite, esperando o Esposo que, por momentos, se afastou, e em que ela não consegue adormecer, enquanto Ele, não aparece, de novo, e a manhã apareça com Ele, a manhã da primavera eterna: 'Ergue-te, minha amada, minha esposa, ergue-te e vem!' escreve, não sem inspiração primaveril, o P. L. Bouyer.

Não foi este o aviso que o Senhor lhe deixou: «À meia noite, ouviu-se um brado: 'Aí vem o Esposo' (Mt 25, 6). E é assim a última palavra do Apocalipse, na última página da Sagrada Escritura: «O Espírito e a Esposa dizem: 'Vem!'» (Ap 22, 17). Assim é também o desejo e a expectativa da assembleia cristã na vigília da noite pascal.

II

A SANTA VIGÍLIA

Segundo a indicação expressa do Missal, a Vigília deve fazer-se toda de noite: nem antes do Sol posto nem depois do Sol nado, mas de noite, a «noite em que todo o mundo vigia», no dizer de S. Agostinho (*Serm* 220, 2). No passado, em alguns lugares, a Vigília chegou a ocupar a noite inteira.

A celebração da Vigília é um acto único, do princípio até ao fim; mas podemos distinguir nela elementos fundamentais e outros menos importantes. Como em geral acontece, os elementos mais importantes são também os mais primitivos. Começa-se sempre pelo essencial, só depois é que vem o secundário. Por isso, também na liturgia a história é grande mestra.

A

Solene início da Vigília ou Lucernário

O centro da Vigília é constituído pela Liturgia da Palavra de Deus e pelos Sacramentos da Iniciação Cristã, do Baptismo à Eucaristia. Mas antes de nos sentarmos para escutar, «de coração tranquilo», a palavra de Deus, como nos há-de dizer o presidente antes de darmos início à celebração da palavra, a noite pascal abre com o rito do *Lucernário*, o rito da luz, no qual também podemos descobrir elementos de origem e de épocas diferentes, hoje todos integrados na mesma significação.

Uma luz na noite

Caiu a noite. E, embora o céu se ilumine com a serena claridade da primeira Lua cheia do equinócio da primavera, que, ainda hoje, como no tempo de Moisés, determina a data anual da Páscoa, a igreja entra na escuridão. Mas a assembleia convocada para a grande Vigília precisa de luz. Ao cair de todas as noites, toda a gente precisa de luz. O desaparecimento da luz do dia deixou atrás de si certa angústia e como que um sabor a morte. O aparecimento da luz traz consigo a alegria, anuncia uma esperança. Particularmente em certos momentos mais significativos.

É assim que, já entre os Judeus, que contam os dias de Sol posto a Sol posto, o acender da lâmpada ao entardecer da sexta-feira constitui o primeiro rito religioso da celebração do sábado, o seu dia santo semanal. Seguindo idêntica tradição, os cristãos, desde o início, acendiam a lâmpada familiar, a *lucerna*, como se chama a essas lâmpadas, dando graças ao Senhor, que, pela sua Ressurreição, Se tornou vencedor da noite e das trevas, e introduziu neste mundo a Luz que não mais se apagará. Este gesto tornou-se rito sagrado, e a *Tradição Apostólica* de S. HIPÓLITO, no século III, refere-se a este rito, presidido pelo bispo, rito que foi conhecido pelo nome de Lucernário, isto é, Rito ou Ofício do acender da lucerna. (*Trad. Apost.*, 25). É conhecido o célebre hino *Luz esplendente da santa glória do Pai celeste imortal, Jesus Cristo*, que os cristãos do Oriente sempre têm conservado na sua liturgia e que a nossa liturgia ocidental agora introduziu como hino de Vésperas, sobretudo nas I Vésperas do Domingo, ao menos na versão portuguesa, hino de que já S. Basílio, no século IV, diz desconhecer as origens, perdidas como eram tão longe no passado.

Se em qualquer dia, e sobretudo ao iniciar a vigília de qualquer

Domingo, o Lucernário podia ter o seu lugar, como não haviam os cristãos de o acolher na Vigília pascal?

Elementos do Lucernário

Inicialmente, o Lucernário consiste em acender a lâmpada, que, nesta noite, pelo menos desde o século IV, é o Círio. O gesto de acender o círio é celebrado no tradicional *Laus cerei*, o louvor do círio, o nosso precónio pascal. A forma actual, o *Exsultet*, como ele começa no texto latino, é uma das muitas que no passado existiram. O texto é um verdadeiro poema, à maneira de uma oração eucarística ou de acção de graças, para celebrar o mistério daquela noite, que renova hoje o mistério do primeiro êxodo, libertando o povo de Deus do cativeiro do Egipto e fazendo-o atravessar o Mar Vermelho a caminho da Terra prometida. Esta é a verdadeira noite que dissipa as trevas do pecado com o fulgor da coluna de fogo, Cristo ressuscitado, à semelhança do que outrora foi a nuvem luminosa para o povo de Israel durante a travessia do deserto, noite que foi a única a ter conhecimento do tempo e da hora em que Cristo ressuscitou vivo do sepulcro, noite que, brilhando como o dia, faz as delícias da Igreja reunida, noite em que se reúne o Céu e a Terra, o divino e o humano. O louvor do círio, no seu lirismo exuberante, que irritava o mau humor de S. Jerónimo mas encantava as massas populares, é o louvor de Cristo glorioso, o Astro da manhã sem ocaso, e, ao mesmo tempo, a expressão do encanto agradecido da Igreja, perante o mistério da Páscoa, sua esperança, sua glória, dom maior que o Senhor lhe deixou. O precónio pascal, como o nome indica, é, ao mesmo tempo, o anúncio da festa pascal, logo desde o início da noite santa, embora a Vigília não deva ser entendida, desde o início, como uma simples festa da Ressurreição.

O acender do círio e o precónio ou pregão pascal que o acompanha foi posteriormente rodeado por outros elementos, alguns dos quais podem ser simplificados, se as circunstâncias o aconselharem: o acender do lume novo, a benção do mesmo, a preparação do círio, gravando nele a cruz, o Alfa e o Ómega, primeira e última letra do alfabeto grego, em referência às palavras do Senhor no Apocalipse, onde Ele Se chama a Si próprio o Princípio e o Fim, e, entre os braços da cruz, os algarismos do número do ano corrente, acompanhando estes gestos com fórmulas que reproduzem as citadas palavras do Apocalipse. Só depois de assim preparado, o círio se acende.

Além do conjunto destes pequenos ritos, que «podem ser usados

no todo ou em parte segundo as circunstâncias pastorais», como diz o Missal, introduziu-se outro elemento, este certamente de maior significação e beleza: a procissão, seguindo o círio e introduzindo a assembleia na igreja. Infelizmente, em muitos lugares, sobretudo nos meios urbanos, esta procissão não é fácil de realizar, nem, por vezes, possível. Os fiéis limitam-se então a acompanhar, com o olhar e com o acender das suas velas no tempo devido, o cortejo do presidente e ministros pelo meio da assembleia até ao santuário. O possível é sempre o melhor. Em qualquer hipótese, o momento é denso de expectativa como é o começo de todas as grandes acções. E ali a acção é um *crescendo*, que cresce e se desenvolve da rua para o templo, das trevas para a luz, da noite para o dia, que lentamente irá surgindo.

O cortejo faz-se em silêncio; mas irá sendo entrecortado com as três grandes aclamações de acção de graças pela luz de Cristo, que vence as trevas da noite. É preciso preparar tudo para que este momento não resulte numa frustração: os fiéis terão cada um a sua vela, o som deve tornar possível que todas as palavras se percebam, os ministros e ministrantes estarão suficientemente adestrados. Quanto mais grave é o momento, tanto mais grave seria qualquer deficiência.

A procissão avança atrás do círio até ao presbitério. Da sua luz se iluminam as velas dos fiéis e toda a igreja: «da sua grande luz nascem as nossas luzinhas», diz um texto antigo. O círio é colocado ou no meio do presbitério ou junto do ambão. Não me parece pior este último lugar, para que toda a proclamação da palavra, que vai seguir-se, normalmente feita do ambão, se faça à luz do círio. É, de facto, à luz da Ressurreição de Cristo que toda a Escritura pode ser entendida. Aliás o lugar tradicional do candelabro do círio pascal é junto do ambão.

Para além do círio, convinha que toda a igreja refulgisse de luz, como acontecia no ofício do lucernário em Jerusalém, no século IV, segundo o testemunho de Etéria: «Acendam-se todas as velas e cirios, e é uma luz infinita».

B

Liturgia da Palavra

Apesar de muito solene e muito belo, o Lucernário pascal não passa de um rito de abertura da grande Vigília, como aliás o designa o próprio Missal. Introduziu a assembleia na igreja, anunciou a festa e o seu mistério, colocou-nos na expectativa. Agora, terminado o precónio,

«pondo de lado as velas, todos se sentam» (*Miss* 22), não para pôr fim a qualquer coisa, mas para lhe dar início. O presidente, que já tinha feito uma monição no princípio do lucernário, faz outra neste momento, para convidar a assembleia a escutar «de coração tranquilo» a Palavra de Deus. Esta monição indica a autêntica atitude que a assembleia há-de manter a partir deste momento: tranquilidade, já significada pela posição de quem está sentado, atenção e silêncio de coração, porque o que vai acontecer é muito importante.

À luz do Círio

«Nesta Vigília, mãe de todas as santas vigílias, propõem-se nove leituras: sete do Antigo Testamento e duas do Novo (Epístola e Evangelho). Se as circunstâncias pastorais o exigirem, pode reduzir-se o número de leituras do Antigo Testamento; atenda-se sempre, porém, a que a leitura da palavra de Deus é a parte fundamental desta Vigília pascal», diz o Missal (n. 20-21). Também o *Calendário Romano* insiste em explicar que os ritos do Lucernário, «os ritos da bênção do fogo, da procissão do círio pascal e do Precónio pascal foram abreviados, para que se conceda tempo mais longo às leituras» (*Cal. Rom.*, Comment., cap. I, 2, A 2).

Estamos, portanto, na parte fundamental da santa Vigília. «Na noite pascal, o Senhor quer tornar-Se pacientemente o nosso pedagogo para nos ensinar a reler toda a história da salvação à luz da sua Morte e Ressurreição. Quer caminhar connosco ao longo das horas, como o fez, na tarde da Páscoa, na estrada de Emaús com os dois discípulos: 'Começando por Moisés e percorrendo todos os profetas, interpretou em todas as Escrituras o que a Ele dizia respeito' (*Lc* 24, 27)», escreve o P. Jounel. Na verdade, a celebração da palavra nesta Vigília pretende, em certo modo, fazer como que o apanhado da história da salvação, da primeira criação (I leitura) à Ressurreição (última leitura), termo de chegada, de todo o Universo, saído, no princípio, das mãos de Deus.

Esta compreensão da Escritura só é finalmente possível à luz da Morte e Ressurreição do Senhor, porque o mistério pascal é o vértice e a síntese de toda a história do mundo criado. Por isso, logicamente, a palavra de Deus vai ser proclamada, nesta noite, à luz do círio pascal, à luz de Cristo ressuscitado. É Ele, e só Ele, a chave das Escrituras, como foi Ele, e só Ele, que, no Apocalipse, mereceu abrir os selos do livro que mais ninguém podia abrir, o livro dos desígnios de Deus (*Ap* 5-6 e ss.).

Estrutura da Liturgia da Palavra

A apresentação da liturgia da palavra desta noite conserva a estrutura mais primitiva e mais pura da celebração da palavra de Deus: um conjunto composto de uma *leitura*, seguida de um *salmo*, concluindo com uma *oração*, conjunto este que se vai repetindo as vezes que forem necessárias. É este o esquema básico de toda a celebração da palavra: leitura, salmo e oração. Na leitura, Deus fala-nos; no salmo, que continua a ser ainda palavra de Deus, retoma-se, de forma lírica, a mensagem da leitura, transformando-a já em oração; na colecta ou oração presidencial, somos nós que falamos agora a Deus, fazendo subir até Ele em oração a resposta ao que Ele nos disse em revelação. Já S. Agostinho assim se explicava, e precisamente numa das suas homilias da Vigília pascal: «Deus fala-nos nas suas leituras; falamos nós a Deus nas nossas orações» (*Serm.* 219).

As sucessivas reformas da Vigília pascal deixaram-nos actualmente nove leituras, sete do Antigo Testamento e duas do Novo. Algumas destas leituras estão em uso em todas as liturgias cristãs e têm permanecido através de todos os tempos. São elas, pelo menos, a da criação (I leitura) e a do Êxodo (III leitura). As restantes têm sofrido alterações ao longo das idades, mas são, na maior parte, muito tradicionais. Isto mostra-nos as perspectivas em que a Igreja entende o mistério da Páscoa, e evita que nos percamos em interpretações demasiado subjectivas, certamente menos seguras.

Os temas das Leituras

Enganar-se-ia redondamente quem pretendesse ver na Vigília pascal uma pura festa da Ressurreição, à maneira da Missa do galo, na noite de Natal, para celebrar o Nascimento do Senhor. Já S. Agostinho dizia também que o Natal se celebrava numa *comemoração*, a Páscoa no *mistério*, isto é, nos sacramentos. Embora esta distinção merecesse ser mais aprofundada, o certo é que a Páscoa é, por um lado, um mistério complexo, o mistério pascal da Morte e Ressurreição, e que, por outro, a sua celebração anda, desde longa data, ligada à celebração dos sacramentos da iniciação cristã: Baptismo-Confirmação e Eucaristia. Em consequência disso, a Vigília pascal é uma vigília iniciática, vigília de iniciação, acen-tuadamente baptismal, mais do que comemorativa.

É certo que quem diz baptismal diz logo renovação do homem velho à imagem do homem novo, Cristo ressuscitado, pelos sacramentos da iniciação, mas também renovação dos que, já baptizados, todos os

dias precisam de mergulhar na piscina das águas vivificantes, as águas da vida do Espírito de Deus, que brotam do lado do Senhor aberto na Cruz. Por isso, a liturgia da palavra da Vigília pascal é a última preparação para o Batismo dos catecúmenos, como é a última preparação para os batizados que renovam, nesta noite, as suas disposições baptismais, e, a uns e a outros, encaminha para a Eucaristia, enquanto não chega a Ceia celeste das núpcias do Cordeiro. Por isso, as leituras não nos vão falar simplesmente do facto da Ressurreição, mas antes do mistério da Páscoa, no seu sentido mais amplo e total, qual é o da renovação de todo o Universo em Jesus Cristo morto e ressuscitado, mistério de morte e de vida, ou melhor, da passagem da morte à vida, do pecado à graça, do Egipto à Terra prometida, das trevas à luz, da noite ao dia, da Terra ao Céu, como todo o ritmo desta noite o deixa perceber: desta noite que começou na escuridão vai surgir o dia sem ocaso, o Dia do Senhor.

A *primeira leitura* é a primeira página da Bíblia (*Gén 1, 1-2, 2*). É o poema da criação. Escusado será dizer que não se trata da *história* da criação, mas de um *poema* sobre a origem divina de tudo quanto existe. Deus está no princípio de tudo; a Páscoa de Jesus tudo reconduzirá a esse princípio que é também o seu fim. Na leitura, tudo aparece organizado no ritmo de sete dias, como numa semana. Cada dia caminha da noite para o dia, da tarde para a manhã. É sempre este o ritmo da Bíblia, o ritmo da vida animado pelo Espírito de Deus; como na Páscoa de Jesus: da morte à ressurreição; como no Baptismo: do pecado à graça. À medida que o leitor avança na leitura, cai como um refrão aquele olhar complacente de Deus sobre o mundo: «E Deus viu que era bom», porque tudo d'Ele saiu, d'Ele, que é bom. A Páscoa de Jesus vem revelar esta bondade profunda de tudo quanto Deus fez.

Depois da leitura, que já é quase um poema, vem o *salmo*, cantado à maneira responsorial, isto é, em que ao salmista a assembleia responde com um refrão. O Leccionário propõe dois salmos à escolha: o salmo 103, que celebra a criação como obra de Deus, com o refrão que invoca o Espírito para que renove a face da Terra; ou o salmo 32, um hino ao Deus criador, cujo refrão continua fazendo eco à leitura: «A bondade do Senhor encheu a Terra», pois «Deus viu que tudo era bom».

A leitura e o salmo conduzem à *oração*. As orações da Vigília pascal são excepcionalmente importantes. Nelas nos é dado o sentido cristão das leituras. Assim, depois da leitura da criação, a oração pede a Deus que nos faça compreender que, se, no princípio, a criação é obra admirável, mais admirável é ainda a redenção, fruto do sacrifício de Cristo, nossa

Páscoa, na plenitude dos tempos. Ou, dizer, a criação, que Deus viu ser boa, é o ponto de partida daquele movimento de vida que há-de atingir o seu termo, a sua realização plena, na Páscoa do Senhor Jesus, «Primogénito de toda a criação» e «Primogénito de entre os mortos», como O proclamará S. Paulo (*Col 1, 15, 18*).

No caso de se fazer a leitura na forma breve, que se refere apenas à criação do homem, o Missal apresenta outra oração, que sublinha igualmente o contraste entre a obra da criação do homem e a da sua redenção por Cristo.

A *segunda leitura* (*Gén 22, 1-18*) apresenta o sacrifício de Abraão. O pai que oferece o filho único em sacrifício e o recupera, pela acção de Deus, vivo e destinado a ser, ele também, pai de longa posteridade, é uma figura de Deus que entrega à morte o seu Filho único, Jesus, vítima no sacrifício da Cruz, e O recupera, exaltado na glória da Ressurreição, como o explica a Epístola aos Hebreus (*He 11, 17-19*). A liturgia da palavra da noite da Páscoa continua a ser a leitura cristã de toda a história da salvação, na esteira aliás do que a própria palavra de Deus nos ensina.

O *salmo 15* é tradicionalmente um salmo referido à Ressurreição de Jesus, como já o foi por S. Pedro, no seu primeiro discurso, naquele versículo que diz: «Vós não abandonareis a minha alma na mansão dos mortos, nem deixareis o vosso fiel sofrer a corrupção» (*Act 2, 27*).

A *oração* aplica toda esta mensagem pascal ao Baptismo, ao dizer que «pela graça da adopção divina Vós multiplicais os filhos da promessa», a promessa feita a Abraão, de que ele seria «pai de todas as gentes». O Baptismo lhe continuará a dar, hoje, esses novos filhos, não pela carne, mas pelo Espírito.

A *terceira leitura* (*Êx 14, 15-15, 1*), a única do Antigo Testamento estritamente obrigatória, apresenta a narração da travessia do Mar Vermelho, momento especialmente significativo da Páscoa do povo de Deus, quando este saía do Egipto. Trata-se precisamente do êxodo, a saída. A narração, é, de novo, um poema épico. Mas, como se poderia cantar coisa tão grande e tão maravilhosa que não fosse num poema? A passagem do Mar Vermelho é das figuras mais tradicionais do Baptismo, porque o Baptismo é também a passagem pela água, que liberta da escravidão do pecado e introduz na terra da liberdade. Os gestos repetem-se, vão-se esclarecendo uns aos outros, a história continua, mas a salvação vem

sempre de Deus e a Ele conduz. Hoje, porém, nós temos um Guia maior do que Moisés, o Filho de Deus feito homem, morto connosco e por nós, para nos ressuscitar em Si e consigo, e fazermos a passagem do Mar e entrarmos na Terra prometida, onde corre o leite e o mel.

O *cântico responsorial* é aqui, e muito naturalmente, o célebre cântico de Moisés, que celebra, agora em forma lírica, o acontecimento que a leitura acabou de proclamar. É o cântico dos libertos. O Apocalipse coloca este cântico na boca dos eleitos, no Céu, como cântico dos remidos (Ap 15, 3-4). O Deus que salvou salva e salvará. É assim a história da salvação. «Deus fez maravilhas; o seu nome é Senhor», diz o refrão. É desta «Senhoria» divina que participa Cristo ressuscitado, bem como os baptizados em seu nome, porque «também em nossos dias vemos brilhar as vossas antigas maravilhas», «fazendo renascer pela água do Baptismo» todas as nações, diz a oração que se lhe segue. É impressionante esta catequese bíblico-litúrgica!

Uma segunda oração, à escolha, diz com toda a clareza: «O Mar Vermelho prefigura a fonte baptismal e o povo libertado da escravidão anunciou os mistérios do povo cristão».

Na *quarta leitura* (Is 54, 5-14), Deus dirige-se a Jerusalém como à sua Esposa, «abandonada e de alma aflita», e jura-lhe, à semelhança do que já fizera a Noé depois do dilúvio, não tornar a irritar-se contra ela. «O meu amor não te abandonará, a minha aliança de paz não será abalada, diz o Senhor que tem compaixão de ti». É a promessa da restauração, da salvação reencontrada, como o canta igualmente o *salmo* 29, oração do doente curado e, por isso, agradecido.

E a *oração presidencial* interpreta depois claramente a realização desta promessa de Deus naqueles que, pelo Baptismo, se tornaram seus filhos adoptivos, segundo a promessa feita a Abraão: «saberá assim a vossa Igreja que já se cumpriu em grande medida o que os santos patriarcas esperaram e creram». «Em grande medida», diz a oração, mas não ainda na totalidade. De facto, a Vigília pascal é noite de expectativa da salvação, que a Igreja ainda celebra na fé e na esperança, nos sacramentos da fé.

A *quinta leitura* (Is 55, 1-11) é, logo desde o início, um pregão baptismal: «Todos vós que tendes sede, vinde às águas». Mas o Baptismo não é apenas um gesto exterior; é sinal de aliança: «Firmarei convosco

uma aliança eterna», diz o Senhor, aliança que Deus continua a oferecer aos homens e que deles exige aceitação, conversão, reconhecimento e acção de graças, na alegria agradecida, como o afirma o *cântico* de Isaías, que se segue à leitura: «Das fontes da salvação saciai-vos na alegria», e, numa outra hipótese de refrão: «Os pobres serão saciados e louvarão o Senhor». Afinal, tudo é dom de Deus neste inimaginável mistério pascal da salvação, mistério anunciado já «pela voz dos profetas», para se realizar nos «tempos presentes», como reza a *oração*.

A *sexta leitura* (*Bar* 3, 9-15. 32-4, 4) é um apelo lindíssimo a deixar-se guiar pela Sabedoria. Foi por ter abandonado «a fonte da sabedoria» que o povo de Deus foi levado para o exílio. A ordem que podemos observar na natureza é a primeira página do livro da sabedoria que Deus nos revela. «Depois disto, diz a leitura, ela, a sabedoria, apareceu na Terra e tem convivido com os homens. Constitui o livro dos mandamentos de Deus e a Lei permanece eternamente». Que teria dito Baruc, se tivesse chegado à «plenitude dos tempos», em que «o Verbo Se fez carne e habitou entre nós», em que Deus Se fez homem para que o homem se tornasse filho de Deus?

O *salmo* 18 deixa-nos, em seguida, a meditar na sabedoria da lei de Deus, dos seus preceitos, que «são rectos», «iluminam os olhos», «alegram o coração», porque, «Senhor, Vós tendes palavras de vida eterna».

A *sétima leitura* e última do Antigo Testamento (*Ez* 36, 16-28) é quase uma justificação que Deus faz da sua maneira de proceder com o seu povo. «Os da Casa de Israel mancharam-se com o seu proceder e as suas acções... Então, dispersei-os por entre as nações. Chegados que foram às nações para onde tinham ido, desonraram o meu santo nome... Comovi-Me então por causa do meu santo nome». É este o quadro do mundo no meio do qual os homens, em vez de serem, diante uns dos outros, sinal vivo do Senhor, se tornaram a desonra do nome santo de Deus. Mas é precisamente a estes homens assim manchados que o Senhor diz: «Derramarei sobre vós águas puras... Dar-vos-ei um coração renovado e porei em vós um espírito novo». É a renovação que a Páscoa oferece ao mundo; é a nova criação que o Baptismo realiza; é a fonte da vida que, de novo, se oferece a quem saiba ter sede: «Como suspira o veado pelas torrentes das águas, assim minha alma suspira por Vós, Senhor», diz, a seguir o *salmo* 41.

E a *oração* sublinha os contrastes: «Todo o mundo experimente e veja como o abatido se levanta, o velho se renova, e volta à sua integridade». É nesta fé que, em cada ano, a Igreja se reúne na santa expectativa do «mundo que há-de vir», para o qual Deus a vai já preparando, no presente, por meio da sua palavra e dos sacramentos. E assim ela pede, com uma confiança quase infantil: «Ó Deus, poder imutável e luz sem ocaso... prosseguí em paz... a obra da salvação humana...». Não desistais, não desanimeis! «Todo o mundo veja...» Em lugar desta oração, propõe-se outra na qual se pede que os ensinamentos das duas alianças «nos preparem para celebrarmos os mistérios pascais», e ainda que «pela recepção dos dons presentes se acrescente em nós a esperança dos futuros».

No caso de haver catecúmenos para receberem o Baptismo, usar-se-á outra oração.

Termina aqui o conjunto das leituras do Antigo Testamento. «Circunstâncias pastorais» podem justificar que se não façam todas estas leituras antes de se passar às do Novo Testamento. Mas seria abusivo partir do princípio que se não deverão fazer todas. A Vigília pascal não é uma Missa nocturna; é uma vigília, que, nas origens, ocupava com as leituras toda a primeira parte da noite, até ao cantar do galo, hora em que se celebravam os sacramentos da iniciação. Em todo o caso, três, pelo menos, continuam obrigatórias, «e, em casos mais urgentes», ao menos duas. Mas «nunca se omitirá a leitura do capítulo 14 do Êxodo», a travessia do Mar Vermelho.

Depois desta visão panorâmica das leituras do Antigo Testamento, com seus salmos e orações, podemos facilmente concluir que a Vigília pascal não é propriamente uma festa da Ressurreição. É, sim, a celebração a que conduziu o jejum pascal dos dois dias anteriores, vigília que faz reviver, em síntese, toda a história da salvação, até culminar na Páscoa do Senhor e na participação que nela têm os homens pelos sacramentos da iniciação cristã.

As leituras do Novo Testamento

Mas a liturgia da palavra não acaba ainda aqui. Vamos passar ao Novo Testamento. A separá-los, ou melhor, a uni-los, cantamos, neste momento, o antiquíssimo e célebre *hino* «Glória a Deus nas alturas», hino verdadeiramente pascal, como claramente aparece na parte central dirigida a «Jesus Cristo, Cordeiro de Deus», que tira o pecado do mundo. por isso, ele foi outrora próprio da Vigília pascal.

O hino conduz a uma nova *oração*, que faz referência directa aos que vão ser baptizados.

A *oitava leitura* (Rom 6, 3-11) é certamente o lugar bíblico mais significativo para explicar o sentido do Baptismo: «Sepultámo-nos com Cristo, pelo Baptismo, na morte, e assim como Cristo ressuscitou dos mortos... também nós caminhemos numa vida nova». «Morremos com Cristo... viveremos com Ele». O tema desta leitura será retomado, mais adiante, na monição que o presidente há-de fazer à assembleia antes da renovação das promessas do Baptismo. Notemos que a imagem da sepultura com Cristo justifica bem o uso muito tradicional, embora durante muito tempo abandonado, mas sempre possível, do Baptismo conferido por imersão, como ainda hoje se conserva no Oriente.

O *salmo* responsorial desta leitura, o salmo 117, é, muito naturalmente, um salmo aleluiático. Ouve-se, pela primeira vez, depois do longo jejum quaresmal, o *Aleluia*, aclamação que para nós, os da Igreja latina, conservou o sentido de aclamação pascal. O *Aleluia* é, em princípio, entoado pelo presidente. Trata-se, não apenas de um cântico, mas de uma solene proclamação, que, neste momento, é bem natural seja posta na boca do presidente da assembleia. É como que uma grande boa nova que ele nos quer comunicar.

Aqui vai quebrar-se agora o ritmo completo da celebração da palavra, que, desde o princípio, nos tem acompanhado: esta leitura e salmo não serão seguidos da oração. É aliás o ritmo seguido habitualmente na liturgia da Missa.

E chegamos ao ponto culminante desta soleníssima liturgia da palavra: o *Evangelho* da Ressurreição. É ele que tem projectado já a sua luz sobre tudo o que foi lido anteriormente. Foi já essa luz que, logo no princípio, da Vigília, brilhou na chama do Círio pascal, nos introduziu na igreja, foi aclamada na voz do povo reunido, transpareceu nas leituras do Antigo Testamento e agora refulge na palavra do Evangelho: «Jesus, o Crucificado, ressuscitou». É esta a grande Boa Nova. Ergueu-se o Sol, depois da longa noite. É, de facto, o primeiro dia, o primeiro dia da nova criação: «O que era antigo passou; vou renovar todas as coisas» (Ap 21, 4-5).

Todo este conjunto da celebração da palavra não dispensa, antes exige, a *homilia*. Os leitores leram, os salmistas salmodiaram, toda a assembleia aclamou, o presidente já tem presidido, sobretudo nos momentos de oração: mas falta ainda a sua palavra, ele que é ali, para aquela assembleia concreta, o mensageiro, o anjo, da Boa Nova da Ressurreição.

Liturgia baptismal

A parte que se segue é intitulada no Missal «Liturgia baptismal»; poderia igualmente chamar-se, de maneira ampla, «Liturgia da iniciação cristã», estendendo este título até à própria celebração da Eucaristia.

Noite da iniciação cristã

Já Tertuliano, no século III, indica a Páscoa como o tempo mais conveniente para a celebração do Baptismo. No entanto, é a partir do século IV que, em Roma, a noite pascal se tornou a noite baptismal do ano. A conveniência desta opção é evidente. Explicou-a já S. Paulo no texto aos Romanos acima referido. E explicam-se igualmente as catequeses baptismais e mistagógicas daquele século, que chegaram até nós, ilustradas pelos nomes de S. Ambrósio de Milão, de S. Cirilo de Jerusalém, de S. João Crisóstomo de Antioquia, de Teodoro de Mopsuéstia, de S. Agostinho de Hipona. E S. Leão Magno, no meado do século V, afirma, num sermão da Quaresma, que «em toda a face da Terra milhões de homens se preparam para a sua regeneração em Cristo» (*Serm. 2 sobre a Quaresma*, 2). Em Constantinopla, na noite da Páscoa do ano 403, foram baptizados 3 000 catecúmenos segundo refere Palladius.

Noite da Páscoa, noite da iniciação cristã! Recordemos duas de entre elas particularmente célebres: a noite de 25 de Abril de 387, em que, em Milão, S. Ambrósio mergulhou nas águas do Baptismo a Agostinho, depois daquele longo e atribulado catecumenado, que ele nos descreveu nas suas *Confissões*; e a noite de 5 de Abril de 397, dez anos depois, em que o mesmo S. Ambrósio presidia, pela última vez, mas agora já nos seus restos mortais, à liturgia da Vigília pascal na basílica maior de Milão. Que ofício de corpo presente, este! Era verdadeiramente para ele a Páscoa da passagem!

Desde então, e já desde tempos mais distantes, a iniciação cristã andou particularmente ligada à noite pascal. E lá está ainda hoje, embora o estado actual do nosso calendário pastoral nem sempre lhe atribua grande importância.

Vejamos como se desenrola a liturgia baptismal.

O presidente introduz, de novo, com uma *monição*, o conjunto desta liturgia. Começa ela com o canto das *Ladainhas*, forma de oração muito tradicional e muito ao gosto popular. A celebração de um sacramento é sempre momento de oração intensa, e todo o rito se há-de sentir envolvido em ambiente de oração.

A oração das Ladainhas introduz, portanto, muito naturalmente na soleníssima *Bênção das fontes baptismais*. Esta bênção toma a forma de todas as orações deste género. Numa primeira parte, faz-se a evocação dos grandes momentos da história da salvação, em que a água tenha sido o instrumento de Deus na salvação dos homens. Deste modo, o que até este momento foi anunciado em leitura é agora proclamado em oração e feito no sacramento. A palavra e o rito são, de facto, os elementos fundamentais da liturgia. Esta evocação ou anamnese é, só por si, uma proclamação agradecida, uma acção de graças, uma eucaristia, no sentido original da palavra. Depois desta parte anamnética, vem a súplica, a epiclese, pedindo a Deus que a obra de salvação que Ele outrora realizou em favor do seu povo, a realize agora, de novo, em favor deste povo, que é a assembleia ali presente; ou, de outra maneira, pede-se que este nosso momento actual entre, também ele, na história da salvação, seja, ele também, mais um tempo dessa história: «Olhai, agora, pois, com amor, Pai santo, para a vossa Igreja e dignai-Vos abrir-lhe a fonte do Baptismo...», diz a oração.

O Missal apresenta uma *aclamação* para ser dita pela assembleia no fim desta oração de bênção. Seria bom que ela não deixasse de se fazer. São as aclamações que mais manifestam a participação da assembleia, no que se refere ao dizer ou ao cantar.

Sacramentos da iniciação

E segue-se o *Baptismo* dos catecúmenos.

Convém ter presente que sempre que aqui se tem falado em Baptismo se deve entender o conjunto Baptismo-Confirmação. Na antiguidade era impensável um sem o outro, mesmo que se dissesse simplesmente Baptismo. Hoje, de novo, está expressamente dito que não se baptize um adulto ou criança em idade de catequese sem que lhe seja conferida a confirmação, a não ser que razões pastorais aconselhem outra coisa. Mesmo que não esteja presente um Bispo, o presbítero que baptiza deve, ele mesmo, confirmar o que acaba de ser baptizado.

A Páscoa celebra-se nos sacramentos, dizia S. Agostinho, não numa simples comemoração. A Igreja está em vigília na expectativa do Senhor que vem. Os sacramentos são já a vinda do Senhor, são já a entrada no Reino, embora ainda na penumbra luminosa da fé. Os sacramentos da noite da Páscoa não vão deixar frustrado o povo, que vigia esperando o seu Senhor. O Ritual do Baptismo apresenta-o como sendo «porta da vida e do Reino» (RBC 1). Por ele se entra já na sala do banquete nupcial, onde a Esposa encontra o seu Esposo.

Depois do Baptismo dos catecúmenos, foi introduzida, logo na primeira reforma da Vigília pascal em 1951, a *Renovação das promessas do Baptismo*, iniciativa feliz, que veio permitir a toda a assembleia cristã, e não apenas aos catecúmenos, participarem mais profundamente no carácter baptismal da Vigília. Mas isto só acontecerá, de facto, se essa renovação não se limitar àquele diálogo improvisado à última hora entre o presidente e a assembleia. A renovação das promessas do Baptismo, ou, talvez melhor, da consciência da situação de baptizados, é feita uma vez «terminada a exercitação quaresmal», como diz a monição que o presidente dirige à assembleia imediatamente antes. A Quaresma, que é para os catecúmenos o último tempo de preparação para o Baptismo, devia ser para os já baptizados orientada para este momento da Vigília, como nova tomada de consciência da sua situação de baptizados em Cristo. As respostas às perguntas do celebrante devem ser dadas no singular, embora ele formule as perguntas no plural colectivo.

Segue-se a *aspersão da água baptismal* sobre toda a assembleia. Esta aspersão, neste momento, em noite de Páscoa e ligada ao Baptismo, pode fazer redescobrir o sentido perdido da água benta em nossas igrejas, também ela, infelizmente, perdida!

O rito baptismal conclui-se com a *Oração dos fiéis*. Se houve catecúmenos que receberam o Baptismo, é esta a ocasião que melhor se oferece para entender a expressão, hoje tão divulgada, mas frequentemente mal compreendida: «Oração dos fiéis». «Dos fiéis» significa exactamente «dos baptizados», em oposição a «dos catecúmenos». Os «fiéis» são, neste sentido, os «baptizados», aqueles que a Oração Eucarística I designa pela expressão: «Marcados com o sinal da fé». Até aqui os catecúmenos não rezavam juntamente com os fiéis, não participavam na oração destes; estavam noutra «ordem», a ordem dos catecúmenos. Agora entraram na dos fiéis. O Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos traz, depois do Baptismo e da Confirmação, esta indicação: «Faz-se imediatamente a oração universal, na qual os neófitos participam pela primeira vez» (*RICA* 232). Convém marcar esta passagem dos catecúmenos à assembleia dos fiéis na consciência do povo de Deus, povo sacerdotal, cujo sacerdócio esta oração manifesta.

D

Liturgia eucarística

Na mais primitiva celebração da Páscoa, o jejum devia prolongar-se até à celebração da Eucaristia. É com a Eucaristia que se põe termo ao

jejum. A *Tradição Apostólica* de S. HIPÓLITO, do século III, diz a este propósito: «Não se tome nada na Páscoa antes que tenha lugar a oblação» (*Trad. Apost.* 5). É este mais um sinal de que a Vigília se situa na passagem do jejum à festa, do luto e tristeza à alegria, da morte à vida.

Se houve quem tenha recebido o Baptismo (e a Confirmação), a Eucaristia é para esses o termo e o ponto culminante da sua iniciação cristã: da fonte baptismal à unção-confirmação, e daí à mesa do festim, porque «chegaram as núpcias do Cordeiro e a sua Esposa está preparada».

E para os demais, já baptizados de há mais tempo, é na Ceia do Senhor que todos encontram o banquete da Aliança, penhor da Páscoa eterna junto do Pai, a acção de graças, grande e larga como o Coração do Filho de Deus, para dizerem ao Pai, que «para salvar o servo entregou o Filho», como estamos reconhecidos, como queríamos juntar-nos a todos os homens, a todo o Universo, para cantarmos, como a Igreja continua a cantar nos dias que vão seguir-se: «Dai graças ao Senhor, porque Ele é bom, porque é eterna a sua misericórdia» (*Sl* 117).

Muitas gerações esperaram acolher nesta Vigília a vinda do Senhor. A parúsia ainda não chegou. Mas o Senhor vem; vem no sacramento: «Sempre que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciareis a Morte do Senhor, até que Ele venha» (*I Cor* 11, 26). A Eucaristia da noite da Páscoa é, mais do que nunca, a «Ceia das núpcias do Cordeiro». Por isso, a Eucaristia é o ponto culminante da Vigília pascal.

De entre os fiéis, os neófitos serão os primeiros a oferecer e os primeiros a comungar, e serão objecto de especial atenção por parte da comunidade cristã durante todo o Tempo pascal.

Depois da Eucaristia

Com a Eucaristia terminou o jejum pascal. No século III, começava então a festa popular: «Comei, estai felizes, alegres e contentes, porque o Messias, penhor da vossa ressurreição», lê-se na *Didascália dos Apóstolos*.

A *Missã do Dia*, a que foi durante muito tempo considerada a missa principal da Páscoa, quando a Vigília se celebrava no Sábado de manhã, é, na realidade, uma segunda Missa no Domingo de Páscoa. Sem dúvida que não é demais marcar, de novo, este dia com nova celebração, este «dia que o Senhor fez», o dia que o Ressuscitado encheu com as suas aparições gloriosas. É bem normal que, depois de algumas horas de sono, após a Vigília, voltemos, com santo alvoroço, à celebração festiva das nossas comunidades, tanto mais que a celebração da Vigília não se pode multiplicar como a Missa do dia, nem, por isso mesmo, é acessível a todos

os fiéis. Será, no entanto, bom torná-los conscientes da prioridade da Vigília sobre qualquer outra celebração.

As Vésperas pascais

Celebração muito tradicional na Igreja são as *Vésperas pascais*, «na tarde daquele dia, o primeiro da semana», à hora em que o Senhor caminhou com os dois discípulos pela estrada de Emaús. Se houver neófitos, é ocasião de os convidar para nelas participarem e fazer com eles a visita às fontes baptismas, segundo uma antiga tradição da Igreja de Roma, e aí lembrar, e agradecer de novo.

Se houver Missa vespertina, o Evangelho será o da aparição do Senhor aos discípulos de Emaús.

Com as Vésperas termina o Tríduo Pascal. Mas a festa vai continuar durante sete semanas até ao oitavo Domingo, o do Pentecostes. É o *Tempo pascal*, prolongamento litúrgico que parece querer eternizar o Dia da Ressurreição, para que o Sol da Páscoa não mais venha a declinar. É o sabor de eternidade que está contido e garantido na Ressurreição do Senhor.

Mas, o TEMPO PASCAL ficará para próximo Encontro de Pastoral Litúrgica.

JOSÉ FERREIRA

A Liturgia das Horas no Tríduo Pascal

INTRODUÇÃO

O Liturgia das Horas é um elemento integrante do Tríduo pascal. A análise das celebrações do Tríduo pascal seria incompleta sem uma referência à Oração das Horas destes dias. A Oração da Igreja constitui um momento alto na celebração e contemplação do mistério pascal de Cristo. Se bem que todas as celebrações litúrgicas, pela sua referência ao mistério pascal de Cristo, encontrem no Tríduo pascal a sua fonte, centro e vértice, as celebrações da Eucaristia e da Liturgia das Horas ocupam um lugar particular nestes dias, em virtude da função que exercem.

A Igreja celebra o mistério pascal da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor essencialmente por meio da Eucaristia, *«pois todas as vezes que celebramos o memorial deste sacrifício, realiza-se a obra da nossa redenção»* (Oração sobre as Oblatas, Dom II T. Comum), e a Liturgia das Horas de tal modo se associa à Eucaristia que termina por ser a mais prolongada actividade litúrgica ao longo do ano litúrgico. A celebração da Eucaristia constitui, de facto, a melhor resposta ao mandato do Senhor na Última Ceia: *«Fazei isto em memória de Mim»* (Lc 22, 19), mas *«a Liturgia das Horas alarga aos diferentes momentos do dia o louvor e a acção de graças, a memória dos mistérios da salvação, as súplicas, o antegozo da glória celeste, contidos no mistério eucarístico, centro e vértice de toda a vida da comunidade cristã»* (IGLH, 12).

Assim se compreende como a celebração do mistério pascal de Cristo no Tríduo pascal se resume essencialmente à Eucaristia (o Baptismo e a Confirmação orientam-se para a Eucaristia) e à Liturgia das Horas.

O tempo que vai da celebração eucarística da Quinta-Feira à da Vigília pascal foi considerado, desde os tempos da instituição do Tríduo, como um tempo alitúrgico, ou seja, sem liturgia eucarística. À excepção da celebração da Paixão do Senhor, a actividade litúrgica principal da Igreja durante a Sexta-Feira e o Sábado Santo é a Liturgia das Horas, e a própria celebração do Tríduo se encerra com as Vésperas do Domingo da Ressurreição.

A Liturgia das Horas, cuja característica primária é a consagração do tempo, associa-se à Liturgia eucarística para dar cumprimento à recomendação do Mestre: «*É preciso orar sempre, sem desfalecimento*» (Lc 18, 1: cfr. IGLH, 10). O oferecimento contínuo do sacrifício de louvor (cfr. Heb 13, 15), partilhado ao longo do ano litúrgico, sobretudo pela Eucaristia e pela Liturgia das Horas, é confiado no Tríduo à Liturgia das Horas, de uma forma particular na Sexta-Feira Santa e de uma forma exclusiva no Sábado Santo. Deste modo a Liturgia das Horas encontra nestes dias o seu momento alto e a melhor realização da sua função. A rubrica do Missal Romano, a justificar a ausência de celebração eucarística, diz: «*No Sábado Santo, a Igreja permanece junto do sepulcro do Senhor, meditando na sua paixão e morte*». Esta meditação é concretizada pela Igreja na Oração das Horas que contempla o mistério da paixão, morte e ressurreição do Senhor.

A Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas proporciona alguns elementos úteis sobre a Oração da Igreja no Tríduo pascal. Ao contrário do que é normal durante o ano litúrgico, as celebrações litúrgicas que coincidem com os tempos da Oração das Horas desempenham as funções desta. Assim, «*os que tomarem parte na Missa vespertina da Ceia do Senhor (na Quinta-Feira Santa) ou na celebração da Paixão do Senhor na Sexta-Feira Santa, não rezam Vésperas*» (IGLH, 209). E «*a Vigília pascal substitui o Ofício da Leitura*» (IGLH, 212). Porém, enquanto as referidas Horas são celebradas pelas correspondentes celebrações eucarísticas, o mesmo não acontece no Domingo de Páscoa, do qual é dito: «*Laudes de Domingo da Ressurreição rezam-nas todos. Vésperas, porém, convém celebrá-las em forma solene, para festejar a tarde deste dia sagrado e comemorar as aparições do Senhor aos seus discípulos*» (IGLH, 213). Este modo de proceder da Liturgia da Igreja, cujas formas de celebração não disputam entre si o mistério, mas o alargam e distribuem para melhor ser celebrado, proporciona à Liturgia das Horas do Tríduo pascal uma característica própria: a íntima relação com a Eucaristia na celebração do mistério da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor em cada um dos seus momentos decisivos.

1 — QUINTA-FEIRA DA CEIA DO SENHOR

1.1 — *Vésperas*: a oração dos que não celebram a Eucaristia, mas celebram igualmente a Instituição da Eucaristia e do Sacerdócio.

A rubrica que precede os formulários de *Vésperas* diz:

«*Hoje rezam as Vésperas os que não participam na Missa vespertina da Ceia do Senhor*». As *Vésperas* são a oração correspondente à Missa. Não é uma e outra oração, como é normal, mas uma ou outra, como foi costume em tempos que precederam as várias reformas. Este costume manteve-se no Tríduo pascal, onde os diferentes modos de oração ocupam os diferentes tempos, não a modo de concorrência, mas sob a forma de alternativa para melhor se celebrar o mistério da salvação no tempo do homem.

O Hino (1) descreve o mistério celebrado:

<i>«Neste dia recordamos</i>	<i>Assim Ele instituiu</i>
<i>Aquela noite de luz,</i>	<i>O sacrifício do altar,</i>
<i>Em que, na última Ceia,</i>	<i>Dando só aos sacerdotes</i>
<i>Aos seus irmãos deu Jesus</i>	<i>O poder de consagrar».</i>
<i>O Cordeiro e o pão ázimo</i>	

As Antífonas são próprias e os salmos são do dia corrente (Quinta-feira da Semana II do Saltério litúrgico). A primeira Antífona refere-se ao sacerdócio real dos fiéis, recebido do «Primogénito de entre os mortos» (Apc 1, 6), e o Salmo canta o ministério sacerdotal de Cristo, profetizado nas ofertas dos Magos (cfr. Salmo, Título II), instituído na última Ceia e realizado na Cruz.

A segunda Antífona introduz a segunda parte do mesmo salmo e refere-se ao exercício do sacerdócio de Cristo: «*socorrerá o pobre que pede auxílio... e defenderá a vida dos oprimidos*» (Sl 71, 12. 13).

(1) Hino do séc. XIII, atribuído a S. Tomás de Aquino: cfr. Sebastião FARIA, *Os autores dos Hinos da Liturgia das Horas*; *Boletim de Pastoral Litúrgica*, 13 (1979) 26-29.

A terceira Antífona e o respectivo cântico cantam o triunfo dos Santos, «*graças ao sangue do Cordeiro e ao testemunho que deram*» (Apc 12, 11): «*Agora chegou a salvação, o poder e a realeza do nosso Deus, e o domínio do seu Ungido, porque foi precipitado o acusador dos nossos irmãos, que os acusava junto de Deus, dia e noite*» (Apc 12, 10).

A Leitura breve proclama que «*para santificar o povo com o seu próprio Sangue, Jesus sofreu a morte fora das portas*» (Hb 13, 12) e convida-nos a sair ao encontro d'Ele para o oferecimento do mesmo sacrifício de louvor.

O motivo da acção de graças do Magnificat é a instituição da Eucaristia: «*Durante a Ceia, Jesus tomou o pão, abençoou-o, partiu-o e deu-o a seus discípulos*» (Ant. Magnif.: Mt 26, 26).

As preces desenvolvem o tema da última Ceia e abrem as portas ao que a ela se seguiu, invocando para os fiéis os frutos desses mistérios.

A Oração conclusiva evoca Jesus Cristo, Sumo e Eterno Sacerdote, que nos resgatou com o Seu Sangue, e pede para os que celebram o memorial da sua Paixão os frutos salutares da Sua Morte e Ressurreição.

2 — SEXTA-FEIRA DA PAIXÃO DO SENHOR

A Oração da Igreja abre com a proclamação do mistério do dia e com um convite à sua celebração: «*Cristo, Filho de Deus, resgatou-nos com o seu Sangue: vinde, adoremos*» (Ant. Invitatório).

2.1 O *Ofício de Leitura* é uma celebração da Paixão do Senhor. Os Hinos propostos cantam o mistério da Paixão:

«*Canta, língua gloriosa,
O combate singular
Em que o Salvador do mundo,
Pregado na dura cruz,
Com o preço do seu sangue
Resgatou a humanidade.*» (2)

Ou o seguinte:

«*Divinas mãos e pés, peito rasgado,
Chagas em brandas carnes imprimidas,
Meus Deus, que por salvar almas perdidas,
Por elas quereis ser crucificado.*» (3)

(2) Hino de Venâncio Fortunato, séc. VI: cfr. nota 1.

(3) Hino de Fr. Agostinho da Cruz, séc. XVI: cfr. nota 1.

A Igreja contempla o mistério profetizado pelo salmista e realizado num determinado dia histórico que esta Sexta-Feira evoca: *«Revoltam-se os reis da terra e os príncipes conspiram juntos, contra o Senhor e contra o seu Ungido»* (Sl 2, 2: Ant. 1).

O salmo 21 (2-23) é colocado pela Liturgia na boca de Cristo, tendo em conta as referências do Evangelho: *«Jesus bradou com voz forte: Meus Deus, meu Deus, porque me abandonaste?»* (Mt 27, 46: cita Sl 21, 2). Este salmo expressa os sentimentos de Cristo na Cruz. O que Cristo pensou e rezou no seu coração ao Pai, durante o tempo da sua paixão, sobretudo na cruz, quase não foi referido pelos evangelistas, mas foi profetizado pelos profetas, como atestava Jesus aos discípulos de Emaús, após a ressurreição: *«Ó gente sem compreensão e de espírito lento para acreditar em tudo o que os profetas disseram. Não tinha o Messias de sofrer estas coisas, para entrar na Sua glória?»* (Lc 24, 25-26). A tradição da Igreja sempre colocou este salmo na boca de Cristo crucificado, como confirma S. Agostinho: *«Jesus pronunciou este salmo quando estava na cruz, conservando, inclusive, a pessoa do homem velho, cuja mortalidade Ele carregou. Na verdade o nosso homem velho foi crucificado com Ele na cruz»* (Enar. 21, 1). Era o Cristo total, Cabeça e membros, que se encontrava na Cruz, a ponto de os velhos membros fazerem dizer à boca o que só fica bem à Cabeça, enquanto unido ao corpo: Cristo reza ao Pai nas misérias do corpo que Ele assumiu para redimir, mediante a destruição da Cruz. Assim se compreendem certos desabafos do salmo, colocados na boca de Cristo: *«Como estais longe da minha oração?»* (v. 2).

...clamo de dia e não me respondeis (v. 3)...

Assim me reduzistes ao pó do túmulo (v. 16).

Trespasaram as minhas mãos e os meus pés (v. 17).

Repartiram entre si as minhas vestes e deitaram sortes sobre a minha túnica (v. 19)...

Hei-de louvar-Vos no meio da assembleia (v. 23).

O salmo 37 continua a oração de Cristo na Cruz a expiar os pecados dos homens: *Sobre mim caiu a vossa mão* (v. 3).

As minhas culpas se elevam acima da cabeça (v. 5).

...por causa da minha insensatez (v. 6).

...reconheço a minha culpa, estou inquieto por causa do meu pecado (19).

A Leitura bíblica descreve o sacerdócio de Cristo na Cruz: *«Não derramou sangue de cabritos e novilhos, mas o seu próprio sangue e alcançou-nos uma redenção eterna»* (Heb 9, 12). O Responsório canta e contempla o serviço sacerdotal de Cristo: *«Era como o cordeiro levado*

ao matadouro, e enquanto o maltratavam, não abriu a boca; foi entregue à morte, para dar a vida ao seu povo» (cfr. Is 53, 7).

A Leitura patrística descreve-nos o valor do Sangue de Cristo com um texto das Catequeses de S. João Crisóstomo (Cat 3, 13-19). E o Responsório canta o preço da redenção: «Não foi por coisas corruptíveis, como prata e ouro, que fostes resgatados, mas pelo Sangue precioso de Cristo, Cordeiro sem mancha» (1 Ped 1, 18-19)... «O Sangue de Jesus, Filho de Deus, nos purifica de todo o pecado» (1 Jo 1, 7).

A Oração conclusiva realça a união entre Cristo e aqueles por quem Ele Se entregou às mãos dos inimigos e aceitou o suplício da cruz.

2.2 — *Laudes*: Cristo crucificado

A oração da manhã celebra, à luz do novo dia, o mistério daquela manhã de Sexta-Feira da Paixão.

*«Entregou-Se ao sacrifício
O Cordeiro redentor,
E corre sangue divino
Das fontes da Salvação,
Onde se pode lavar
Todo o pecado do mundo.» (4)*

Este mistério realiza-se na Cruz que o Hino evoca a seguir:

*«Cruz fiel e redentora
Árvore nobre, gloriosa,
Nenhuma outra nos deu
Tal ramagem, flor e fruto.
Doces cravos, doce lenho,
Doce fruto sustenta!» (4)*

A salmodia consta de um Salmo matinal (Sl 50), um Cântico do AT que profetiza o mistério do dia, e um Salmo laudatório (Sl 147) pelo acontecimento do dia. No Salmo 50 a Igreja suplica com Cristo ao Pai o perdão dos pecados: «Deus não perdoou ao seu próprio Filho, mas entre-

(4) Hino de Venâncio Fortunato, séc. VI: cfr. nota 1.

gou-O à morte por todos nós» (Ant. 1: Rom 8, 32). O Cântico profetiza a vitória de Cristo sobre os nossos pecados: «Vós saistes para salvar o vosso povo, para salvar o vosso Ungido» (Hab 3, 13; cfr. Ant. 2: Apc 1, 5). O Salmo laudatório é um louvor à Cruz:

*«Adoramos, Senhor, a vossa Cruz,
louvamos e glorificamos a vossa Ressurreição;
pela árvore da Cruz veio a alegria ao mundo inteiro» (Ant. 3).*

Este Salmo com a sua Antífona antecipam e preparam a Adoração da Cruz. A Igreja nasce na Cruz e nela é constituída a nova Jerusalém, reforçada nas suas portas, abençoada nos seus filhos e restabelecida a paz nas suas fronteiras.

A Leitura breve anuncia a exaltação de Cristo na Cruz: *«Vede como vai prosperar o meu Servo: subirá, elevar-se-à e será exaltado» (Is 52, 13)*. A Liturgia das Horas contempla o mistério a partir da perspectiva de Deus.

A Ant. Bened. aclama como título de honra o que para os judeus era de ignomínia: *«sobre a sua cabeça escreveram a causa da condenação: Jesus Nazareno, Rei dos Judeus» (Mt 27, 37)*. O louvor ao Salvador poderoso que visitou e redimiu o seu povo, a que se referia Zacarias na aurora dos novos tempos, é neste momento dirigido ao crucificado, porque foi para ser elevado na Cruz que Ele visitou o Seu povo.

As preces são um acto de adoração, aclamação e intercessão:

*«ensinai-nos a obedecer sempre à vontade do Pai...
ensinai-nos a morrer convosco...
Cristo, nosso Salvador, que de braços abertos na Cruz quisestes
atrair a Vós todos os homens, reuni no vosso reino os filhos de
Deus dispersos pelo mundo».*

2.3 — Hora Intermédia: as três Horas menores celebram os três grandes momentos históricos da Paixão e que estão na origem dos três momentos de oração.

Para cada uma das Horas de Tércia, Sexta e Noa há Antífonas e Leituras próprias e uma série de três salmos para uma delas ou para a Hora Intermédia. As Antífonas fazem referência aos diferentes momentos da Paixão do Senhor:

TÉRCIA. *«Era a hora de Tércia, quando crucificaram Jesus» (Ant.: Mc 15, 25).*

SEXTA. «Desde a hora de Sexta até à hora de Noa, houve trevas sobre toda a terra» (Ant.: Mc 15, 33).

NOA. «À hora de Noa, Jesus exclamou com voz forte: Deus Deus, meu Deus, porque me abandonaste?» (Ant.: Mc 15, 34).

Os Salmos cantam os sentimentos de Cristo na Cruz onde Ele realiza a obra da redenção:

Esperei no Senhor... e Ele atendeu-me (Sl 39, 2).

«Não Vos agradaram sacrifícios nem oblações..., então clamei: Aqui estou!» (Sl 39, 7. 8).

«Caíram sobre mim males sem conta: assediaram-me os pecados e já não posso ver; são mais numerosos que os cabelos da minha cabeça, e até me sinto desfalecer» (Sl 39, 13).

«Ó Deus, ouvi a minha oração» (Sl 53, 4).

«A minha vida chegou às portas da morte. Sou contado entre os que descem à sepultura» (Sl 87, 4-5).

«Estendo para Vós as minhas mãos. Fareis Vós maravilhas pelos mortos?» (Sl 87, 10-11).

«Porque escondeis de mim o vosso rosto?» (Sl 87, 15).

«Só as trevas me fazem companhia» (Sl 87, 19).

As Leituras proclamam a profecia de Isaías (53, 2-7):

1. *«Sem distinção nem beleza para atrair o nosso olhar... pessoa desprezível e sem valor para nós»* (v. 2-3). Assim era Cristo na Cruz a redimir o mundo (cfr. versículo de Tércia).

2. *«Tomou sobre si as nossas dores. E nós víamos n'Ele um homem castigado, ferido por Deus e humilhado. Foi trespassado por causa das nossas culpas. ...Pelas suas chagas fomos curados»* (53 4-5)

A Igreja convida-nos a contemplar o crucificado por nós com as mesmas palavras do ladrão arrependido: *«Lembra-Vos de mim, Senhor, quando chegardes ao vosso reino»* (versículo de Sexta: Lc 23, 42).

3. *«Como Cordeiro levado ao matadouro, como ovelha muda ante aqueles que a tosquiavam, Ele não abriu a boca»* (Is 53,7). E o versículo de Noa, como que iniciando o silêncio do Sábado, coloca na boca de Jesus a explicação do seu silêncio: *«Fez-me habitar nas trevas, como os mortos há muito esquecidos»* (Sl 142, 3).

2.4 — *Vésperas*: a celebração da Paixão do Senhor

A Oração de Vésperas é a celebração da Paixão do Senhor para

aqueles que não podem tomar parte na grande celebração litúrgica da tarde. É uma oração contemplativa:

1. «*Olhai, povos todos da terra, e vêde a minha dor*» (Ant. 1: Lam 1, 18). E o salmo canta: «*É preciosa aos olhos do Senhor a morte dos seus fiéis*» (Sl 115,6 ou 116,15).

2. A oração contemplativa é a actividade de Jesus morto: «*Desfaleceu o meu espírito, gelou-me o coração dentro do peito*» (Ant. 2: Sl 142,4) e o salmo continua: «*Recordo os dias de outrora, medito em todas as vossas obras* (v. 5) ...*não me escondais a vossa face: seria como os que descem ao sepulcro... Conservai-me a vida, por vossa clemência, tirai da angústia a minha alma*» (v. 11).

3. A terceira Antífona evoca o acontecimento histórico: «*Jesus disse: Tudo está consumado. E inclinando a cabeça expirou*» (Ant. 3: Jo 19,30). À luz deste acontecimento o cântico (Flp 2,6-11) contempla «*Cristo Jesus, que era de condição divina... obedecendo até à morte, e morte de Cruz* (Flp 2, 6. 8).

A Leitura breve recorda-nos que «*Cristo sofreu por nós, deixando-nos o exemplo para que sigamos os seus passos... Pelas suas chagas fomos curados*» (1 Ped 2,21-24).

No Magnificat o motivo da acção de graças é a reconciliação: «*Nós éramos inimigos, mas fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho*» (Ant. Magnif.: Rom 5,10).

As Preces indicadas para as Vésperas são as da Oração Universal, proposta no Missal para a celebração da Paixão do Senhor.

2.5 — Completas: o descanso dos trabalhos da paixão

As Completas deste dia, rezadas à luz do acontecimento histórico, possuem uma espiritualidade própria, que se estende a todos os outros dias. O descanso nocturno é uma configuração com o descanso de Cristo no sepulcro: no sono o homem descansa dos trabalhos do dia, como na morte Cristo descansou dos trabalhos da sua Paixão, e ambos repousam na esperança dum novo dia, que inicia uma nova actividade numa vida nova.

A Oração de Completas celebra em cada dia, antes do descanso nocturno, o mistério do descanso eterno que Cristo iniciou e consagrou com o sono da morte. As Completas de Sexta-Feira Santa contemplam o mistério do acontecimento histórico e estendem-no a todos os outros dias do ano em que o homem, completando na sua carne o que falta à Paixão de Cristo, se associa à Sua Morte, mediante o sono da noite.

3 — SÁBADO SANTO

A Antífona do Invitatório convida a fazer do dia uma oração junto do Senhor morto e sepultado, na esperança da ressurreição.

3.1 — *Ofício de Leitura*: o repouso de Cristo no sepulcro

O primeiro Salmo (Sl 4), que nos é tão familiar na oração de Completas (Dep. I Vesp.), é colocado na boca de Jesus que explica o mistério do Seu repouso: «*Em paz me deito e adormeço tranquilo* (Ant. 1), *porque só Vós, Senhor, me fazeis repousar em segurança*» (Sl 4,8). O sono da morte é a passagem obrigatória do sétimo ao oitavo dia, ou seja, do tempo do trabalho ao do repouso. O silêncio da Igreja é uma experiência consciente do descanso de «*Cristo Jesus, que na morte repousou dos trabalhos da sua paixão*» (oração de Completas de Sexta-Feira). Na oração deste Sábado triste e silencioso, a Igreja aprende a trabalhar para poder descansar, aprende a viver para saber morrer, e aprende a adormecer tranquilo para repousar em segurança.

O Salmo 15 canta o mesmo mistério do descanso do Senhor. «*O meu corpo descansará na esperança*» (Ant. 2: Sl 15,9). A esperança é o próprio Senhor, em cujas mãos se encontra o nosso destino (cfr. Sl 15,5), e o objectivo da esperança é a glória da ressurreição: «*alegria plena em vossa presença, delícias eternas à vossa direita*» (Sl 15, 11). A morte está unida à ressurreição. Sempre que a Igreja celebra a morte do Senhor, evoca também a Sua ressurreição: «*Levantai-vos, pórticos antigos, e entrará o Rei da glória*» (Ant. 3: Sl 23,7 e 9).

Neste esquema de oração, a vida nasce da morte, e o repouso da morte é o início da actividade celeste. A Igreja contempla este mistério junto do sepulcro. Com os guardas do sepulcro, os cristãos vigiam o repouso do Senhor (Cfr. leitura Heb 4,1-13 e Respons.).

A segunda Leitura explica o mistério do silêncio: «*a terra estremeceu e ficou silenciosa, porque Deus adormeceu segundo a Carne e despertou os que dormiam há séculos*». O silêncio do homem sobre a face da terra surge da actividade silenciosa do Senhor na morada dos mortos em diálogo com Adão: «*O meu sono despertou-te do sono da morte. ... Levanta-te, vamos daqui*». E todas as Horas do Ofício deste dia estão animadas deste espírito: a morte conduz à vida, e o silêncio contemplativo do Sábado conduz ao ressoar das vozes sonoras do povo cristão na Vigília pascal.

3.2 — *Laudes*: a actividade do Senhor no sepulcro

A salmodia evoca o mistério de Cristo no sepulcro. A primeira Antífona imprime a toda a oração o dramatismo próprio do dia: «*Hão-de chorá-lo como se chora o filho único, porque o Senhor morreu inocente*» (cfr. Zac 12,10). O Cântico expressa os sentimentos de Cristo no sepulcro: «*Em meio da vida, vou descer às portas da morte, privado do resto dos meus anos. ... Dia e noite sou consumido e grito ao amanhecer. ... Por Vós, Senhor, viverá o meu espírito... vinde em meu auxílio, e cantaremos nossos salmos, todos os dias da nossa vida, no templo do Senhor*» (Is 38, 10. 12-13. 16. 20). A oração sálmica, porque é eficaz, abre aos homens os horizontes de Deus: iniciada na aflição (Sl 63, 2: «*ouvi, ó Deus, a minha voz na aflição*»), foi atendida: «*Eu estive morto, mas agora vivo para sempre, e tenho as chaves da morte e do abismo*» (Ant. 3: Apc 1,18) e dá origem a um hino de louvor (Sl 150).

A Leitura breve revela-nos a actividade do Senhor no Seu repouso: «*Ele tratará as nossas feridas. Ao fim de dois dias, Ele nos fará viver de novo. Ao terceiro dia, nos levantará e viveremos na sua presença*» (Os 6,1-3). Aquele Sábado era o tempo da realização das profecias, o dia da vitória e não da derrota.

As Preces invocam para os fiéis os frutos da actividade do Senhor no sepulcro:

- O grão de trigo caído na terra frutifica o dom da vida divina.
- Sepultado no túmulo ensina a amar a vida escondida em Deus.
- Novo Adão que nos sepultou com Ele no baptismo para vivermos uma vida nova.

A Oração conclusiva faz referência ao mistério redentor de Cristo que desceu à morada dos mortos e saiu vitorioso do sepulcro para nos ensinar que é necessário ser sepultado no baptismo para se ressuscitar para a vida eterna.

3.3 — *Hora Intermédia*: o repouso na esperança da salvação

A oração das horas de Tércia, Sexta e Noa, ou Hora Intermédia, proclama a fé em Deus e a esperança da salvação. Os textos são colocados na boca de Cristo sepultado: «*Espero contemplar a bondade do Senhor na terra dos vivos*» (Ant. Tércia: Sl 26, 13), e «*que proveito tirais da minha morte, da minha descida à sepultura?*» (Sl 29, 10). Jesus orou e foi atendido: «*libertastes, Senhor, a minha alma do abismo*» (Ant. Sexta).

A oração do salmo, pede acolhe e celebra o que invoca: «*Eu Vos glorifico, porque me salvastes*» (Sl 29, 1).

As leituras breves e os seus versículos descrevem as diferentes fases da obra da redenção, desde o ir à mansão dos mortos libertar os prisioneiros e ensinar que os justos não sofrem a corrupção (cfr. Tércia), ao contemplar a «*vítima de propiciação pelos nossos pecados*» (Sexta 1 Jo 2, 2) e ao anunciar o fim do reino das trevas: «*já brilha a verdadeira luz*» (Noa 1 Jo 2, 8b). Uma característica destas Leituras é o envolvimento do orante nos acontecimentos salvíficos: Cristo expia os nossos pecados (Tércia), Ele é o o nosso Advogado junto do Pai (Sexta) e «*quem ama o seu irmão permanece na luz*» (Noa: 1 Jo 2, 10).

3.4 — *Vésperas*: a luta final entre a morte e a vida

A Salmodia de Vésperas é a mesma de Sexta-Feira. As Antífonas próprias deste dia colocam os Salmos na boca de Jesus que enfrenta a morte como estava profetizado: «*Ó morte, eu serei a tua morte! Serei o teu aguilhão, ó inferno*» (Ant. Os 13, 14). Segundo as mesmas profecias, o Filho do homem devia estar três dias no seio da terra (Ant. 2: cfr. Mt 12, 40), não para ser destruído, mas para ser reedificado o templo do Corpo do Senhor (cfr. Ant. 3: cfr. Jo 2, 19, 21).

O preço da redenção foi o sangue precioso de Cristo (cfr. leitura: 1 Ped 1, 18-21). O Magnificat evoca a glorificação de Cristo e as Preces invocam pada a Igreja os frutos da obra da redenção celebrada ao longo do dia.

3.5 — *Completas*: consagram o descanso da noite em união com o Senhor, quando a celebração da ressurreição é adiada para a manhã do Domingo de Páscoa.

Normalmente, a oração de Completas não se reza neste dia, porque a Vigília pascal, fazendo a transição do Sábado para Domingo, inaugura o novo dia, cuja noite não guardou o corpo de Cristo no sepulcro, mas viu a glória da ressurreição. «*As Completas são a última oração do dia. Rezam-se antes de iniciar o descanso nocturno*» (IGLH 84), e no caso do Sábado Santo a Vigília suprime as Completas (cfr. IGLH, 211), porque a noite de Páscoa não celebra o descanso nocturno, mas a alegria da ressurreição, cuja luz ilumina os corações dos fiéis, como canta o Pre-cónio pascal.

4 — DOMINGO DA RESSURREIÇÃO

4.1 — *Laudes*: o Senhor ressuscitou

O Precónio pascal da Vigília pede ao Senhor que faça brilhar a luz do círio nas trevas da noite até que a sua chama venha a encontrar o astro da manhã que não conhece ocaso: esse Astro é Jesus ressuscitado. Por este motivo, ao nascer do Sol, a Igreja renova a sua alegria, confirmada na solenidade do novo dia: «*O Senhor ressuscitou verdadeiramente. Aleluia*» (Ant. Invit.).

O Hino canta as glórias deste dia:

*Nasceu o Sol da Páscoa gloriosa,
Ressoa pelo céu um canto novo,
Exulta de alegria a terra inteira».*

As Antífonas próprias de *Laudes* ajudam a oração dos Salmos à luz da ressurreição. «*Cristo ressuscitado iluminou o seu povo resgatado*» (Ant. 1). Cristo ressuscitado e o seu povo resgatado cantam a sua ânsia de Deus: «*Desde a aurora Vos procuro. A minha alma tem sede de Vós*» (Sl 62, 2). No Cântico de Daniel todas as criaturas são convidadas a louvar o Senhor, porque «*o nosso Redentor ressuscitou de entre os mortos*» (Ant. 2). No Salmo 149 «*os filhos da Igreja, novo povo de Deus, alegram-se em seu Rei, Cristo Jesus*» (Título ao Salmo: Hesíquio, *De Titulis Psalmorum*, Ps 149, 4: PG 27, 1338) e cantam um cântico novo na assembleia dos Santos, ou seja, na Igreja que é o novo Corpo de Cristo ressuscitado.

A Leitura dos Actos (10, 40-43) proclama a ressurreição de Cristo e a sua aparição a testemunhas com quem Ele comeu e bebeu depois de ter ressuscitado dos mortos, e a quem Ele mandou pregar a remissão dos pecados. A ressurreição inaugura os novos tempos que começam no «*dia que o Senhor fez*» (Ant. Resp.).

A oração da aurora dos novos tempos (o *Benedictus*) e a sua antífona recordam o que aconteceu ao nascer do Sol, na manhã da ressurreição: foram ao túmulo e não viram o Senhor que «*visitou e redimiu o seu povo*» (Lc 2, 68).

As Preces invocam a Cristo os benefícios da sua ressurreição. A oração conclusiva refere-se à vitória de Cristo sobre a morte e à abertura das portas da eternidade.

4.2 — *Hora Intermédia*: a ressurreição de Cristo, princípio da nossa ressurreição.

As Antífonas de Tércia (Rom 6, 9), Sexta e Noa (Col 3, 1) proclamam a ressurreição de Cristo a que se refere o salmo 117:

*«Não morrerei, mas hei-de viver para anunciar as obras do Senhor. ...
A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se pedra angular, ...
Este é o dia que o Senhor fez»* (vv. 17. 22. 24).

As Leituras recordam-nos que *«Cristo morreu pelos nossos pecados»* (1 Cor 15, 3b: Tércia) e *«a nós que estávamos mortos por causa dos nossos pecados, restituiu-nos à vida com Cristo... e nos fez sentar nos céus»* (Ef 2, 5-6). A configuração com Cristo na sua morte realiza-se mediante o baptismo (cfr. Rom 6, 4).

4.3 — *Vésperas*: as aparições do Senhor ressuscitado aos Seus discípulos.

A Igreja tem uma particular estima pelas Vésperas da Páscoa, como recomenda: *«convém celebrá-las em forma solene, para festejar a tarde deste dia sagrado e comemorar as aparições do Senhor aos Seus discípulos»* (IGLH, 213). A salmodia e as antífonas cantam as visões das mulheres:

«Maria Madalena e a outra Maria foram ver o sepulcro» (Ant. 1: cfr. Mt 28, 1), encontraram o túmulo vazio como testemunho da ressurreição, e receberam do anjo o anúncio da ressurreição (cfr. Ant. 2: Mt 28, 6). Entretanto o Senhor tomava o seu lugar à direita do Pai, como sacerdote para sempre (cfr. Sl 109). O Cântico do Apocalipse (cfr. 19, 1-7) é o hino dos redimidos que cantam a salvação e as núpcias do Cordeiro com a sua esposa. A Antífona (Mt 28, 10) refere-se ao encontro de Cristo com as mulheres, a quem anuncia o encontro com os seus irmãos: o encontro do Redentor com os redimidos, da pedra rejeitada com as colunas da Igreja, do Esposo Jesus com a esposa Igreja.

A Leitura (Heb 10, 12-14) refere-se ao sacerdócio de Cristo à direita de Deus *«para tornar perfeitos para sempre os que foram santificados»* (v. 14).

O Magnificat evoca a aparição de Jesus aos discípulos *«na tarde daquele primeiro dia da semana... onde os discípulos se encontravam reunidos»* (Jo 20, 19). A oração de Maria em acção de graças pela presença do Salvador no seu ventre, é usada pela Igreja para agradecer neste

dia a presença do Corpo de Jesus ressuscitado no meio dela: Maria é figura da Igreja, que encontra neste dia a sua primeira manifestação, rezando a mesma oração: «*A minha alma glorifica ao Senhor... porque pôs os olhos na humildade da sua serva*» (Lc 1, 46. 47). Aquele que nos visitou para «*dirigir os nossos passos no caminho da paz*» (Lc 1, 79) e chorou sobre Jerusalém que não acolhia a paz (cfr. Lc 19, 41-42), despede-se dos Seus deixando-lhes a Sua paz (cfr. Jo 14, 27) e apresenta-se ressuscitado, proclamando a paz definitiva: «*A paz esteja convosco*» (Jo 20, 19).

As Preces evocam a Cristo sacerdote, que «*agora intercede continuamente por nós junto do Pai*», e pedem-Lhe os benefícios do seu ministério sacerdotal.

CONCLUSÃO

A Liturgia das Horas do Tríduo pascal constitui um momento alto e decisivo para o Oração das Horas de todos os tempos litúrgicos. Tudo o que a Liturgia das Horas é na vida da Igreja, se encontra bem expresso no Tríduo sagrado. A análise dos textos mostra bem como a Oração das Horas é a oração de Cristo, orante do Pai, e a oração da Igreja, continuadora da oração de Cristo (cfr. IGLH 3-9). As características desta oração encontram nos três dias a melhor exemplificação: ela consagra o tempo, privado da celebração eucarística (Sexta-Feira e Sábado Santo), prolonga a memória dos mistérios da salvação contidos no mistério eucarístico da Quinta-Feira e prepara a Eucaristia da Vigília pascal (cfr. IGLH 10-12). A Liturgia das Horas destes dias, mais do que noutros tempos, apresenta-se como o exercício da função sacerdotal de Cristo para santificação do homem (cfr. IGLH 13-14). As próprias Horas do Ofício como que nascem dos acontecimentos do Tríduo:

«*A HORA DE LAUDES, recitada ao despontar da luz de um novo dia, evoca também a Ressurreição do Senhor Jesus*» (IGLH, 38).

As VÉSPERAS recordam a obra do Redentor, realizada na Cruz (cfr. Sexta-Feira Santa), o sacrifício vespertino confiado aos Apóstolos na última Ceia (Quinta-Feira Santa: cfr. IGLH 39) e o encontro com os discípulos de Emaús na tarde de Páscoa.

As VIGÍLIAS das solenidades nasceram da Vigília pascal (cfr. IGLH 70-71).

TÉRCIA recorda a descida do Espírito Santo que S. João situa na manhã do dia de Páscoa e a crucificação na manhã de Sexta-Feira Santa.

SEXTA contempla Cristo na Cruz.

NOA contempla o Senhor morto na Cruz.

COMPLETAS imprimem ao tempo da noite o significado da morte, sepultura e ressurreição com Cristo, que na morte repousou dos trabalhos da Sua Paixão. Em cada noite o crente é convidado a fazer a experiência mística da morte, na esperança da ressurreição, figurada na manhã do novo dia.

Os grandes acontecimentos da história da salvação são celebrados essencialmente com a Eucaristia, e a Liturgia das Horas, à semelhança dos ponteiros do relógio, vai marcando com precisão a hora do dia e o tempo da hora, para que cada momento do tempo cósmico seja consagrado ao Senhor do tempo. E assim, a salvação realizada em tempos determinados continua a celebrar-se em determinados tempos que actualizam no presente a salvação que para sempre se tornou presente.

FR. PEDRO FERREIRA, O. C. D.

A Música Litúrgica nas Celebrações do Tríduo Pascal

O que passarei a expor é fruto de trabalho e reflexão comum do Serviço Diocesano de Música Litúrgica do Porto de que faço parte com os Padres Ferreira dos Santos e Pedroso. O esquema é obra comum, bem como as considerações e reflexões, as quais foram por todos discutidas e aceites antes e depois da redacção. Resta portanto o estilo pessoal.

É evidente que falar da Música no Tríduo Pascal equivaleria a fazer um tratado sobre música litúrgica. Há muitos assuntos que não são tratados, outros apenas enunciados e outros dados por conhecidos pelos participantes nestas Semanas. Não falarei expressamente sobre os coros, instrumentos, formas musicais litúrgicas, ofício, etc. porque são temas já tratados em anteriores semanas, e as conferências aqui proferidas encontram-se no Boletim do Secretariado Nacional de Liturgia. Sobre estes problemas algo se tem escrito, particularmente no Boletim de Música Litúrgica da Diocese do Porto.

1. ARTE MUSICAL E LITURGIA

«Percebendo que, um dia, um velho não compreendia, visivelmente, nada do seu sermão, Rabi Zalman Schnëur de Ladi aproximou-se dele e disse-lhe: «Talvez tudo quanto acabo de dizer não te seja muito claro, mas ouve o que te vou contar e saberás como te afeiçoar a Deus». E o Rabi Zalman Schnëur começou a salmodiar uma melodia sem palavras, e o coração de cada um sentia estremecer a *Thora*, vibrar o amor de Deus e toda a fé do homem. Então o velho, em lágrimas, exclamou: «Finalmente compreendi agora o que querias dizer: como a corça anseia pelas

fontes das águas, minha alma tem sede de Ti, Senhor minha alma tem sede do Deus vivo» (*Texto hassídico — séc. XIX*) (1).

A música e a arte em geral colocam-nos num outro nível de conhecimento e de contacto com a realidade: já não ao nível frio, matemático, esquemático e analítico das deduções e dos raciocínios mas ao nível do conhecimento directo, vivencial, como que por osmose, da intuição, da contemplação, da sedução do amor beatificante, da beleza, esplendor da verdade, bondade e unidade o ser. O pensamento analítico não é despiçando pelo papel que desempenha no esforço por conhecer com rigor e de definir com clareza e objectividade. Mas não deixa todavia de ser limitado, porque incompleto e incapaz de mover todas as faculdades da nossa personalidade. Pôr de lado o belo, a arte, é renunciar a esse nível superior de conhecimento que empenha toda a nossa personalidade, é tornar a vida insípida, monótona e estéril. «Karl Barth está convencido de que grandes artistas, como Mozart por exemplo, conheciam mais e melhor a beleza e a bondade da criação em sua totalidade do que muitos dos grandes Padres da Igreja e dos reformadores, e muito mais ainda do que os teólogos ortodoxos e liberais com toda a teologia natural e sua armadura feita de palavras extraídas das Escrituras» (2).

A arte pertence, num nível superior, ao mundo dos símbolos. Na sua perfeição, a obra de arte é a representação simbólica da plenitude de vida para a qual caminhamos. O génio dos grandes artistas está em possuírem uma intuição especial do símbolo, dos arquétipos e torná-los perceptíveis aos nossos sentidos, à nossa imaginação e à nossa mente, numa experiência global. Por isso, eles constituem um dom para a humanidade inteira.

Ora o mistério de Deus e do homem são infinitamente mais profundos que aquilo que os nossos conceitos podem exprimir. Por isso o homem precisa de símbolos, serve-se da linguagem simbólica para indicar e se aproximar do mistério e perceber e viver a sua presença.

A verdadeira arte retira o homem do estreito mundo em que vive e abre-o ao infinito. «Uma das características essenciais da arte consiste numa certa afinidade desta com a religião, o que em certas ocasiões faz dos artistas intérpretes das infinitas perfeições de Deus e, particularmente, da beleza e da harmonia da criação de Deus. A função de toda a arte, com efeito, consiste em romper a estreita e tortuosa limitação do finito em que o homem se acha imerso enquanto vive aqui na terra, e em abrir uma janela para o infinito, a qual possa ser oferecido à sua alma sedenta. As pessoas enobrecidas, elevadas e preparadas pela arte encontram-se mais bém dispostas para acolher as verdades religiosas e a graça de Jesus Cristo» (*Pio XII, Alocução aos artistas italianos, 8 de Abril de 1952*).

Daí que a Igreja tenha apreço pela arte, como testemunha o seu inestimável tesouro artístico, e tenha sempre procurado o seu concurso na liturgia, consciente de que ela é a mais elevada forma humana de expressão e de comunicação com o mistério, com as realidades sobrenaturais.

A arte convém, sem dúvida, à Liturgia, sinal e epifania da celeste liturgia da glória: «...pelo esplendor da beleza do sagrado, — diz a Instrução Musicam Sacram, n.º 5 — mais facilmente o espírito se eleva ao invisível; finalmente, toda a celebração prefigura com mais clareza a Liturgia santa da Nova Jerusalém».

Dentre as artes de que se serve a Liturgia, as mais importantes são as da palavra: arte de dizer, a poesia, e principalmente o canto. A música eleva a palavra, enquanto expressão humana, a um nível superior de significação, pelas suas capacidades expressivas e impressivas que lhe vêm da melodia, da harmonia, do ritmo e do timbre. A arte musical tem essa magia que o velho de história sentiu e que todos nós poderemos experimentar, de dar uma nova vida à palavra. É um dado antropológico ser a música um elemento essencial na celebração.

Mas na Liturgia a arte musical é serva. Desempenha a nobre função — um ministério, como lhe chama a Instrução Musicam Sacram no n.º 2 e a Constituição sobre a Sagrada Liturgia no n.º 112 — de servir o culto cristão. Enquanto tal está sujeita às leis superiores da Liturgia. E isso não significa qualquer manipulação ou violentação da arte, já que, se por um lado esta eleva a significação dos sinais litúrgicos, em contrapartida a Liturgia abre-lhe um campo de acção mais amplo e profundo.

A Instrução Musicam Sacram, particularmente no n.º 53, parafraseando o n.º 121 da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, diz que as novas composições dever ter as características da verdadeira música sacra e ao mesmo tempo favorecer a participação dos fiéis. Em certo sentido, a Liturgia requer uma estética própria. É que o mistério que a Liturgia celebra é Cristo, Palavra Incarnada, presente e actuante entre os seus. Por isso, sem deixar de buscar a perfeição de forma, a música está ao serviço de uma palavra revelada que não pode adulterar, mas que deve respeitar e exaltar, e tem de ser um meio de expressão possível da assembleia celebrante. O saudoso P.^o Manuel Luís, numa mesa redonda realizada no Porto e subordinada ao tema «Será litúrgica toda a música que se canta hoje nas nossas celebrações?», a certo passo afirmou: «A qualidade, nisto temos de estar de acordo, é uma exigência essencial da música litúrgica... A linguagem da música deveria ser tal que uma pessoa ouvisse ou cantasse aquela beleza que um dia virá a cantar no outro mundo. É o tal sentido do transcendente. Quando dizemos que a música litúrgica

deve dar beleza à celebração, não dizemos que seja como uma roupagem. Ela dá brilho à celebração porque lembra àqueles que celebram as realidades que eles esperam, a esperança cristã, a fé cristã, a glória de Deus e a glória a que eles estão destinados pelo baptismo. Portanto a qualidade é essencial. Não podemos com palavras banais exprimir coisas belas... Agora é preciso harmonizar a qualidade com as capacidades das pessoas. Entramos aqui num problema difícil. Se a participação na liturgia fosse ouvindo e não cantando, o problema resolvia-se mais facilmente. Ora o modo normal de participar na liturgia é cantar, embora também ouvindo em certos momentos da celebração. Na maior parte dos casos as pessoas devem participar cantando. Então essa beleza, essa forma do que se diz, das palavras, do canto, do que se canta, do que se toca, tem de ser uma linguagem acessível às pessoas. Não banal, mas acessível às pessoas» (3).

Eis uma tarefa para os compositores: criar um repertório musical que possa ser assumido pela média do nosso povo, que respeite as exigências da Liturgia e que não desmereça daquela «tradição que proporcionou à igreja um verdadeiro tesouro para a celebração do culto divino» (4). Mas tarefa também para os responsáveis diocesanos e paroquiais da música litúrgica: formação e preparação cuidada; conhecimento e seriedade na escolha dos cânticos; paciente, persistente e adequada educação da assembleia. Uma celebração bela que «não depende tanto de uma forma rebuscada de canto ou de um desenrolar magnífico de cerimónias» mas é antes «aquela celebração digna e religiosa que tem em conta a integridade da própria acção litúrgica» (5), fala muito mais, toca muito mais ao homem todo, mente e coração, exprime melhor e mais profundamente o mistério que muitas palavras e discursos.

2. OS CANTOS MAIS IMPORTANTES NA LITURGIA

A música litúrgica é essencialmente vocal. A Palavra, tanto de Deus como da Igreja, é o sinal máximo de que se serve a Liturgia. Por isso a música deve como que brotar da Palavra, Palavra inspirada, unir-se a ela, sublinhá-la, ressaltar, delicada e nobremente, as ideias, os sentimentos e as emoções nela contidos, em certo sentido, deve revelar as suas profundas significações. A música é na Liturgia, antes de mais, serva da Palavra. Assim, na Liturgia, a música manifesta-se principalmente como canto.

2.1- O canto mais importante da celebração é o do Presidente e o dos ministros. «A principal manifestação da Igreja dá-se na plena e activa participação de todo o povo santo de Deus na mesma celebração

litúrgica, especialmente na mesma Eucaristia, numa única oração, num só altar a que preside o bispo rodeado pelo seu presbitério e pelos seus ministros», «...ou um pastor que faz as vezes do bispo» (6). «Ocupam na acção litúrgica um lugar especial: o sacerdote e seus ministros por causa da Ordem sagrada que receberam» (7). Pelo sacramento da Ordem, o bispo e o presbítero que o representa, presidem à assembleia litúrgica «in persona Christi». Facilmente se compreende que o seu canto seja de primeira importância. Em razão do sacramento ele é um sinal sagrado, sinal de Cristo que preside à sua Igreja. A ele compete ser pontífice, isto é, fazer ponte entre Deus e os homens, santificar o povo de Deus e dirigir a sua oração. Numa celebração com canto e com música, se o bispo ou o presbítero não cantam, o sinal que eles são obscurece-se, torna-se, em certo sentido, in-significante. Como presidentes da assembleia e ministros da Palavra, é evidente que não se lhes pede uma capacidade vocal de nível profissional. A sua dignidade de cabeça da assembleia situa-se acima do plano meramente técnico. Contudo a sua presidência é efectiva e não meramente honorífica. Para que ela se exprima plenamente, deverão ser capazes de exercer, ao menos materialmente, a sua função vocal. Sobre a importância do canto do Presidente, a Instrução *Musicam Sacram* é clarividente. Por razões pastorais propõe três graus de participação na missa cantada. Ao primeiro grau pertencem os cantos do Presidente da celebração, a saber: a colecta, a oração sobre os dons, o prefácio, a doxologia final da anáfora, o embolismo, o «Pax Domini», a oração depois da comunhão e as fórmulas de despedida. Mais, segundo a Instrução, este primeiro grau pode realizar-se sempre sozinho e os outros dois nunca se usarão sem o primeiro (8). Isto, à primeira vista, parece um pouco estranho, porque nós padres, nesta passagem da liturgia do latim para o vernáculo, perdemos o hábito de cantar. A Instrução também não deixa dúvidas ao dizer que esta forma de missa cantada é a que há-de preferir-se, na medida do possível, sobretudo aos domingos e festas, e até mesmo várias vezes no mesmo dia (9).

Apenas uma breve nota: a Instrução *Musicam Sacram* não refere o canto da Anáfora (10). Presidindo à assembleia «in persona Christi», o canto mais digno do Presidente não será aquele em que ele mais se identifica com o próprio Cristo, isto é a narração da Instituição, com as palavras da Consagração? As liturgias orientais entenderam bem o sentido deste canto que pertence ao coração da celebração eucarística. Sobre uma melopeia solene, o celebrante proclama as palavras da Narração da Instituição e o povo ratifica através das aclamações. O mesmo problema se levanta, agora numa perspectiva mais funcional com a prática da con-

celebração. A Instrução Geral do Missal Romano recomenda que os concelebrantes pronunciem em voz baixa para que se ouça distintamente a voz do celebrante principal, de modo que o povo possa perceber melhor o texto (11). Apesar desta determinação, sabe-se quanto é difícil, na prática, a sua realização. Cada um dos concelebrantes tem a sua personalidade vincada, o seu tom de voz, grave, agudo ou médio, o seu ritmo próprio. O resultado é assistir-se, por vezes, a uma recitação desordenada, em tom de murmúrio anárquico, sem ritmo nem vida. Parece-nos que só o canto poderá resolver, em grande parte, esta dificuldade: unificar a voz dos concelebrantes num mesmo tom e num mesmo ritmo verbal.

Sendo o canto do Presidente o mais importante na celebração, logo se compreende que em boa pedagogia pastoral da música litúrgica se deva começar por ele. «...Na escolha das partes que se devem cantar, começar-se-á por aquelas que por sua natureza são de importância maior: em primeiro lugar, por aquelas que devam ser cantadas pelo sacerdote ou pelos ministros com resposta do povo» (12).

Este número 7 da Instrução Musicam Sacram é muito curioso, porque apresenta praticamente a inversão do que é costume fazer-se. Relativamente ao canto na liturgia, as pessoas, se têm possibilidade, começam por formar um coro, de seguida juntam-se alguns cantos da assembleia, enquanto que os diálogos entre o presidente e a assembleia, bem como o canto do presidente ficam esquecidos. Ora a pedagogia proposta pelo número 7 é, nem mais nem menos, o inverso. Isso não só apenas por uma razão teológica e litúrgica, mas também por uma razão pastoral. Evidentemente que é muito mais fácil e eficaz promover a participação da assembleia no canto através de simples diálogos e aclamações que se repetem em todas as celebrações. Digamos que esta é também a forma mais elementar de participação.

Como deve ser o canto do Presidente?

Na celebração, o Presidente tem uma função proclamativa: pronunciar um texto de forma audível e inteligível, ora num tom mais grave e solene, se se trata de orações, ora num tom mais simples e despojado, se se trata de admoções, ora num tom mais lírico e vivo, se se trata dos prefácios. De qualquer modo o seu canto abrange uma pequena amplitude que vai desde o simples recitativo ou cantilação à proclamação hímica. Nesta forma, impropriamente dita canto, é a palavra que deve ser realçada, tanto no seu ritmo interno, como na sua relação com a frase. Pensar em termos de canto é adulterar a forma e sujeitá-la, porventura, a ridículo.

Finalmente, é necessário que nós padres nos mentalizemos para a

ideia de que preparar uma celebração litúrgica, é muito mais que preparar uma simples homilia. Se o sacerdote não tem voz para cantar é uma coisa, mas se não canta porque não se preparou, remota e proxivamente, é outra (13). A dignidade da sua função, por um lado, e por outro, os limites da sua capacidade vocal não podem ser pretexto para negligenciar a importância primeira do canto presidencial na celebração.

Apenas, a título de passagem, importa recordar a importância da música na formação dos candidatos ao sacerdócio. Sobre isso a recente Instrução sobre a formação litúrgica nos seminários (*In ecclesiasticam futurorum*) de 3 de Junho de 1919, diz: «Dada a importância da música sacra nas celebrações litúrgicas, os alunos devem receber dos peritos aquela preparação musical, também prática, que será necessária no futuro ofício de presidentes e moderadores das celebrações litúrgicas».

Logo a seguir, em importância, vem o canto dos ministros e, em primeiro lugar, em razão do sacramento da Ordem, o diácono. A ele cabe a proclamação do Evangelho e das intenções da oração dos fiéis, em forma de proclamação lírica, de tipo recitativo.

2.2- Ao nível da mesma importância seguem-se as respostas da assembleia ao Presidente e aos ministros: os diálogos e as aclamações (14). Na Liturgia, a Igreja manifesta-se como corpo orgânico, na sua plena dimensão hierárquica e comunitária. A estruturação da assembleia em cabeça e membros, isto é, sacerdote e povo, tem expressão na Liturgia também de forma verbal. Os *diálogos* do presidente e dos ministros e as respostas e aclamações da assembleia são o símbolo do santo diálogo entre Deus e o seu Povo, que é a Liturgia. Assim se compreende que a Instrução *Musicam Sacram* os inclua no primeiro grau de participação. Particular importância têm os diálogos que preparam um especial momento ritual, nomeadamente a oração eucarística (diálogo do prefácio) e o evangelho. Importa utilizar uma expressão corporal e uma modulação de voz que torne o diálogo comunicativo — expressivo. Entre as *aclamações* ressalta o Amen da assembleia no final da oração eucarística. A razão da sua importância vem-lhe da oração que o precede. Ao longo da celebração eucarística a assembleia responde várias vezes Amen, mas nenhum deles possui a carga emotivo-significativa deste. Para ser proporcionado à acção que é o coração da celebração, requer dimensão sonora. Um simples Amen proferido, com mais ou menos sonolência ou distração, soa a falso. A própria dimensão da palavra (duas sílabas) não corresponde à expressão requerida. Uma solução será, a exemplo das liturgias orientais, triplicar o Amen. Muito contribuirá para essa expressão sonora o recurso à harmonia e aos instrumentos.

2.3- Pertencem ainda ao primeiro grau os cantos de toda a assembleia (aqueles que o sacerdote canta juntamente com o povo): o Santo e o Pai-Nosso. O Santo é o canto da assembleia mais importante de toda a celebração. Só por motivos sérios e excepcionais se deveria excluir a participação da assembleia. A sua estrutura literária (prosa hímica) requer canto. Aliás, o Prefácio não pede outra coisa. Pensamos que vale todo o esforço para ajudar uma assembleia a cantar o Santo. Quanto ao Pai-Nosso, a Instrução Musicam Sacram lembra que as melodias devem ser aprovadas pela autoridade territorial competente (15). Sinal de pouca seriedade e fraco gosto seria substituir o texto, ou modificar a situação ritual por uma paráfrase literário-musical em jeito de hino.

«Nada mais festivo e desejável nas acções sagradas do que uma assembleia que, toda inteira, expressa a sua fé e a sua piedade por meio do canto (16). O canto da assembleia merece um cuidado particular que vai desde a composição e escolha de repertórios até ao ensaio e à formação do povo. O cuidado da formação do povo cabe, em primeiro lugar, aos sacerdotes, tarefa que hão-de assumir em zelo, paciência e persistência. Usando de sábia pedagogia e de uma catequese adaptada, levarão o povo a participar cada vez mais nos cânticos que lhe pertencem, até se alcançar a participação plena (17). Deverão encarregar-se também desta tarefa leigos com qualidades musicais, vocação e competência, e ainda os coros litúrgicos que são para a assembleia modelos e pedagogos.

2.4- Na liturgia pode ter lugar a música instrumental. Se a primeira e principal função da música instrumental na Liturgia é acompanhar o canto, a ela compete também criar e manter o ambiente sonoro da celebração. Há momentos na celebração litúrgica em que a música instrumental pode intervir. Não se trata, todavia, de preencher um silêncio ou de emprestar beleza aos ritos. Mas, sem dúvida, que a música possibilita que a liturgia se apresente com aquela beleza e solenidade que lhe é própria. Assim, à música instrumental é pedido que sirva os ritos como intérprete e comentador. É inspirando-se na Palavra proclamada, na oração ou no canto da assembleia, no sentido da festa ou do rito que se celebra, que a música instrumental, a solo, encontra a sua verdadeira função na Liturgia. Papel de primeira grandeza possui o órgão, principalmente o órgão de tubos, quando manejado por organistas competentes, peritos na arte da improvisação. Um organista assim «tornar-se-á o arquitecto da unidade musical na liturgia» (F. Picard). O tempo litúrgico por excelência para o uso da música instrumental a solo é o tempo pascal (desde a Glória da Vigília ao Pentecostes). Durante o Tríduo Sacro os

instrumentos calam-se e o órgão esconde a sua exuberância num humilde e discreto apoio às vozes.

3. ALGUNS CANTOS TÍPICOS DO TRÍDUO PASCAL

Uma das funções da música litúrgica é contribuir para que os ritos e as festas alcancem a sua expressão e significação plenas. Se dentro da mesma celebração, do princípio ao fim, se usa o mesmo género de música, está a pôr-se em causa o dinamismo ritual próprio da celebração. Cada rito ou momento ritual exige uma expressão musical ou ritmo-verbal adaptada (18). O mesmo se diga dos tempos litúrgicos. A Quaresma exige uma expressão celebrativa diferente da Páscoa, etc. Usar indistintamente os mesmos meios melódicos, harmónicos, rítmicos, vocais, instrumentais e tímbricos é desnaturar a maneira de ser própria de cada tempo litúrgico e atingir o dinamismo próprio do ano litúrgico e a sua significação. Se assim acontecer, a música está a servir-se da Liturgia, a abusar dela para se evidenciar, em vez de ser a nobre serva da Liturgia.

Sem perder a sua dignidade, a Liturgia do Tríduo Pascal é constituída por celebrações com um carácter próprio e diferenciado. E é esta diversidade numa unidade dinâmica que manifesta, precisamente, a riqueza da Liturgia do Tríduo Pascal. A sexta e o sábado são dias de jejum, de recolhimento, de contemplação: na liturgia não têm lugar a euforia dos instrumentos, das aclamações, em tudo há sobriedade. A Vigília inaugura o tempo pascal, tempo da alegria, do júbilo, da exteriorização dos sentimentos cristãos: na Liturgia, ouvem-se os instrumentos, as aclamações, os júbilos. A música, se se quer ao serviço da Liturgia, terá não só de respeitar como de interpretar e expressar, com as suas capacidades, a maneira de ser de cada texto no seu contexto ritual: rito, festa e tempo litúrgico. Se quisermos um exemplo, o Salmo 84 cantado no 2.º Domingo do Advento — Ano B não deve ter o mesmo tratamento musical quando cantado no 15.º Domingo do Tempo Comum — Ano B. O contexto mudou e isso, é de si, muito importante na Liturgia. A música, interpretando o sentido do tempo litúrgico, vai dar ao Salmo um colorido próprio. Não é apenas um problema de execução, mas também um problema de composição musical. O problema da composição musical para a Liturgia é muito sério. Tão sério que deveria desanimar quem não tem preparação musical litúrgica. No fundo, a música na Liturgia tem de respeitar a dimensão antropológica do mistério que se celebra. É neste pano de fundo que se move o carácter próprio de cada tempo litúrgico e dos diferentes

momentos rituais de cada celebração. Este princípio deve aplicar-se às diferentes celebrações do Tríduo Pascal.

A Instrução *Musica Sacram* entende que, visto ser a celebração do Mistério Pascal o coração do ano litúrgico e da própria Liturgia, se deve dar um relevo especial ao canto e à participação cantada de toda a assembleia: ministros e fiéis (19). Todo o esforço de uma pastoral da música litúrgica deveria convergir e partir da celebração anual da Páscoa.

3.1- Um dos aspectos salientes da celebração do Tríduo é a importância que nele tem o canto do Presidente. Ressaltam de modo particular as bênçãos solenes da água e dos óleos na Vigília e na Quinta-Feira, respectivamente, e as orações de Sexta e da Vigília.

A estrutura literária das *bênçãos*, de louvor e petição formal e pública, e de carácter anamnético e epiclético no caso da consagração do crisma e bênção da água, pede um gesto formalmente solene. A sua forma natural de expressão é discursiva solene. A forma do recitativo ou cantilação é a mais adequada. Por um lado, permite que a palavra se exprima com toda a sua força nocional e emotiva, e por outro, retira-a ao seu uso comum envolvendo-a num contexto significativo mais profundo, transcendente escatológico, por uma sacralidade patente e institucionalizada. O recitativo pode expressar-se, neste caso, de forma mais lírica, desde que se salvguarde a predominância absoluta do texto sobre a música, como no Prefácio.

As *orações*, tanto na oração universal de Sexta-feira, como as que se seguem às leituras, na Vigília, têm um carácter solene que lhes vem quer da sua própria estrutura interna, quer da estrutura do rito a que pertencem. Em nossa opinião, não sendo cantadas, o rito empobrece-se, tornando-se numa sequência monótona e inexpressiva. O facto de, depois de um convite à oração ou depois de uma leitura, o Presidente tomar a palavra, em nome de toda a assembleia, é de si um gesto enfático, a que deve corresponder uma expressão solene. A forma a usar deve ser a do recitativo simples. Pode usar-se um recitativo ainda mais sóbrio para os convites à oração do Presidente, na oração universal de Sexta-feira.

3.2- Quanto ao canto dos ministros salienta-se o *Precónio pascal* (o Exultet, anúncio da Páscoa), canto próprio do diácono (embora, na sua falta, possa ser executado quer por um presbítero quer por um leigo). Trata-se de uma verdadeira peça literária (um poema) que se desenvolve em três secções: uma prolusão entusiasta, verdadeira explosão de alegria, num estilo exaltado — como facilmente se descobre pelo uso de palavras como *exulte, turba angélica, vitória, ressoe, trombeta, regozige-se, radia-*

tes fulgores, esplendores, alegre-se, clarão, intensa, sonoras, em tão poucas linhas — que conclui naturalmente com uma petição; segue-se um prefácio, com um diálogo introdutório e oração de acção de graças; e, finalmente, a oblação do círio. Este texto enquadra-se ainda num contexto extremamente solene, uma espécie de entronização da Luz (Cristo): na escuridão brilham apenas o círio e as velas dos fiéis. É evidente que toda esta situação ritual pede uma expressão vocal adequada. Fazer uma simples leitura ou uma entoação *recto tonu* seria desvirtuar completamente o rito. A forma mais adequada será a proclamação hínica. Respeitando o ritmo da palavra e da frase, a música pode emprestar as suas modulações para evidenciar o carácter épico do texto, particularmente na primeira secção. Em todo o caso, cremos que o segredo está sobretudo na sua execução: exige-se um cantor razoável, iniciado na arte de dizer e que se tenha preparado convenientemente.

3.3- *A apresentação quer da Cruz quer do Círio* é feita mediante um diálogo-acalamação. Um ministro provoca a reacção da assembleia: é este o gesto que visa a expressão vocal. A importância do rito está no simbolismo do objecto que se apresenta: no círio que vai em procissão e no crucifixo que se mostra à assembleia. A assembleia responde aclamando. «A aclamação litúrgica é a expressão vocal imediata, concisa e intensa, de uma atitude ritual fundamental» (20). O canto desempenha um papel importante nas aclamações, enquanto elemento de unidade e de expressividade. No estilo falado, as vozes dispersam-se, perdendo em coesão e força, caindo num murmúrio confuso. Na aclamação o mais importante não é o conteúdo nocional ou a lógica da palavra mas a dimensão emocional e simbólica da expressão. Na aclamação o canto adquire o valor do gesto, de acção.

3.4- O canto das *ladaínhas* na Vigília. As *ladaínhas* são uma forma literária muito própria. A sua estrutura é simples e eminentemente participativa. São uma forma de oração muito activa. Um recitativo muito simples para as invocações e uma aclamação desprentensiva para a resposta da assembleia é a forma mais adequada.

3.5- Outros momentos típicos nas celebrações do Tríduo Pascal exigem uma forma propriamente de canto, a que chamamos hino: a procissão das oferendas, com os óleos para a bênção e consagração, na missa do Crisma; a Trasladação solene do Santíssimo Sacramento, na missa da Ceia do Senhor; a adoração da Santa Cruz, na celebração da Paixão do Senhor; a aspersão da assembleia na Vigília Pascal. Enquanto se realizam estas acções, toda a assembleia adere a elas, interiorizando e exteriorizando, de forma equilibrada, os sentimentos que elas sugerem e provo-

cam. É a forma hino que melhor corresponde a essas situações rituais. A música é tão essencial ao hino como o texto. Sem ela a poesia hínica é como um corpo sem alma. Mas é também na medida em que a assembleia faz seu o hino que ele não só realiza a sua função, como se torna realidade. É na medida em que se fundem o aspecto nocional da palavra, o aspecto lírico da música e o aspecto existencial da interpretação que o hino se torna uma realidade. Há diversas formas de hino, como também há diversas formas de os executar. Seria, todavia, conveniente não excluir nunca a assembleia da mais plena forma de canto que é o hino.

3.6- Um outro elemento de Liturgia do Tríduo Pascal é a Oração das Horas principalmente as Laudes de Sexta e de Sábado e as Vésperas do Domingo de Páscoa. Conforme afirma a Instrução *Musicam Sacram*, a forma que melhor se adapta à natureza desta oração é a celebração cantada.

CONCLUSÕES:

1. É necessário um esforço por parte de todos para recolocar no seu lugar o canto do Presidente e dos ministros. Também neste caso se deve aplicar a lei da progressividade. Comece-se pelo Prefácio, e Doxologia da Anáfora. A seu tempo, junte-se a Anáfora, o Pai Nosso com o embolismo e a Bênção. Finalmente as restantes partes.

O Tríduo Pascal é um tempo excelente para realçar o canto do Presidente, particularmente as bênções e as orações.

Dada a importância do canto do celebrante e dada a importância litúrgica do Tríduo Pascal, deveria organizar-se nas dioceses, nas vigararias, nos arceprebendados, sessões de ensaio para o canto do Presidente. Talvez o Secretariado Nacional de Liturgia, através do Serviço Nacional de Música Sacra, pudesse tornar possível a realização de tais encontros.

2. Cantar tudo quanto deve ser cantado nas celebrações do Tríduo Pascal, convenhamos que não é projecto realista, por enquanto. Comece-se pelos cantos mais importantes: o canto dos ministros, as aclamações e os diálogos.

Pense-se sobretudo num plano para dois ou três anos.

Para quem vai começar, os diálogos e as aclamações da assembleia deveriam ser já possíveis este ano. E ainda, em certos casos, alguns salmos: o de Sexta-Feira, o de Domingo e alguns da Vigília, particularmente o Salmo 117 antes do Evangelho e o cântico de Moisés, a seguir à terceira leitura. Nunca se deixe de cantar o Santo nas celebrações festivas.

3. O Tríduo Pascal não deve ser preparado apenas na Semana Santa. Uma das actividades da Quaresma pode ser a preparação do Tríduo Pascal, expondo aos cristãos o sentido dos símbolos, dos ritos, dos gestos, das acções da Liturgia do Tríduo, e ensaiando os cânticos apropriados. O ensaio nunca deve ser mera actividade técnica. Do mesmo modo e pela mesma razão de que se não deve servir da Liturgia para fazer música, mas, ao contrário, é a música que nos deve levar a fazer Liturgia, assim o ensaio dos cânticos deve, por si mesmo, ser sempre preparação da Liturgia.

4. Estamos convencidos que a preparação da Liturgia é uma das actividades pastorais mais importantes. Não só porque a Liturgia é o cume e centro da vida da Igreja, mas também porque a Liturgia é didacálica (ensina e educa) e é a acção tipicamente eclesial que ainda reúne maior número de pessoas. Por isso, impõe-se que se crie o hábito de preparar com cuidado as celebrações, também no que diz respeito ao canto e música, quer pelos sacerdotes quer pelos animadores e responsáveis paroquiais de música litúrgica. Esforcemo-nos por que os ritos, os gestos, as acções e a música na Liturgia sejam realizados com perfeição e beleza de modo a espelharem o esplendor e a sublimidade de que são símbolos e serem assim instrumentos mais adequados de aproximação e comunhão do homem com Deus.

5. Para quando uma preparação mais cuidada de salmistas, organistas, directores de assembleia, coros? Este é um problema que as dioceses, vigararias e arceprestados têm de pensar e solucionar. Não basta ouvir considerações ainda que justas e belas sobre o assunto, é preciso fazer alguma coisa com seriedade. Sem pessoas capazes e preparadas não pode haver esperança de realizar, com verdade, beleza e dignidade a acção litúrgica.

«Visto ser a sua missão tão elevada, a música tem a obrigação de não falhar: esta missão cria nela uma exigência de perfeição. E é a última palavra que deve ser dita a seu respeito, porque é a condição de a elevar ao nível da tarefa sublime que lhe é atribuída e que nos permite, definitivamente, reconhecer na música, com admiração, uma proximidade de Deus» (21).

P.^a MANUEL AMORIM

N O T A S

(1) *Les traditions juives*, in *Encyclopédie des musiques sacrées*, Vol I, pág. 468, Ed. Labergerie, Paris, 1968.

(2) B. Haering, *Livres e fiéis em Cristo*, Vol. II, pág. 115, Edições Paulinas, 1982.

- (3) O que é e o que não é música litúrgica, in *Boletim de Música Litúrgica*, n.º 29, Novembro de 1978, págs. 4 e 5, Livraria Telos Editora, Porto.
- (4) *Instrução Musicam Sacram*, n.º 59, 5 de Março de 1967, União Gráfica, Lisboa.
- (5) *Instrução Musicam Sacram*, n.º 11.
- (6) *Constituição sobre a Sagrada Liturgia*, n.ºs 41 e 42, 4 de Dezembro de 1963, União Gráfica, Lisboa; cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n.os 74 e 75, 3 de Abril de 1969.
- (7) *Instrução Musicam Sacram*, n.º 13.
- (8) Cf. *Instrução Musicam Sacram*, n.ºs 28 e 29.
- (9) Cf. *Instrução Musicam Sacram*, n.º 27.
- (10) O Decreto da Sagrada Congregação dos Ritos, de 23 de Maio de 1968, *Prece Eucharistica*, prevê o canto das partes mais importantes da Anáfora, nomeadamente da Narração da Instituição.
- (11) Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n.º 170.
- (12) *Instrução Musicam Sacram*, n.º 7.
- (13) Cf. *Instrução Musicam Sacram*, n.º 8.
- (14) Cf. *Instrução Musicam Sacram*, n.º 7.
- (15) Cf. *Instrução Musicam Sacram*, n.º 35.
- (16) *Instrução Musicam Sacram*, n.º 16.
- (17) Cf. *Instrução Musicam Sacram*, n.º 16 b.
- (18) Cf. *Instrução Musicam Sacram*, n.º 6.
- (19) Cf. *Instrução Musicam Sacram*, n.º 44.
- (20) Gino Stefani, *L'Art des Ministres de la Parole*, in *La tâche musicale des acteurs de la célébration*, pág. 48, Kinnor, Ed. Fleurus, Paris, 1968.
- (21) *La Musique Sacrée après la réforme liturgique*, pág. 108, Ed. du Centurion, Paris, 1967.

IX Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO PASCAL

II — TEMPO PASCAL

O Secretariado Nacional de Liturgia, convencido de que «a celebração do ano litúrgico possui valor e eficácia sacramental para o progresso da vida cristã», tem procurado dedicar à celebração do Mistério Pascal toda a sua atenção, nomeadamente na organização dos Encontros Nacionais.

Assim, começou pelo TRÍDUO PASCAL, «vértice de todo o ano litúrgico», reflectindo sobre o conteúdo teológico, a evolução histórica, o significado litúrgico e os valores espirituais e musicais da sua celebração.

Ao Tríduo Pascal segue-se logicamente o TEMPO PASCAL, já que os cinquenta dias que vão do domingo da Ressurreição ao domingo do Pentecostes se celebram na alegria e na exultação, como se fora um único dia de festa, «um grande domingo», como afirmam as Normas sobre o Ano Litúrgico e o Calendário Romano Geral. De resto, segundo estas mesmas Normas, os domingos deste tempo são considerados «domingos da Páscoa» e não «domingos depois da Páscoa», como se dizia até há pouco, pois o Tempo Pascal só se encerra com o domingo do Pentecostes.

Bastarão estas breves considerações para acentuar o valor da temática deste ano, que, para muitos, bem poderá constituir verdadeira e surpreendente descoberta.

As celebrações litúrgicas continuarão a ser cuidadosamente preparadas para poderem ser intensamente vividas e se tornarem, como tem acontecido até agora, extraordinárias experiências litúrgicas e comunitárias.

TEMÁTICA

Será dedicada à CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO PASCAL — TEMPO PASCAL, que se desenvolverá nos seguintes temas: *O Tempo Pascal na Tradição da Igreja* — pelo P. José Ferreira; *O Tempo Pascal*

no Leccionário da Missa e da Liturgia das Horas — pelo P. Luís Ribeiro;
O Tempo Pascal nas orações do Missal e da Liturgia das Horas — pelo
 P. Pedro Ferreira, O. C. D.; *A Igreja e o Tempo Pascal* — pelo P. José
 de Leão Cordeiro; *A Virgem Maria no Tempo Pascal* — pelo P. Luciano
 Gomes Paulo Guerra; *O Canto da Assembleia Litúrgica* — pelo P. Antó-
 nio Ferreira dos Santos.

Data — De 19 (às 17 horas) a 29 de Setembro (ao meio-dia)

Local — Centro Pastoral de Paulo VI, no Santuário de Fátima

CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

Inscrição — Cada participante inscrever-se-á com 600\$00, sendo
 jovem (até 20 anos) a inscrição será de 500\$00. Tratando-se de casal, a
 inscrição será só 600\$00, para ambos os cônjuges.

Esta inscrição deverá ser feita no SECRETARIADO NACIONAL
 DE LITURGIA (Seminário de Aveiro — 3800 AVEIRO — Telef. 22172),
 até ao dia 20 de Agosto.

Alojamento — Aos participantes que não puderem conseguir aloja-
 mento próprio e pretenderem que este fique a cargo do Secretariado,
 serão oferecidas as seguintes modalidades:

- | | |
|--|-----------|
| 1. Refeições e dormidas nos 4 dias com quarto individual | 3 500\$00 |
| 2. Refeições e dormidas nos 4 dias com quarto de 2 camas | 3 000\$00 |
| 3. Refeições e dormidas nos 4 dias com quarto de mais de 2 camas | 2 500\$00 |
| 4. Só refeições nos 4 dias | 2 000\$00 |

NOTA — Aos participantes que pretenderem alojamento solicita-se
 que indiquem com toda a clareza a modalidade desejada. *O SNL não ga-
 rante que atenderá todos os pedidos de quartos individuais que vierem a
 ser feitos.* A data de entrada destes pedidos determina a respectiva prio-
 ridade.

A todas as pessoas inscritas serão enviadas mais informações na
 primeira semana de Setembro.

Aveiro, 10 de Junho de 1983

O Secretariado Nacional de Liturgia

PUBLICAÇÕES LITÚRGICAS DO SNL

INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO

(Preparada e distribuída pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

É o documento que serve de introdução ao Missal de Paulo VI saído da reforma conciliar do Vaticano II, com os princípios e as normas que orientam a celebração da Missa.

O presente texto tem em conta as modificações e acréscimos que a Congregação do Culto Divino foi introduzindo na *Institutio generalis*, depois de 1969.

Esta «Instrução», que excede em muito o âmbito de uma simples introdução ao Missal, distingue-se sobretudo pelo seu carácter doutrinal e pastoral. Nela descobrimos a teologia da participação. Nela encontramos as orientações fundamentais para conduzir a comunidade cristã à participação consciente, activa e frutuosa, na celebração da Palavra e da Eucaristia, segundo o espírito da Constituição *Sacrosanctum Concilium*.

ÍNDICE DA LITURGIA DAS HORAS

(Preparado pelo P. Pedro Ferreira, O. C. D., e distribuído pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

Este índice de temas, autores e obras das leituras patrísticas e eclesiásticas da Liturgia das Horas constitui uma forma concreta de ajuda à causa da pastoral litúrgica.

Os autores são cerca de 178 e as leituras superam as 600. Toda esta variedade de autores e obras é colocada à disposição dos pastores de uma forma liturgicamente correcta e economicamente acessível, e faz da Liturgia das Horas um livro que, para além da oração, pode servir de base e modelo na preparação e até no exercício da pregação.

RITUAL DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DA COMUNHÃO

(Preparado, editado e distribuído pelo SNL)

Este pequeno Ritual destina-se aos Ministros Extraordinários da Comunhão e corresponde, a partir do capítulo II, ao capítulo correspon-

dente do Ritual da Sagrada Comunhão e Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa.

Na introdução, traz um breve estudo sobre os diversos ministérios na Igreja e na Liturgia, o Mistério da Eucaristia, os dados históricos acerca da guarda e distribuição da comunhão e, a concluir, algumas normas pastorais.

OS MINISTÉRIOS NA LITURGIA

(Editado e distribuído pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

LITURGIA DAS HORAS — ORAÇÃO DA IGREJA

(Conferências do VIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica)

VIII ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA

(Guião das celebrações litúrgicas para a assembleia preparado e distribuído pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

DIRECTÓRIO LITÚRGICO 1983

(Preparado e distribuído pelo SNL)

CASSETES DO VIII ENCONTRO NACIONAL

(Distribuídas pelo SNL)

EM PREPARAÇÃO

SALTÉRIO

(Em fase avançada de impressão)

COLECTÂNEA DE MÚSICAS LITÚRGICAS

